



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS 2023

30 DE AGOSTO A 1 DE SETEMBRO
HANGAR, BELÉM - PA

Realização/ Conference Organize

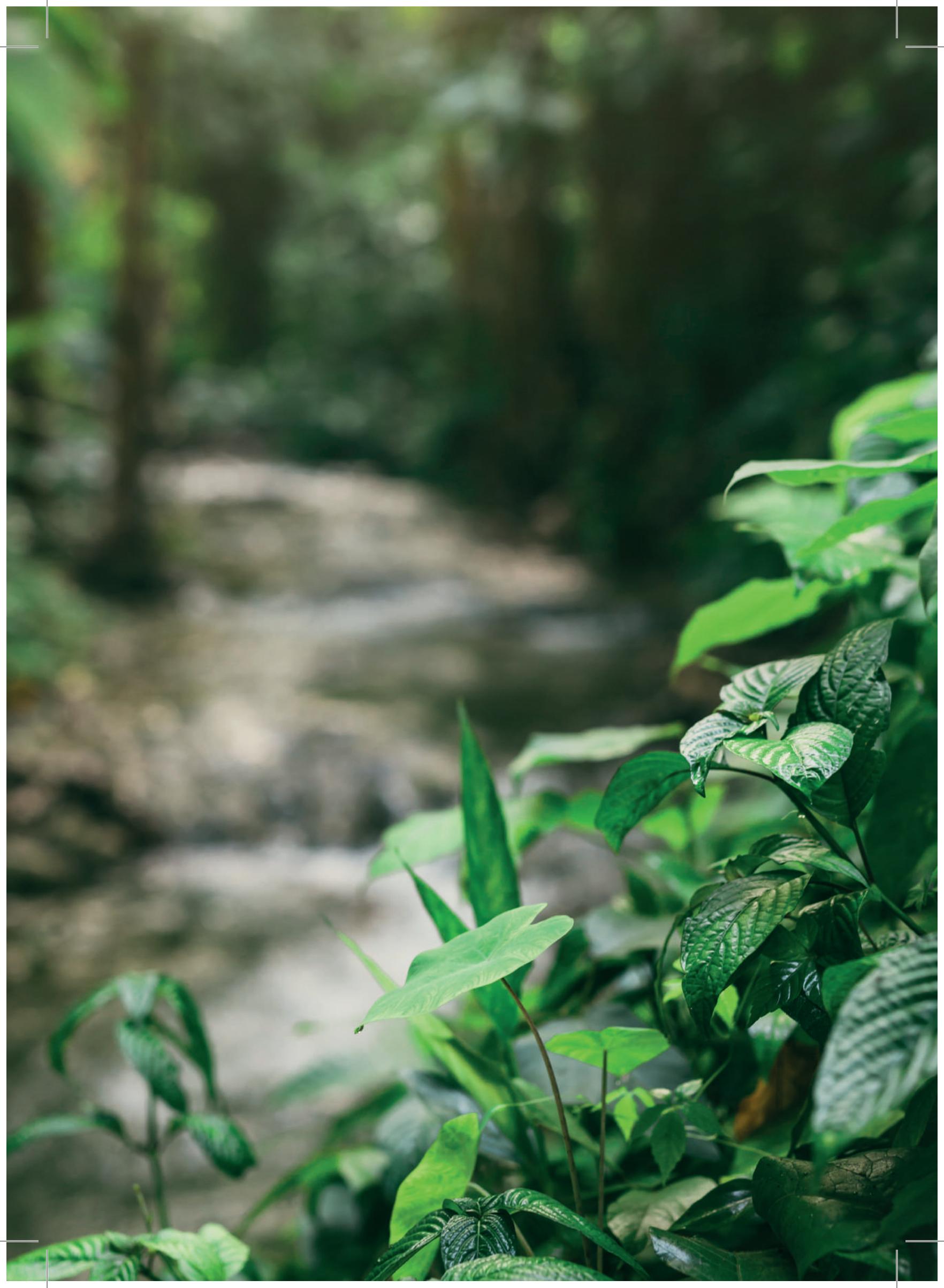


IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL



Índice

Introdução	1
Palestras 30 de agosto	4
Palestras 31 de agosto	14
Palestras 1º de setembro	82
Palestras de Encerramento.....	113
Artigos	117



Wilfred Bruijn

Presidente do Conselho Diretor do IBRAM
Março 2022/ Janeiro 2024

CEO AngloAmerican
Março 2019/Dezembro 2023



A Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, de 2023, representou um marco histórico para a mineração, ao estabelecer um novo posicionamento setorial em relação ao meio ambiente e à Amazônia. Nesse evento, a indústria mineral, representada pelo IBRAM, teve a oportunidade de se relacionar com diversos públicos interessados em defender e preservar a Amazônia, enaltecendo e compreendendo sua importância vital para a sobrevivência do nosso planeta.

Esta iniciativa foi um importante avanço no processo de discussão sobre a transformação da economia, para construirmos uma agenda de desenvolvimento sustentável para a região ou agenda ambiental, unindo os mais variados interesses e opiniões, e estabelecemos uma nova relação entre o setor produtivo e a Amazônia, incluindo sua biodiversidade, povos e comunidades.

O propósito da Conferência superou todas as expectativas. Resultou em um compromisso conjunto das forças da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável, ao combate às desigualdades sociais e à promoção da agenda climática. Estamos orgulhosos de estar à frente de um movimento plural em que defendemos a expansão da sociobioeconomia, como forma de conquistarmos o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se assegura a preservação da natureza, com respeito inequívoco ao bem-estar social e aos povos tradicionais.

A Conferência contou com a participação de 2.100 pessoas e 180 palestrantes, incluindo representantes da Amazônia e de outros locais do Brasil, além de nove países: Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, França, Inglaterra e Suíça. Essa diversidade demonstra a relevância do bioma amazônico para o Brasil e para o mundo, indicando que

a agenda ambiental está ganhando destaque na pauta de governos, empresas, organizações não governamentais, academias e toda a sociedade.

Proposta pelo IBRAM, a Conferência foi construída como uma plataforma plural e democrática, onde as decisões foram tomadas coletivamente. Não apenas a visão do setor mineral foi considerada, mas várias vozes contribuíram para enriquecer os diálogos e compartilhar conhecimento, inclusive, personalidades internacionais, que trouxeram suas opiniões e sugestões para o nosso ambiente, como os casos do ex-Primeiro Ministro Britânico, Tony Blair; do ex-presidente colombiano, Iván Vasquez; e do ex-chanceler das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Esta visão global sobre a Amazônia, sua importância nos destinos do planeta é imprescindível para efetivamente avançarmos como civilização.

Além de realizar a segunda edição da Conferência em 2024, é crucial focarmos em aspectos importantes, como influenciar políticas públicas para a Amazônia e promover ações empresariais concretas que beneficiem a região. Em paralelo, se faz necessário estimular a transição energética para reduzirmos as emissões de gases de efeito estufa em todas as nossas atividades, sejam empresariais ou não. Afinal, não basta cuidar da Amazônia, sem atentar para as questões negativas que afligem a qualidade de vida dos brasileiros nos demais espaços do território nacional. A mineração e outros setores têm muito a contribuir para isso.

Estes são temas que teremos imenso prazer em tratar na segunda edição da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias neste ano de 2024.

Tendo sido concluída em 1º de setembro, seu legado permanece vivo em todas as pessoas impactadas pela qualidade e abrangência dos debates realizados durante os três dias de evento.

Raul Jungmann

Diretor – Presidente do IBRAM



Preservar a Amazônia e estabelecer um planejamento para seu desenvolvimento sustentável são questões cruciais para a sobrevivência da humanidade e das futuras gerações. Diante da crise climática e do aquecimento global, é fundamental que todos assumam responsabilidade e se engajem na proteção desse ecossistema vital. Nesse sentido, a realização da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, no 2º semestre de 2023, desempenhou um papel significativo na conscientização e no comprometimento da sociedade com essa causa.

A Amazônia, com sua imensidão e riqueza natural, presta-se a um papel central na questão climática global. Se não conseguirmos preservar e proteger a Amazônia, estaremos comprometendo nossos esforços para enfrentar a crise climática. A floresta amazônica, caso entre em um estado irreversível de degradação, não apenas perderá sua biodiversidade única, mas também liberará grandes quantidades de dióxido de carbono, o que irá agravar ainda mais o aquecimento global.

A primeira edição da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias foi uma oportunidade valiosa para diagnosticar os desafios enfrentados e buscar soluções inovadoras. O engajamento do setor mineral e de outros segmentos nesse esforço demonstra o compromisso em promover um desenvolvimento sustentável na região. A segunda edição da conferência, em Belém (PA), em 2024, certamente detalhará ainda mais o patamar das discussões, com base no que foi amplamente abordado nos painéis da primeira edição. Teremos, ainda, mais atores dispostos a compartilhar o propósito de traçar os rumos do progresso da Amazônia, muito em razão do grande sucesso do evento realizado em 2023.

É fundamental compreender que cuidar do meio ambiente não é apenas uma escolha ética, mas uma necessidade para garantir uma vida saudável e próspera para todos. A saúde, a educação, a segurança e os empregos dependem de um ambiente equilibrado. Portanto, o desafio de preservar a natureza é uma responsabilidade da nossa geração, é o compromisso mais sério, mais importante, que devemos ter com nossos filhos e netos, ou seja, deixar uma natureza melhor do que encontramos.

No entanto, a preservação ambiental não é o único aspecto a ser considerado. É preciso combater a pobreza, abrir oportunidades para a promoção socioeconômica das pessoas, respeitar a cultura, as opiniões e os desejos dos povos originários, simultaneamente. Para promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia, devemos olhar para as novas economias e incentivar práticas como a economia circular e a bioeconomia. Isso implica em adotar atividades de baixa emissão de carbono e envolver toda a cadeia produtiva em boas práticas ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG).

A mineração, por exemplo, tem desempenhado um papel importante ao adotar boas práticas ESG em suas atividades. É essencial que outros setores sigam neste mesmo caminho, ao efetivamente incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócio. Para isso, em cada etapa da construção do almejado projeto de desenvolvimento de longo prazo para a Amazônia, a cadeia produtiva deve estar comprometida com a preservação ambiental e a evolução de forma absolutamente sustentável da região.

Temos a necessidade de conectar a Amazônia ao Brasil e também ao mundo. É nossa responsabilidade contribuir para que isto aconteça e temos na Conferência um caminho para nos conduzir ao sucesso nessa empreitada.



Belém – PA

A young indigenous person, likely from the Amazon, is shown from the chest up, looking upwards with a slight smile. They are wearing a traditional headdress with a large yellow and red feathered collar and a colorful beaded necklace. The background is a lush green forest with sunlight filtering through the leaves. In the top left corner, there is a white graphic of a leafy branch.

Os povos e comunidades indígenas são os guardiões da Amazônia e sua biodiversidade, suas lideranças serão indispensáveis.

Ban Ki-Moon
8º Secretário-Geral da ONU

PALESTRA MAGNA

30 DE AGOSTO

18h45 às 19h45



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participante: BAN KI-MOON – 8º Secretário-Geral da ONU

Moderadora: Leila Sterenberg – jornalista

Resumo do painel:

O ex-secretário da ONU, Ban Ki-Moon falou sobre assuntos de interesse dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como as mudanças climáticas. Também alertou sobre as crises políticas entre os países mais ricos e mostrou o grande perigo mundial do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Destacou também a importância de uma economia verde e a redução das emissões de carbono. Mostrou como a Amazônia e outras florestas têm importância crucial para um mundo mais sustentável.

Principais pontos discutidos:

- Desenvolvimento global e a necessidade da união em parcerias para superar desafios.
- O progresso rumo aos ODS da ONU.
- A necessidade de mitigar e se adaptar às mudanças climática nessa nova era.

Falas de destaque do participante:



Ban Ki-Moon: O mundo, de uma maneira geral, conta com a liderança brasileira para proteger a biodiversidade, alcançar o desenvolvimento sustentável, acelerar a ação climática e empoderar as novas economias verdes na Amazônia, no Brasil, assim como em outros países. Essa Conferência é um momento crucial para acelerar os 17 ODS da ONU por meio de parcerias e ações de maior valia.

Em 2007, no meu primeiro ano com secretário-geral da ONU, eu visitei a ilha do Combu, em Belém, para enfatizar a importância da Amazônia e me reunir com líderes indígenas locais. Eu também plantei uma árvore lá e gostaria de revê-la.

A crise climática que agora se manifesta mostra que estamos vivendo em uma era sem preceden

- A importância do papel de liderança ativa do Brasil para garantir que o futuro seja sustentável.
- A concretização da nova economia verde.
- Os impactos humanitários da Guerra da Ucrânia.
- Igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas (ODS 5).
- O mundo e a crise da covid-19.
- Redução das emissões de carbono até 2050.
- COP30 em Belém é uma ótima ideia.
- O combate às mudanças climática precisam de cooperação mundial.
- Obstáculos para as indústrias avançarem mais rápido.
- Que papel a Amazônia pode desempenhar em uma economia verde?
- Comprometimento da erradicação da pobreza extrema no mundo até 2030, essa meta é atingível? Onde estão os principais obstáculos?
- O papel dos povos originários em um futuro mais sustentável.

tes, de crises interconectadas e de incertezas globais. As rivalidades entre os países, especialmente, EUA e China, a contínua agressão russa à Ucrânia estão se intensificando, e são um perigo para segurança global nas últimas décadas.

A covid-19, depois de ter causado grande perturbação aos sistemas de saúde, economia e sociedade, parece estar chegando ao fim, mas estamos enfrentando outras crises.

As crises globais - mudanças climáticas, incêndios florestais, aumento do nível dos mares etc. - destacam a interconexão que temos entre todos; ninguém vive em uma ilha. Precisamos agir de modo cooperativo para enfrentar esses desafios, que devem estar centrados na sustentabilidade,

na saúde, na segurança e na prosperidade para todos em todos os lugares.

A comunidade global, orientada pelos objetivos do desenvolvimento do milênio da ONU, estabelecidos no ano de 2000, deu um salto de qualidade no bem-estar de todos. Essas metas previam apenas oito pontos orientadores até 2015 e durante esse período, as taxas de pobreza extrema foram reduzidas pela metade já em 2010, ou seja, mais de 1 bilhão de pessoas; a taxa de mortalidade de menores de cinco anos caiu pela metade e as taxas de óbito materno foram reduzidas em 45%; desde 1990, 2,1 bilhões de pessoas se beneficiaram com saneamento básico e 2,6 bilhões de água com boa qualidade.

Quando assumi meu mandato, em janeiro de 2007, percebi que o problema da extrema pobreza era muito grave. Alguns países conseguiram ganhos, como a China que pôde tirar dessa situação 400 milhões de pessoas. Pensei que essa visão, ao redor de mundo poderia mudar, projetando para o ano de 2015, mas em uma visão mais clara.

Ainda estamos no meio do processo para conseguirmos atingir as metas do desenvolvimento sustentável. Mais de 10% dos trabalhadores do mundo e suas famílias ainda vivem com menos de US\$ 2/ dia; mais de 6 milhões de crianças morrem antes de chegar aos cinco anos de idade; em 2023, mais de 2 bilhões de pessoas ainda não terão acesso à água potável, limpa e segura, e isso vai piorar em função das mudanças climáticas.

Durante os dez anos de meu mandato, eu tenho orgulho de ter conseguido reunir países em torno dos ODS da ONU, incluindo todas as pessoas. Os 17 ODS foram adotados por 193 países em 2015, em um caminho a seguir para resolver situações críticas. Os ODS oferecem um plano colaborativo e um momento de transformação para a governança global, de forma mais ampla, com muitas consultas a parceiros e partes interessadas para que as suas vozes fossem, de fato, ouvidas para um mundo sustentável, juntos.

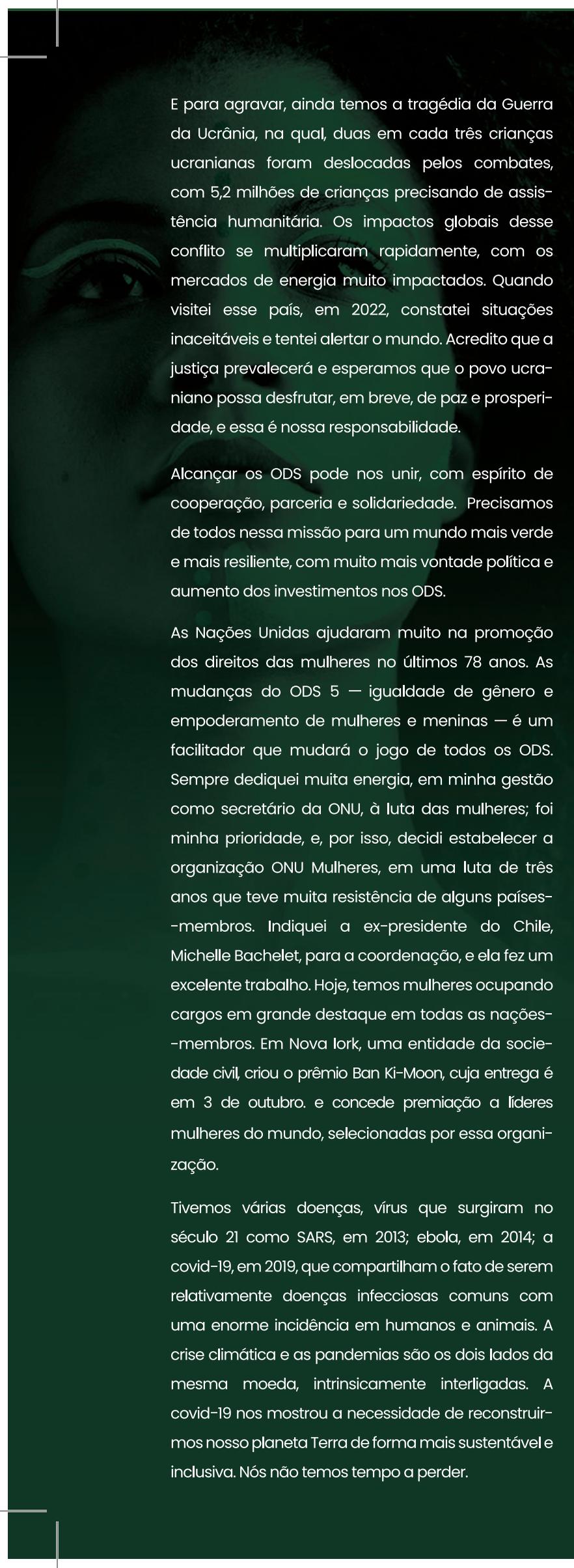
Entretanto, o progresso ocorre de forma desigual em relação aos vários ODS, e a covid-19, a crise climática e os conflitos políticos estão levando a um retrocesso na implementação dos ODS. Por isso, com a nossa data-alvo em 2030, nenhum país, de fato, parece estar no caminho certo para atingir todos os ODS, e países do G7 também estão nessa situação. O agravamento da crise climática está impedindo esse progresso.

A pandemia da covid-19 ajudou a acentuar as desigualdades já existentes e os impactos convergiram para aumentar uma crise global socioeconômica muito significativa, desde a Depressão de 1929. A ONU estima que a covid-19 custou 225 milhões de empregos, apenas em 2020; a fome grave dobrou em apenas 2 anos, passamos de 135 milhões em 2020 para 273 milhões em 2022; a Unicef constatou que 1/3 das crianças no mundo não conseguiu ter acesso ao ensino remoto quando as aulas presenciais foram suspensas.



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias





E para agravar, ainda temos a tragédia da Guerra da Ucrânia, na qual, duas em cada três crianças ucranianas foram deslocadas pelos combates, com 5,2 milhões de crianças precisando de assistência humanitária. Os impactos globais desse conflito se multiplicaram rapidamente, com os mercados de energia muito impactados. Quando visitei esse país, em 2022, constatei situações inaceitáveis e tentei alertar o mundo. Acredito que a justiça prevalecerá e esperamos que o povo ucraniano possa desfrutar, em breve, de paz e prosperidade, e essa é nossa responsabilidade.

Alcançar os ODS pode nos unir, com espírito de cooperação, parceria e solidariedade. Precisamos de todos nessa missão para um mundo mais verde e mais resiliente, com muito mais vontade política e aumento dos investimentos nos ODS.

As Nações Unidas ajudaram muito na promoção dos direitos das mulheres no últimos 78 anos. As mudanças do ODS 5 — igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas — é um facilitador que mudará o jogo de todos os ODS. Sempre dediquei muita energia, em minha gestão como secretário da ONU, à luta das mulheres; foi minha prioridade, e, por isso, decidi estabelecer a organização ONU Mulheres, em uma luta de três anos que teve muita resistência de alguns países-membros. Indiquei a ex-presidente do Chile, Michelle Bachelet, para a coordenação, e ela fez um excelente trabalho. Hoje, temos mulheres ocupando cargos em grande destaque em todas as nações-membros. Em Nova Iorque, uma entidade da sociedade civil, criou o prêmio Ban Ki-Moon, cuja entrega é em 3 de outubro. e concede premiação a líderes mulheres do mundo, selecionadas por essa organização.

Tivemos várias doenças, vírus que surgiram no século 21 como SARS, em 2013; ebola, em 2014; a covid-19, em 2019, que compartilham o fato de serem relativamente doenças infecciosas comuns com uma enorme incidência em humanos e animais. A crise climática e as pandemias são os dois lados da mesma moeda, intrinsecamente interligadas. A covid-19 nos mostrou a necessidade de reconstruirmos nosso planeta Terra de forma mais sustentável e inclusiva. Nós não temos tempo a perder.

As mudanças climáticas continuam a elevar riscos e instabilidades. Em 2023, 600 milímetros de chuva caíram no estado de São Paulo, em um único dia durante o carnaval, com 60 mortes; ondas de calor intenso, com 47 graus Celsius, cobriram a região do mar Mediterrâneo, com recordes de temperatura na Itália e Espanha; a seca somada a ventos fortes, nas Américas, provocou incêndios florestais mortais, como no Havaí, que foi devastado.

Desde 2015, foi constatado as maiores temperaturas do planeta nos últimos 8 anos, e julho de 2023 foi o mês mais quente já registrado em nossa história. Estamos ultrapassando os limites de calor para a sobrevivência humana. Há previsões apocalípticas de que, se continuar assim, poderemos ter a sexta extinção em massa, o que poderá ocorrer em 100 anos. Extinção em massa significa que 70% de todas as espécies irão perecer. A quinta extinção em massa aconteceu há 65 milhões de anos. Por que temos que sofrer essa ameaça??

O futuro da humanidade está em grande perigo. Precisamos reduzir drasticamente as emissões de carbono em nosso planeta e traçar um caminho para atingirmos as emissões líquidas zero de carbono até 2050, nada de carbono em nossas vidas. A China declarou que eles serão zero em 2060, por meio da construção de mais 150 usinas nucleares; a Índia, somente em 2070. A crise climática ocorre aqui e agora. Precisamos implementar o Acordo de Paris.

Receber a COP30 em Belém, em 2025, é uma excelente ideia. Cidadãos de Belém, o futuro está em suas mãos.

Não temos um plano B, porque não temos um planeta B. Não conseguimos ainda descobrir outro planeta habitável, além desta única Terra.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, mostra um ponto de virada e diz que só há mais sete anos para reduzir as emissões em 50%, até 2040, e, para isso ocorrer, temos de cortar ao menos 45% das emissões globais.

As ações multilaterais de que direcionar as respostas. Desafiem seus líderes. A próxima geração tem a prerrogativa de viver por muito tempo, com objetivos em longo prazo.

O relatório do IPCC mostrou que a redução do sistema energético para baixo carbono e, nessa direção, para evitar a crise climática, é necessário investimentos substantivos de cerca US\$ 1,7 trilhão de dólares americanos para limitar a temperatura em 2 graus Celsius, de 2023 a 2052, e mais US\$ 2 trilhões de dólares para reduzir 1,5 grau Celsius. Não há futuro para humanidade se a temperatura aumentar 1,5 grau.

Esta Conferência pode garantir parcerias para as futuras economias. O rio Amazonas é o pulmão da nossa Terra. Apoio o governo brasileiro, que conseguiu reduzir o desmatamento em 67% entre julho de 2022 até julho de 2023, é uma conquista que oferece bases sólidas para a liderança climática do Brasil.

Os povos e comunidades indígenas são os guardiões da Amazônia e sua biodiversidade, suas lideranças serão indispensáveis.

A cidadania global é uma ferramenta fundamental. Estou confiante de que todos nós temos um papel a desempenhar em direção à sustentabilidade, acelerar a ação climática em nome de nosso planeta e toda humanidade. Que nós nos unamos pelo bem comum, pelas metas transformadoras da ONU e pelo Acordo de Paris. A questão é: nós vamos seguir o caminho sustentável?

Infelizmente, a agenda climática não está progredindo bem, na medida como a ciência nos manda fazer. Existe claramente falta de vontade política, porque os dirigentes estão mais interessados em suas agendas. Ou todos vivemos, ou todos morremos.

Uma coisa devastadora foi Donald Trump tirar os EUA do Acordo de Paris, em 2017, mas Joe Biden trouxe o país de volta no dia de sua posse, em janeiro de 2021. Escolham líderes que pensem em desenvolvimento sustentável.

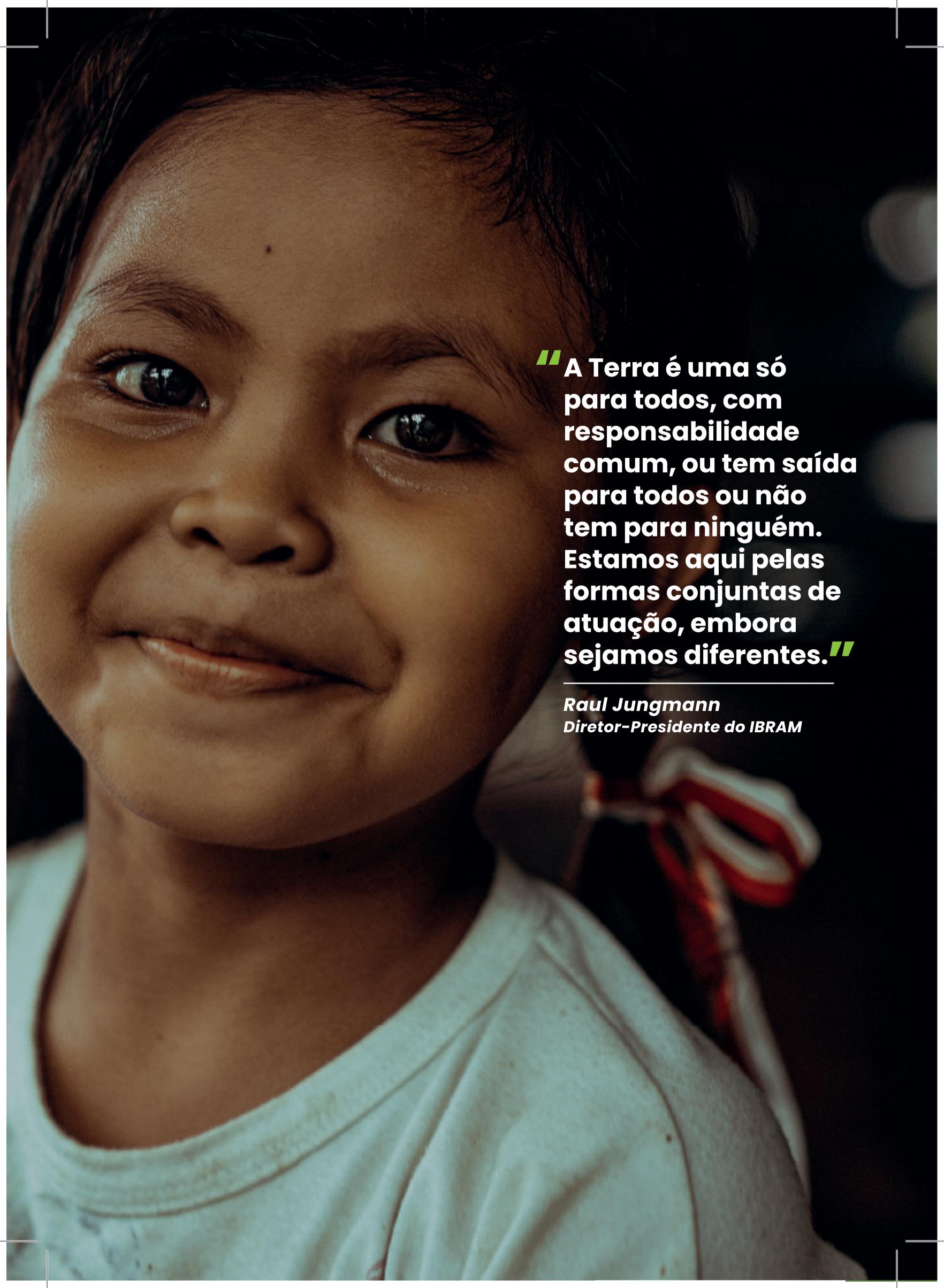
Importante é a parceria governo, sociedade civil e negócios. Não tem um país no mundo que faça tudo sozinho, precisamos ter uma parceria forte. Os negócios têm que lembrar, primeiro, de aspectos ambientais, boa governança e gestão transparentes. Fazer alguma coisa pela agenda global.

A agenda 2030 abrange um aspecto muito amplo dentro dos ODS. O clima está no ODS 13. São 169 metas e mais de 230 índices que devem ser acompanhados no atingimento dessas metas, de maneira sustentável.

A Amazônia pode desempenhar um papel na economia verde, com o rio Amazonas, cuja bacia se estende por oito países. É preciso pessoas, e do mundo todo. Preocupa-me o desmatamento, pois 1/3 do oxigênio do mundo vem da Amazônia, e sem oxigênio, não há vida. Na República Democrática do Congo, na África, fica a segunda maior floresta tropical do mundo, e durante a guerra naquele país, houve desmatamento. Na Indonésia, fica a terceira maior área de floresta. O ideal é que se plante duas árvores para cada uma cortada.

No século 21, ainda temos muitas pessoas que estão em pobreza extrema. Temos 575 milhões de pessoas em pobreza extrema e os ODS se atrelam a essas questões, em uma escala lógica. A prioridade é erradicar a pobreza extrema.

Temos de cuidar e manter o bem-estar dos povos originários. No Brasil, temos que entender o que eles fazem, e, primeiramente, temos de respeitá-los e ajudá-los, ter esse entendimento e apoiá-los nesse processo. São eles que detêm a sabedoria, a partir de seus ancestrais. //



“A Terra é uma só para todos, com responsabilidade comum, ou tem saída para todos ou não tem para ninguém. Estamos aqui pelas formas conjuntas de atuação, embora sejamos diferentes.”

Raul Jungmann
Diretor-Presidente do IBRAM

O QUE A AMAZÔNIA OFERECE & O QUE O MUNDO PRECISA

30 DE AGOSTO

20h às 21h30



Participantes:

Raul Jungmann – Diretor-Presidente do IBRAM.

Denis Minev – Diretor-Presidente da Bemol.

Eduardo Bartolomeo – Diretor-Presidente da Vale.

Izete dos Santos Costa (dona Nena) – Diretora da empresa Filha do Combu Chocolates e Doces Artesanais.

Joanna Martins – CEO e Diretora de Operações – Manioca.

Oskar Metsavaht – Osklen, Instituto-E, Embaixador da Boa Vontade da UNESCO para Sustentabilidade.

Neidinha Suruí (Ivaneide Bandeira Cardozo) – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Puyr Tembê – Secretária de Povos Tradicionais do Pará.

Moderadora:

Leila Sterenberg – Jornalista.

Resumo do painel:

Qual é a Amazônia que as pessoas querem? O painel reuniu dois empresários, sendo um deles, amazônida*; duas pessoas do segmento da mineração; duas empresárias paraenses do ramo de gastronomia e duas lideranças indígenas que buscaram alinhar o discurso em relação ao que é uma Amazônia mais sustentável, apesar dos pontos de vistas um pouco divergentes.

O ponto comum resultou na visão de que a Amazônia precisa ser ouvida. As discussões da sustentabilidade mundial, necessariamente, passam pela região amazônica, seus povos, suas populações, seus produtos e em como o empresariado pode contribuir nesse desenvolvimento, buscando o diálogo com todos os segmentos da sociedade civil e os governos.

Principais pontos discutidos:

- O papel do Estado em um arranjo plural rumo ao desenvolvimento sustentável e preservação da floresta.
- Não ao Marco Temporal.

Falas de destaque dos participantes:

Puyr Tembê: Já estamos aqui há milhares de anos. É preciso pensar, construir e dialogar conosco sobre políticas públicas e saber que Amazônia nós queremos, ou melhor, que país nós queremos. Temos uma diversidade enorme que precisa ser valorizada, porque se falamos de uma Amazônia

- A realização da Conferência denota uma mudança de postura do empresariado?
- O setor de mineração e a Amazônia podem interagir de modo que todo mundo saia ganhando. O papel do IBRAM.
- O papel das grandes corporações e das mineradoras na Amazônia.
- Principais desafios no contexto das novas economias para prosperar na região.
- Aproximação do Brasil e do mundo com a Amazônia por meio da gastronomia, de maneira sustentável, e as demandas mundo afora.
- Gastronomia como um *soft power* para a região amazônica.
- Não há como ter desenvolvimento sustentável sem incluir quem mora nas cidades.
- Não há um projeto para a Amazônia. Não há ainda um projeto de desenvolvimento sustentável para a região.
- Como desenvolver a economia planetária usando os recursos naturais.
- Projetos para Amazônia: Basa e Sudam ainda dão conta do andamento do desenvolvimento?
- Crise climática trouxe urgência, a transição verde leva tempo, como conciliar?
- O envolvimento dos povos indígenas nas discussões com o setor mineral.

sustentável, e não falamos de também sustentar a garantia desses territórios, é um pouco contraditório". Quando trazemos o assunto da diversidade há uma ausência de uma escuta. Mas não podemos deixar de registrar o assunto do Marco Temporal e buscarmos soluções, que precisam ser somadas

*Amazônidas é como os habitantes da região referem-se a si mesmos.

ao nosso conhecimento tradicional, num 'reflorestar mentes'. De construir e pensar que mundo, que Amazônia, que Brasil queremos, um país que seja

sustentável. É dividindo, sanando a desigualdade. O Marco Temporal não pode passar e deixar de envolver os povos indígenas, é desumano. //

// **Neidinha Suruí:** Semente da sustentabilidade precisa ser regada e tem que haver discussão. Mas não adianta uma discussão da floresta em pé, se os políticos votam pelo Marco Temporal. Os indígenas são os que mais protegem o bioma. Setor da mineração deve trabalhar pela mudança e trabalhar contra garimpo em terra indígena. Nós, da sociedade, estamos abertos ao diálogo pelo

desenvolvimento sustentável, mas com demarcação de terras indígenas, demarcação de quilombolas pela sociobiodiversidade.

A gente quer fazer e mudar as coisas juntos. Reflorestar mentes é descolonizar. Eu gosto do meu jeito amazônico e não quero que pessoas tragam coisas de fora para colocar em nossas mentes, precisamos ser escutados. Fazer juntos é estar junto. //

// **Raul Jungmann:** A Terra é uma só para todos, com responsabilidade comum, ou tem saída para todos ou não tem para ninguém. Estamos aqui pelas formas conjuntas de atuação, embora sejamos diferentes. Somos contra a mineração em terra indígena e trabalhamos bastante nisso. Temos de ter soluções, mas o Brasil não tem um projeto para Amazônia e isso precisa ser construído, assumindo um compromisso com a floresta viva. Buscar o respeito aos amazônidas, seguir a Lei, trabalhar conjuntamente pelas soluções que contemplem a questão ambiental e a questão da pobreza e da desigualdade que destroem vidas.

Em 50 anos, só tivemos de projetos para Amazônia com o Basa e Sudam, mas acredito que, atualmente, os dois órgãos precisam de outros apoios. Para ouvir a Amazônia viemos para cá, é sair do conforto e encontrar zonas de convergências, é preciso agregar atitudes e consciência comum. A definição do lugar do Brasil no mundo passa pela Amazônia, onde há o encontro do nacional e do global e colocar no centro das discussões e diálogos os amazônidas. //

// **Eduardo Bartolomeo:** A Vale está na Amazônia há 40 anos. Desenvolvimento sustentável é deixar a floresta em pé e as pessoas que vivem da floresta, com seus sustento adequado, vivendo dignamente. Parece simples, mas é complicado. A Vale tem de servir de exemplo, em reflorestamento, porque é a coisa certa a ser feita, e criar as condições de proteger mais a floresta, mas sem depender do Estado. Temos peso, tamanho, recursos, mas tem

que ser direcionado, ou não fica sustentável.

Na urgência climática, a primeira coisa é se comprometer em reduzir as emissões, e isso faz parte de um comprometimento da Vale. //

“ **Dona Nena: Izete dos Santos Costa:** O principal desafio é ter acesso o maquinário para o refino do cacau, não temos acesso à tecnologia, estamos tão perto e tão longe, em especial, de parcerias. Como beneficiar seus próprios recursos da floresta? O povo da floresta tem tudo para se manter, desde que tenha parcerias, de quem corra os riscos junto com a gente.

“ **Joanna Martins:** É importante que tenhamos marcas no território amazônico. Não temos só biodiversidade, porque foi uma cultura alimentar antiga manejando essa biodiversidade e a adaptando-a ao nosso paladar, e Manioca entendeu isso. Conectar o Brasil e o mundo com a Amazônia por meio dos sabores é cultural, porque inclui as pessoas. O que o amazônida quer dar ao mundo e a gente que ser fornecedor de soluções. Quem manteve a Amazônia em pé são as pessoas que vivem aqui. A gastronomia é um *soft power*

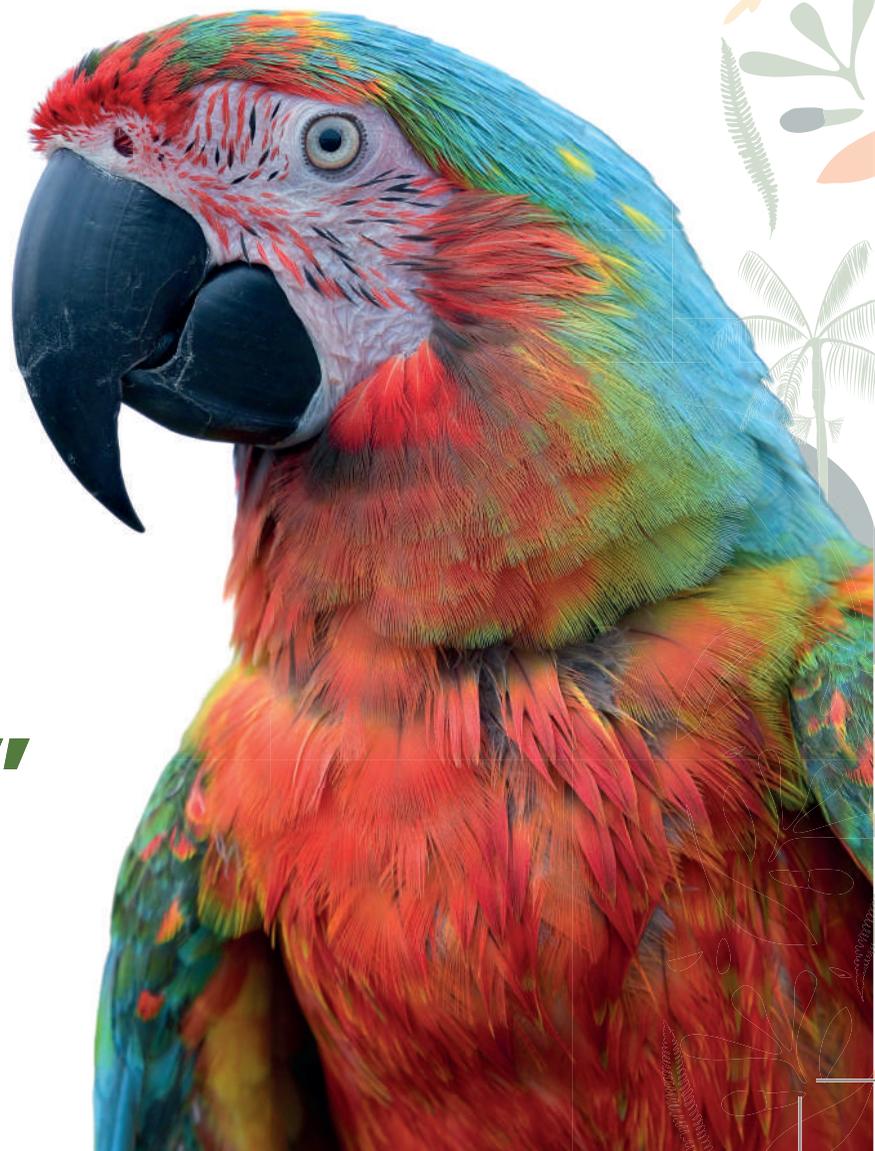
“ **Denis Minev:** O Brasil já teve uma vocação de país grande, com muitas lideranças. O Brasil nunca pensou a Amazônia como um verdadeiro foco de desenvolvimento, sempre foi uma área secundária e não um local de se reimaginar. A biodiversidade se resolve com cérebros e não os estamos desenvolvendo o suficiente, explorando de forma inteligente essa biodiversidade. Rematar a Amazônia deveria ser fruto de um plano nacional, o país liderar com prosperidade e conservação. O Brasil pensa muito pequeno em relação à Amazônia; repensar o país a partir desta região.

Meu grupo investe na Amazônia há 81 anos em diversos segmentos, mas, historicamente, nós erramos nos modelos de negócios. Precisamos entender os erros do passado e mudar. Queremos modelos de negócios que parem de pé, na região. ”

A solução para a Amazônia, como foi falado, está no grande empreendimento, mas está, principalmente, nos pequenos. Vale a pena investir no pequeno, porque eles vão criar o impacto positivo. Precisamos manter o que já tem. Se tivermos acesso a intercâmbios, nós iremos preservar. ”

poderoso para Amazônia e o Brasil. É preciso gerar demanda, porque o mundo não conhece os produtos da Amazônia. No futuro, olhar para Amazônia como um “vale da biodiversidade”, mas acreditar nisso.

Queremos ter compromisso e ousadia. O brasileiro tem o potencial de, correndo riscos calculados, pautar o mundo e não ser apenas pautado por ele. O modelo de sustentabilidade precisa prever as “amazônias” e seus povos. A diversidade é a maior riqueza do mundo. ”



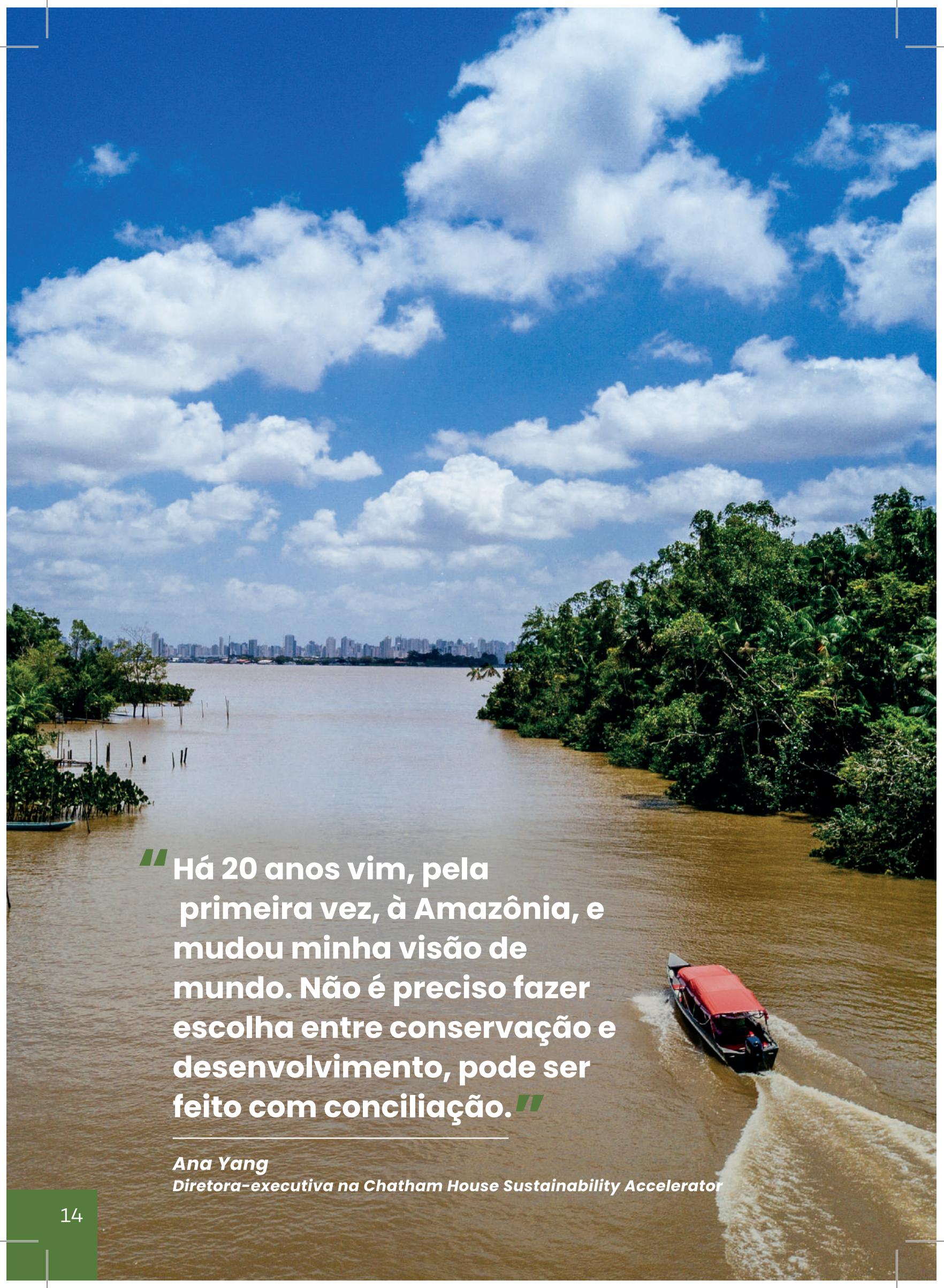


Oskar Metsavah: O desenvolvimento sustentável passa por manter os recursos naturais, iguais ou melhores, para as próximas gerações. Ver a riqueza *versus* à uma economia antiga, prospecção de recursos, mas vendo a potência empreendedora. A minha plataforma é a moda, percepção de valor de toda a cadeia produtiva. Economia verde pela riqueza dos produtos naturais, a nossa real riqueza, para poder competir com o mercado lá fora, são os nossos diferenciais, o diferencial da sustentabilidade. Obedecendo pontos como originalidade, linguagem estética universal, qualidade, e que seja sustentável, mas precisa de um programa de comunicação sério, em uma união comum. O Brasil tem capacidade de exportar vida, nós temos essa riqueza. Nossa missão é mergulhar onde nós estamos, com espaço para uma marca nossa que tenha impacto social positivo para um projeto de Brasil.

Erramos nos modelos de negócios, precisamos entender os erros do passado e mudar. Queremos modelos de negócios que parem de pé, na região.

Temos de criar uma curadoria de pequenos projetos, de maior potencial, e fomentá-los, saber como levar nossos valores para fora, que falem desses projetos, com valorização de toda cadeia produtiva.



A wide, brown river flows through a lush green landscape. In the distance, a city skyline is visible under a bright blue sky with scattered white clouds. A small boat with a red canopy is moving along the river, leaving a white wake. The text is overlaid on the left side of the image.

“ Há 20 anos vim, pela primeira vez, à Amazônia, e mudou minha visão de mundo. Não é preciso fazer escolha entre conservação e desenvolvimento, pode ser feito com conciliação. ”

Ana Yang

Diretora-executiva na Chatham House Sustainability Accelerator

TEASER DO DIA

31 DE AGOSTO

9h às 9h30



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Ana Yang – Diretora-executiva na Chatham House Sustainability Accelerator.

Ilona Szabó de Carvalho – Presidente do Instituto Igarapé.

Renata Piazzon – Diretora-geral do Instituto Arapyáú.

Rohistesh Dhawan – Presidente do ICM.

Moderadora:

Izabella Teixeira – ex-Ministra do Meio Ambiente, copresidente IRP- UNEP e Membro do Conselho Econômico e Social da ONU.

Resumo do painel:

Neste “teaser” a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, conduziu uma breve rodada de discussão com alguns dos principais nomes que devem compor os painéis da Conferência, destacando os grandes temas e principais desafios para o futuro da Amazônia num contexto global de transição ecológica.

Principais pontos discutidos:

- O Brasil como provedor de soluções.
- Perspectiva da natureza.

Falas de destaque dos participantes:

Ana Yang: Há 20 anos vim, pela primeira vez, à Amazônia e mudou minha visão de mundo. Não é preciso fazer escolha entre conservação e desenvolvimento, pode ser feito com conciliação. Trazer um marco de pensamento em três horizontes: 1. Gerencial (presente em que vivemos);

Renata Piazzon: Unir o técnico e sensível, movendo as pessoas a partir do coração. O poder das redes para solução dos problemas, unindo os governos, poderes, sociedade civil e Academia, buscando uma zona de convergência das diferentes visões. Consenso e consentimento. Amazônia 1.0 traz premissas básicas para o desenvolvimento da região, como conectividade para indígenas,

Ilona Szabó de Carvalho: Não existe meta a ser atingida sem a Amazônia. O desafio é como fazer para quem, hoje, está envolvido em economias informais e ilícitas, transformando-as em ecossistemas de empreendimentos verdes de novas economias

- Não há mais zona de conforto no mundo.
- Lutar muito para melhorar a condição do Brasil, para ter lugar e papel no mundo, e isso passa pela Amazônia.
- O mundo olha para o Brasil por meio da Amazônia
- Momento disruptivo.
- O Brasil tem preconceitos com o Brasil.
- Entender que não tem ‘achismo’.
- As escolhas representam liberdades.
- O Brasil mudou e pode mudar mais.
- “Amazônia, Amazônia, abra as asas sobre esse Brasil contemporâneo” (Izabella Teixeira).
- Futuro.

2. Aspiracional (futuro), que deveria inspirar a todos nós; 2. Empreendedorismo (possibilidades), um *mindset*. Escolha de soluções que dão escala, de alianças novas. Necessidade de ter confiança. Transição ecológica passa pelo Brasil, com sua geração única. //

quilombolas, ribeirinhos, infraestrutura, saneamento, visando as muitas Amazônia. Uma agenda integrada em interconexão do social, ambiental, econômica e institucional. Entender o que o amazônida quer dar ao mundo e construir a ambição à COP-30. A agenda climática é uma agenda política, de desenvolvimento, e precisamos saber aonde ir. Construir a visão de futuro para pautar a visão de curto prazo. //

sustentáveis. Precisa de comando e controle. Métricas de governança sociais e ambientais baseadas na realidade do território. Trazer as pessoas e floresta ou iremos falhar. Criar novos incentivos. Temos dois anos para o Brasil alavancar investimentos em escala, mas com sustentabilidade. //

“ Nos 772 municípios da Amazônia, temos de pensar como se oferece proteção, visto que na região há índices superiores de violência 50% maiores que a média nacional. ”



Renato Sérgio de Lima
Diretor-Presidente do
Fórum Brasileiro de
Segurança Pública

CIDADES DA AMAZÔNIA – DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

PALCO 1 – CIDADES DA AMAZÔNIA

31 DE AGOSTO

9h30 às 11h15



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Beto Veríssimo – Cofundador do Imazon, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Amazonia 2030.

Renato Sérgio de Lima – Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Edmilson Rodrigues – Prefeito de Belém.

Laura Lizarazo – Global Risk Analysis – Control Risks.

Josemira Gadelha – Prefeita de Canaã dos Carajás.

Moderadora:

Rafaela Guedes – Sênior Fellow do CEBRI.

Resumo do painel:

O painel contou com a participação de um prefeito e de uma prefeita de cidades da região amazônica e três pesquisadores estudiosos dos problemas da região. Um ponto em comum sobre os obstáculos para o desenvolvimento da região é o tamanho do território amazônico, o que dificulta as ações.

Os grandes desafios urbanos nas cidades amazônicas como transporte, segurança pública, conectividade, desigualdades sociais e territoriais, e suas relações com a economia local, sob perspectiva de gestores públicos e de organizações da sociedade civil.

A questão é que a Amazônia deixou de ser, já há algum tempo, o que se convencionou acreditar: que a população viveria em áreas de florestas e, atualmente, o que se sabe é que as pessoas vivem nos grandes centros urbanos da região e isso acarreta problemas, como a insuficiência de água potável; falta de saneamento; educação que não chega a todos; geração de emprego e renda ainda insuficiente e saúde que não alcança como deveria ser.

A convicção é a de que não haverá nova economia na Amazônia se não houver cidades bem desen-

volvidas e seus prefeitos capacitados e com recursos para promover qualidade de vida aos seus cidadãos.

Principais pontos discutidos:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Procurar elementos de convergências para ter pontos em comum.
- Desafios de como as cidades da região da Pan-Amazônia podem ser catalizadoras das respostas aos problemas atuais.
- A crise climática e suas implicações.
- As cidades devem ser o lugar da fruição da vida, mas convivem com muitas mazelas.
- Geração de trabalho e renda é ponto.
- Como as cidades da Pan-Amazônia que têm outras características, diferentes de outras cidades e que são impulsionadoras das novas economia.
- Concentração tributária em municípios onde estão as mineradoras.
- COP-30 como voz para os prefeitos e prefeitas das cidades amazônicas.
- Investimentos para a região amazônica que ultrapassem as fronteiras brasileiras.
- Atração de investimento, identificação e redução de riscos, papel do setor privado.
- Cidadania global como ênfase na dignidade.
- Alternativas para reduzir as desigualdades sociais.
- Procurar uma ação em rede e ouvir todos e todas
- Existe mineração sustentável na Amazônia?

Falas de destaque dos participantes:



Edmilson Rodrigues: Há uma dinâmica urbana instalada no Planeta, um tipo de urbanização nos países subdesenvolvidos que pode ser classificada com sanguinária, uma prática vampirista, inviabilizando a concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável. O geógrafo Aziz Ab'Saber fala sobre uma Amazônia que não é homogênea e na criação de "portos da floresta". Há que se pensar na dimensão urbana da Amazônia com seus 6 milhões de habitantes, cidades amazônicas são expressão mais profunda da crise urbana. Parece haver uma intencionalidade em relação ao orçamento nacional. Os objetivos podem ser expressos em diminuir as desigualdades, acabar com o problema, proteger o clima, proteger o meio ambiente e garantir paz e prosperidade. Em resumo: cidadania, mas, paradoxalmente, as cidades amazônicas são negadoras do direito à cidadania aos moradores. Como se explica que não haja saneamento básico e não haja acesso à água potável em uma região com tanta água doce disponível? Nós temos de pensar o futuro e pensar a transição do processo ou virá o caos. Falamos em petróleo na Amazônia e, ao

mesmo tempo, falamos em transição climática, em novos modelos de desenvolvimento. São muitos desafios a enfrentar, mas são necessários recursos, e Belém tem milhares de pessoas em áreas alagadas. Há a concentração de riquezas e sua distribuição desigual, há de haver uma reposição do nós perdemos ou não haverá recursos para investimentos em políticas públicas fundamentais e nos objetivos do milênio. As cidades amazônicas podem crescer muito. Os paradigmas são outros e temos que ter consciência de que o esforço da urbanização não passa só por Belém, é um esforço brasileiro e mundial para que possamos ter vidas urbanas plenas de cidadania.

Há a possibilidade de, com os investimentos, haver em Belém uma frota "verde" de transporte, com 1.200 ônibus, usando energia limpa, mas estamos falando de bilhões em investimentos. Ou as pessoas têm vida digna ou não haverá sustentabilidade. Sobre o alagamentos em Belém, já há negociações com organismos financeiros, inclusive internacionais, para sanear as diversas bacias hidrográficas da cidades. //



Beto Veríssimo: Existe um fenômeno de urbanização crescente, com 76% da população amazônica brasileira vivendo em cidades. A urbanização é precária e a Amazônia vive uma crise tripla: ambiental, de indicadores sociais baixos e é uma região difícil para investimentos. A Amazônia arrecada muito pouco e isso se reflete nos investimentos. A Amazônia é central na questão da transição climática, mas as pessoas da região precisam de qualidade de vida decente. A Amazônia brasileira vive o seu melhor momento do dividendo demográfico, potencial de desenvolvimento que terá o auge em 2030, mas não há emprego. É preciso investimento para conectar os jovens. Índice de progresso social, uma métrica, se a Amazônia brasileira fosse um país, estaria

na posição 144 de 189 de progresso social, o resto do Brasil, 44, é há uma disparidade. A Amazônia está com 'padrões africanos' de desenvolvimento social, que inviabilizam a região de prestar um serviço ecossistêmico e planetário para o equilíbrio do clima. Em um momento de transição climática, em solução baseadas na natureza, a Amazônia se impõe como um papel-chave na agenda de mudança climática.

Sem o fim do desmatamento, que alimenta a violência, não haverá progresso social na Amazônia e que impede as cidades de prosperarem. A região precisa garantir a transição climática e evitar os 2 graus Celsius. //

Laura Lizarazo: A relação entre humanidade e natureza é essencial para manter a capacidade da Amazônia de realizar serviços ecossistêmicos.

Renato Sérgio de Lima: É preciso que se sofisticasse as redes de comando e controle, mas não há dinheiro no mundo que dê conta dos desafios da Amazônia. Nos 772 municípios da Amazônia, temos de pensar como se oferece proteção, visto que na região há índices superiores de violência 50% maiores que a média nacional. Virada em 2017 com a dinâmica das facções de base prisional e disputas. Há 22 facções/ milícias na Amazônia, que disputam também o poder público. Cocaína que entra no Brasil é cerca de 4% do PIB, 1,6% na região Norte em poder das facções, crime a partir do garimpo. Em Itaituba,

Josemira Gadelha: Canaã dos Carajás, com 77 mil habitantes e seus desafios, com a maior mina de ferro, a S11D, como a cidade que mais cresceu no Brasil, proporcionalmente, e que teve a terceira maior geração de empregos. Isso provocado pela mineração e muitas pessoas chegam ao município. O ICMS precisa, sim, ser diferenciado para trabalhar com as pessoas e trabalhar a dignidade delas. A juventude precisa discutir o que seremos no futuro, os indígenas também, trabalhar o desenvolvimento de modo

Processos complexos para identificar os interlocutores. Três experiências na Amazônia colombiana: cultivo de coca e reflorestamento

estimada em 80 e 90%, está em poder do garimpo e as facções controlam o garimpo. Território urbano acaba sendo vulnerabilizado e o crime se impõe. Criar condições. Segurança como um direito social. Caminhos: fortalecer as instituições, chegar em lugares onde o Estado não está, governança, município é o ponto focal, a violência atrasando uma nova economia na região. As palavras são governança, coordenação, regulação do território pensando na promoção de cidadania, principalmente, nos núcleos urbanos que acabam tendo um papel fundamental na economia do crime em escala mundial.

integrado, não podemos pensar sozinhos. A qualidade de vida precisa ser pensada por todos nós. Em Canaã já está sendo pensada a plantação consorciada de cacau e açaí, em uma ação sustentável.

A mineração contribui muito com o desenvolvimento econômico, mas traz também os problemas sociais, deixando grandes desafios. Palavras que definem: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e econômica.





“ Na Amazônia, há fluxos migratórios muito rápidos, população quadruplicou, desde 1970, sem organização do Estado e sem o setor privado. ”

Juliano Assunção
Diretor-executivo CPI/ PUC-RJ

UMA NOVA RELAÇÃO COM A NATUREZA E COM AS PESSOAS

PALCO 2 - NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

31 DE AGOSTO

9h30 às 11h15



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Amaury Oliva - Diretor Executivo de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação - Febraban.

Juliano Assunção - Diretor-executivo CPI/ PUC-RJ.

Maria Luiza Paiva - Vice-Presidente Executiva de Sustentabilidade da Vale.

Mauro O' de Almeida - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará/ SEMAS-PA.

Ubirajara Sompré - Secretário Adjunto da Secretaria de Povos Tradicionais do Pará.

Moderadora:

Lívia Menezes Pagotto - Uma Concertação pela Amazônia (Concertação Amazônia).

Resumo do painel:

Como as novas economias se relacionam com a qualidade de vida das pessoas, com o combate à pobreza e à preservação da biodiversidade, na forma de novos arranjos produtivos? Como ampliar esse impacto? Quais são as perspectivas econômicas da bioeconomia em grande escala? Essas e outras questões foram abordadas neste painel.

Principais pontos discutidos:

- Novas economias na Amazônia, fomento às novas economias e como podemos avançar mais.
- Colocar as pessoas no centro dos debates e o combate à pobreza é primordial.

- As cooperativas ainda são poucas exploradas na Amazônia.
- Como definir essas novas economias, a transição energética nessas economias.
- Novas economias para conectar as Amazônias, e elas sendo os encontros da Amazônia com seu próprio passado.
- É possível escalar as novas economias.
- Desde os anos 1970, a população na Amazônia quadruplicou, sem organização do Estado e sem o setor privado.
- Crédito bancário para fomentar novas economias.
- Crédito de carbono e de biodiversidade são os temas do momento.

Falas de destaque dos participantes:

Juliano Assunção: O trabalho no projeto Amazônia 2030. 84 milhões de hectares que são subutilizados, necessário utilizar melhor esse recurso. Na Amazônia, há fluxos migratórios muito rápidos, população quadruplicou, desde 1970, sem organização do Estado e sem o setor privado. São 8 milhões de pessoas desocupadas na região, como criar oportunidades aos jovens? Antes, a floresta era um empecilho ao desenvolvimento. O mundo depende da Amazônia por conta de seu ciclo de carbono. São várias Amazônias, didaticamente, se fala em cinco.

Evite-se as soluções uniformizadas à região.

Escala de desafios de identificar produtores. Na bioeconomia, há potencial de mercado no Brasil, 64 produtos da floresta com potencial de exportação, somente 0,17% do mercado global, mas temos 20% de todas as florestas tropicais, o que impede a produção? Escala de restauro de aportes para questão de carbono, o restauro seria atividade dominante, com contribuição para o clima.

Desmatamento desenfreado mantém investidores longe da Amazônia. //

Mauro O' de Almeida: Reencontro com nosso passado, no Pará, por meio dos elementos da floresta, na saúde e alimentação, sempre esteve no nosso universo. Focar no alimento, as pessoas trabalham para se alimentar. A população está na cidade, onde não pode se alimentar adequadamente. Bioeconomia para estruturar o alimento para que ele seja acessível. Criar mercados para essa bioeconomia, comida de "verdade" é a comida da floresta, com logística. A moda amazônica é um elemento a ser explorado. No Pará, deve-se ter uma base, um caminho - bioeconomia - que siga a trilha que quer alcançar. Bioeconomia é baseada em soluções da natureza

Ubirajara Sompré: Impacto ambiental nas terras indígenas e havia planos básicos ambientais que não eram cumpridos. Recursos para as comunidades que protegem, realmente, a floresta, com crédito específico. Fundo Amazônia se fala em milhões, é preciso acessar esse recurso. Regulamentar créditos de carbono, sendo que uma aldeia apenas é beneficiada, precisa levar às outras. Yanomamis passando fome em meio ao garimpo. Os indígenas fizeram uma carta única de reivindicações à direção da

Maria Luiza Paiva: Temos que colocar as pessoas no centro de tudo. Algumas Vale atuando na Amazônia, em 40 anos, conflito, parceria, relações para fora da empresa. Trajetória com a criação do Instituto Tecnológico Vale e do Fundo Vale (filantrópico). O nosso negócio é baseado na natureza e depende dela, há o interesse de preservar. Ações de bioeconomia envolvem retirar pessoas da extrema pobreza no estágio em que estiver. Bioeconomia é oportunidade de

florestal. A mineração pode trabalhar no fortalecimento dessa transição econômica que não é rápida.

As cooperativas ainda são poucas exploradas na Amazônia. Conhecimento tradicional associado e baixíssimas patentes e precisa requerê-las, mas que seja por brasileiros, em controle da economia. A nova economia vai surgir por dentro da velha economia. O Pará tem todos os minerais críticos para a utilização da tecnologia.

Selo Verde na rastreabilidade da pecuária é realidade no Pará e foi feito por meio da transformação digital. //

Cúpula da Amazônia. Precisa de terras demarcadas, o patrimônio que pertence à União. Não havia política pública para os povos indígenas, em especial, na saúde de alta complexidade. A população indígena cresceu. São 173 povos indígenas em toda a Amazônia, 25% de terra indígena na região, e no Pará, são 125 mil indígenas.

Precisa de oportunidades de acessar recursos para investir na produção. Tem comunidade indígena que passa fome, porque não há projeto. //

parcerias. Formar cadeias é cheio de desafios. Grandes projetos não são bons porque causam grandes impactos, mas já não há mais tempo para 'projetos pilotos'.

A Vale, por obrigação, deve proteger 800 mil hectares, no Pará, onde atua em menos de 3% dessa área. Os xicrins são fundamentais nessa proteção. Mais de R\$ 300 milhões investidos em ciência em rede. //

“ **Amaury Oliva:** Setor bancário como um setor estratégico da sociedade, com oportunidade de lidar com riscos. Finanças sustentáveis para acelerar a transição para uma sociedade mais inclusiva, com recursos de vários setores. Banco Central é bastante atuante na agenda climática, social e ambiental, criando uma série de mecanismo e gerenciamento de riscos. O Banco Central criou várias bases regulatórias, e criou em 2014, um eixo socioambiental. Compromissos voluntários dos bancos dialogam bastante com a agenda da Amazônia, um patamar mínimo de

gerenciamento dos riscos de desmatamento ilegal na cadeia da carne, e que ela não venha de áreas de desmatamento.

Sistema de rastreabilidade dos bancos e investidores, de monitorar os embargos, empenho do setor bancário nessa ação. Os bancos assumiram o compromisso com a neutralidade de emissões (taxonomia). Há em torno de 22% da carteira de crédito dos bancos para quem investe em economia verde. Há bancos que dão taxas de juros menores a quem investe em boas práticas. ”





“Necessário um diálogo franco em que os povos e comunidades tradicionais tenham protagonismo em uma vitrine da bioeconomia.”

*Lúcia Alberta Andrade de Oliveira
Diretora da Fundação Nacional
dos Povos Indígenas (FUNAI)*

POVOS INDÍGENAS E TRADICIONAIS: UMA NOVA ECONOMIA BASEADA EM PRÁTICAS ANCESTRAIS

PALCO 3 – NATUREZA E DESENVOLVIMENTO
31 DE AGOSTO
9h30 às 11h15



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Adriana Ramos – Assessora Política e Direito Socioambiental no Instituto Socioambiental.
Júlio Barbosa de Aquino – Do Acre e presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).
Lúcia Alberta Andrade de Oliveira – Diretora da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
Valéria Pôrto – Quilombola ativista.
Shirlei Arara – Mentora da grife do povo Arara.
Célia Regina Nunes das Neves – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas.

Moderadora:

Neidinha Suruí (Ivaneide Bandeira Cardozo) – ativista na Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé.

Resumo do painel:

Qual lugar para os povos da floresta nesse novo paradigma? Como as atividades tradicionais podem ser fortalecidas e se tornarem parte de novas soluções via novos arranjos econômicos? O fortalecimento de cadeias pré-existentes foi debatido neste painel.

Principais pontos discutidos:

- Uma nova economia para a Amazônia baseada no conhecimento ancestral.
- O desafio da COP-30 em Belém.
- Os problemas que o Marco Temporal pode trazer.
- Como a Funai vê o momento atual e a necessidade de um orçamento decente para essa entidade?
- Garimpo ilegal e o respeito aos povos indígenas.
- Conversa com o outro lado para desenvolver economias juntos.

Falas de destaque dos participantes:

/// **Júlio Barbosa:** O Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) foi criado há 38 anos, luta em defesa das população tradicionais, como seringueiros, é o principal defensor das reservas extrativistas. Sociobioeconomia, dentro do crescimento econômico, deve trazer benefícios às populações nativas e tradicionais. Desafio que é a COP-30, os

- O povo indígena de Rondônia e a economia do povo Arara com a criação de uma grife própria.
- As lutas do povo quilombola com a existência de quilombos na Amazônia ainda não demarcados.
- Sem regularização fundiária não há economia garantida.
- Como pensar essa nova economia, com direitos territoriais e a garantia do território?
- Reservas extrativistas costeiras e marinhas e a economia local.
- Como os jovens podem ser retidos nas comunidades?
- Uso múltiplo da floresta, a comercialização dos produtos e atravessadores do produto local.
- Desejo de integração entre campo e cidade, a ancestralidade pode ficar impactada?
- Como se comporta o etno-desenvolvimento.

eventos antes desse momento vão trazer subsídios a todos.

A ocupação da Amazônia vinha com uma canga no pescoço. Temos um debate sobre qual a bioeconomia que pensamos para a Amazônia. A bioeconomia não é um conceito, é uma prática. A Amazônia foi a questão da borracha. ///

“**Lúcia Alberta Andrade de Oliveira:** Há uma pasta dentro da Funai que trata de licenciamento ambiental, promoção de direitos e cidadania, com indígenas em lugares estratégicos, com missão de reconstruir e recompor a Política Indigenista do Estado Brasileiro, que foi abalada no governo passado. Será que povos tradicionais são, realmente, parte da solução para a nova economia para a Amazônia? Eles são “a” solução e de forma muito respeitosa. Os biomas são parte de todos e só os indígenas conseguem viver isso em sua plenitude. Entregar as terras indígenas para grandes empreendimentos também não é a solução. Alguns minerais, em outros lugares, já suprem a demanda do Brasil e

não é preciso utilizar as terras indígenas, ver o exemplo do yanomamis. O mercúrio mata, será que o temos em nosso sangue? Manejo adequado criando renda aos povos, com reciprocidade, são formas de gerar renda sem agredir o meio ambiente. A Constituição Federal, artigo 231, diz que as terras indígenas são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, conforme sua relação com a terra. A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNEGATI) foi construída em conjunto com os povos indígenas, Funai e órgãos federais e traz alternativas.

É necessário um diálogo franco em que os povos e comunidades tradicionais tenham protagonismo, em uma vitrine da bioeconomia. ”

“**Shirlei Arara:** Dentro do território do Igarapé Lourdes, em Rondônia, o povo arara tem avançado muito, com diversidade de economia, fortalecendo a proteção territorial. A grife tem apenas um ano e promove permanência da juventude e de mulheres, como emprego, mas há outras ações como o etnoturismo, produção orgânica e roçados tradi-

cionais. O açaí e as castanhas trazem muitas oportunidades aos jovens desse território, fortalecendo, suas próprias economias e governança.

A grife trabalha com o grafismo do povo, seus traços, pintados à mão, e o fortalece. Cada grafismo tem uma história, um significado do povo. ”

“**Valéria Pôrto:** Repensar o fazer ancestral. Quantificar para dizer que existe, hoje, 1,32 milhões de quilombolas no Brasil, em sua maioria, no Nordeste, mas existem muito mais. Há a busca pela regularização fundiária. A população negra sofre insegurança e não tem os seus direitos assegurados, principalmente, pelo Estado brasileiro, e busca não viver sob ameaças. Executar vidas negras sempre foi e continua sendo um projeto, uma prática vergonhosamente naturalizada. A titulação é necessária para a preservação da vida, para ter a posse de terras, e assim, a sociedade brasileira diminuirá a dívida histórica que tem com a população negra. Para os

quilombolas, falar de novas economias é falar da garantia do território. Agricultura familiar repassada pela oralidade. Constituição Federal, artigo 78, fala que aos remanescentes de quilombos deve o Estado lhes emitir os títulos de terras já ocupadas, e o Decreto 4887, de 2003, é uma ferramenta para efetivação desse direito; que em 2018, STF o legitimou e disse que é um Decreto Constitucional. Mas foram necessárias luta e mobilização nacional. O cumprimento dessa legalidade levará à liberdade do povo quilombola.

Exemplo de um projeto é a inclusão produtiva pensando em mulheres quilombolas, produção de ovos, quintais produtivos para emancipar mulheres. A água precisa ser universalizada. ”

“ **Adriana Ramos:** Setores econômicos hegemônicos abriram guerra contra os direitos dos territórios dos povos tradicionais, em uma descaracterização dos direitos, visando à velha economia. Marco Temporal vai na perspectiva de diminuir a autonomia dos povos em seus territórios, deixar o fazer ancestral para adotar, por exemplo, a exploração mineral, de gado, acabando com o valor dos territórios. Amazônia tem valor para o enfrentamento da emergência climática. Projeto de arqueologia Amazônia Revelada demonstra que a região foi cultivada pelas populações tradicionais. Garantir para ter floresta, pela titulação de territórios quilombolas. Uma economia que é baseada

“ **Célia Regina Nunes das Neves:** Reserva costeira Mãe Grande, do município de Curuçá (PA), as ‘mulheres da maré’. Economia baseada em práticas tradicionais, ancestral, ‘sem nada magoar’. Os manguezais amazônicos têm 1,2 milhão de hectares, começa no Oiapoque, passa pelo delta do rio Paranaíba, chega, um pouquinho no Ceará, e está bem conservado. Na

em conhecimento e em promoção de serviços ambientais, indicando valor agregado dessa economia. Nem toda conciliação é possível na disputa dos territórios.

Não há uma perspectiva de maior escala. O mercado brasileiro absorve, no máximo, 20 produtos que vêm da floresta, apesar de as comunidade manejarem 100. Se volta ao valor agregado, a planos de manejo, para engajar a juventude, sem precisar estar desconectada do mundo.

A comunidade, quando consegue se organizar, ela elimina o intermediário, como exemplo, a rede de cantinas na Terra do Meio, onde os compradores vão ao território negociar produtos. ”

resex em Curuçá, tem mais de 6 mil famílias que movimentam a economia. Em 2015, pesquisa dos manguezais do Brasil, só no mês de julho, foram exportados para o Ceará, 400 mil caranguejos. Lucro a partir da ancestralidade. Ruralidade em 3 pilares ambientais: campo, floresta e água. O tempo laboral deixa mais excludente, porque existe o tempo maré, que é baseada em trocas. Sinalizar o direito da natureza, é preciso garantir terras aos povos. O IBRAM - dos museus - já reconheceu a comunidade de Abade como ponto de memória. A sazonalidade é muito diversificada. Há um quintal muito importante que fica no rio Guamá, e forma a baía do Guajará.

Educação decolonial para manter o jovem no seu ambiente, com o que oferece o tempo. A maré tem diferenças. ”





// Procurando um novo caminho para a Amazônia, de qual bioeconomia estamos falando? //

Paulo Artaxo
Professor da Universidade de São Paulo (USP)

SEGURANÇA CLIMÁTICA E AMAZÔNIA: A CIÊNCIA COMO ATOR POLÍTICO

PALCO 4 - CLIMA
31 DE AGOSTO
9h30 às 11h15



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Ana Yang - Diretora-Executiva da Chatham House Sustainability Accelerator.

Emmanuel Guérin - European Climate Foundation (ECF).

Gilberto Câmara - Pesquisador no INPE.

Paulo Artaxo - Professor da Universidade de São Paulo (USP).

Moderadora:

Suzana Kahn Ribeiro - Diretora da COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo do painel:

A segurança climática, a partir da sua presença nos principais relatórios científicos internacionais, o painel debateu o papel da ciência como ator político na formulação de agendas relacionadas aos bens comuns globais e a forma como esse tema dialoga com os interesses nacionais.

Principais pontos discutidos:

- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).
- Responsabilidades históricas dos países.
- Discussões nas COPs.
- Vulnerabilidades dos países.
- Transição energética, rumo à eletrificação.
- Desmatamento.

- O investimento das fundações de pesquisa no direcionamento das decisões nacionais.
- Dados e informações científica.
- A ciência sensibiliza os governos nas mudanças de trajetórias?
- Coletes amarelos.
- Taxação dos combustíveis fósseis.
- Não há investimento na ciência tropical que promoveria desenvolvimento.
- O Estado forte.
- Bioeconomia é uma cadeia toda que precisa funcionar.
- Segurança climática.
- Interesse e estruturação.
- Inovação tecnológica.

Falas de destaque dos participantes:

Gilberto Câmara: A ciência, no caso específico das mudanças climáticas, está ligada à tomada de decisões. O INPE é de 1988 e sem ele, estaríamos à mercê de organismos internacionais. Os dados do INPE são reconhecidos internacionalmente e cientificamente sólidos. O debate sobre o futuro da Amazônia se beneficia de ter sido feito em uma ciência voltada para os interesses da sociedade.

A transição para uma sociedade civilizada depende de um estado forte. No Brasil, existe a questão da dualidade da lei. A sensibilização

passa por cadeia e multa. A Amazônia tem 4,5 milhões de hectares de soja, desses 2,2 ha (metade) estão irregulares em relação ao Código Florestal; a Amazônia tem 35 milhões de hectares de pastagens boas que custam caro, desses, 13 hectares estão irregulares. O desafio é o fortalecimento do Estado para que faça cumprir a lei para todos.

Temos um problema de desindustrialização, ao longo dos anos, que fez com que uma parte substancial da produção de bens passasse a ser feita

na China. No agronegócio, a remuneração é baixa, poucos empregos qualificados. O dilema do Brasil é: se pensar 'ambientalmente', não há justificativa para explorar petróleo na foz do rio Amazonas, se pensar como política industrial, há todas justificativas que se quiser. No setor de exploração de petróleo, o Brasil é bastante competitivo tecnicamente.

A vantagem do Brasil é que nossas emissões são mais fáceis de cumprir. O Brasil optou por um programa de seguridade social.



Paulo Artaxo: As políticas públicas são baseadas em ciência para orientar quais serão os modelos de desenvolvimento para cada região do nosso país e do planeta como um todo. O Brasil, que tem um modelo econômico baseado na produção de *commodities* agrícolas, em 20, 30 anos, a produtividade pode não ser mais a mesma. Levar em conta as mudanças climáticas e as questões políticas, mineração (minerais estratégicos). A ciência vai trabalhar com o poder político. O clima já está mudando, buscar atingir os 17 ODS da melhor maneira, com o menor custo social ao país.

Procurando um novo caminho para a Amazônia, de qual bioeconomia estamos falando? Repatriação local da nova economia, no agronegócio, para uma economia sustentável, baseado em ciência. Poder judiciário é fundamental, sair da ilegalidade.



Ana Yang: A Chatham House foi criada há 102 anos, como um mecanismo de negociação de paz, de troca e negociação. A fase de discussão técnica sobre mudanças climáticas já passou, entram agora as questões políticas, e um acoplamento das questões do clima com a geopolítica.

O próximo passo no conteúdo da produção científica é na tradução e nessa comunicação para a tomada de decisões, temos que comunicar melhor

Do ponto de vista da geopolítica, o Brasil é muito mais dependente da China do que gostaria de admitir. Não dá para confiar nos EUA; na Europa, há as relações históricas, mas que nem sempre demonstram sensibilidade com as questões brasileiras. A China cumpre acordos e absorve as exportações do Brasil.

Fruto de um projeto nacional, a esquerda brasileira não tem competência para gerir ciência e tecnologia, ou o projeto é militar (INPE), ou de elite (USP). //

A ciência não tem que ser livre e a maior parte dela no Brasil é voltada aos grandes problemas nacionais e urgentes. Formação de recursos humanos não contenta a área ambiental, formar os profissionais que o Brasil está precisando, hoje.

A Amazônia é o ecossistema crítico para a questão balanço de carbono global, com 120 bilhões de toneladas de carbono armazenadas no ecossistema, que corresponde a 10 anos de toda a queima de combustíveis fósseis do planeta, sendo que o Brasil tem que administrar esse setor com muito cuidado. Degradação florestal pode vir a se tornar um emissor de carbono global. O mundo deve procurar atingir as metas do Acordo de Paris. Limitar o aquecimento em 2,5 e 3 graus, cientificamente, não já é mais possível.

A ciência já fez o seu papel, desde a Conferência de Estocolmo, alertando sobre uma posição não favorável para a humanidade como um todo. //

para os formadores de decisão que estão no poder, líderes de movimentos. É um desafio porque aumentou o papel da ciência como ator político.

Para tentar abrir o cofre da Amazônia precisamos de cérebros, investir muito em educação e pesquisa científica. Utilizar sistemas agrícolas ou bioeconomia baseada em pesquisas avançadas.

O papel do valor em pesquisa científica, espaço de confiança, não há espaço de negociação de dilemas. //



“ Não há verdadeiramente uma crise, mas é que o clima, de fato, está mudando, o tempo está muito mais quente. As pessoas entendem que se trata de um grande desafio, de longo prazo. ”

Tony Blair
Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de 1997 a 2007

PALESTRA MAGNA TONY BLAIR

31 DE AGOSTO

11h15 às 12h15



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participante:

Tony Blair – Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de 1997 a 2007.

Moderadora:

Leila Sterenberg – jornalista.

Resumo do painel:

Tony Blair usou a sua experiência como ex-primeiro-ministro da Grã-Bretanha e no Instituto Tony Blair para tecer considerações sobre a geopolítica mundial, mudanças climáticas, transição energética, o potencial da Amazônia, a visão do Brasil pelo mundo, entre outros pontos, e traçar um painel sobre como está o mundo atual.

Principais pontos discutidos:

- Mudanças climáticas são o maior desafio que a humanidade enfrenta ultimamente.
- Resistência às metas do Acordo de Paris.
- A meta de US\$ 100 bilhões de investimento dos países ricos vai ser atingida pelos países em desenvolvimento?
- A importância do financiamento privado para a mudança climática.
- Não agimos rapidamente e o desastre já é iminente, é possível limitar o aquecimento global a 1,5 grau até 2030?

Falas de destaque do participante:



Tony Blair: Precisamos agir em relação às mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que temos uma crise do custo de vida em vários países europeus, dada à alta do custo da energia, cujo preço chegou a triplicar, e isso é, em parte, resultado do conflito na Ucrânia. Sendo assim, vai se recorrer às formas tradicionais de energia, como os combustíveis fósseis. A Alemanha teve que reabrir minas de carvão, o Reino Unido teve que comprar o máximo de gás natural.

- Na Inglaterra, como o povo reage aos desafios da energia, por exemplo?
- Tony Blair foi o líder trabalhista que mais tempo ficou no poder. Em julho, o jornal Telegraph disse que o senhor será primeiro-ministro novamente. É verdade?
- Como trabalha o Instituto Tony Blair para Mudança Global.
- O jornal The Guardian disse que a Arábia Saudita apoia o instituto de Tony Blair, e esse país não é exatamente uma democracia e depende de combustíveis fósseis. Há um paradoxo nisso?
- Como vê a COP 28 nos Emirados Árabes Unidos.
- A América Latina e o Brasil estão próximos a ter um *boom* de *commodities* de reservas de minerais, de metais cruciais para a transição verde, que desafios também podem impactar a Amazônia?
- Como a Amazônia é percebida pelo mundo?
- A Amazônia poderia servir de exemplo para o Brasil e o mundo?
- Em muito breve, o Brasil vai liderar a reunião do G20, como a nossa liderança vai fazer a diferença em direção a um modelo mais sustentável?

Não há verdadeiramente uma crise, mas é que o clima, de fato, está mudando; o tempo está muito mais quente. As pessoas entendem que se trata de um grande desafio, de longo prazo. No curto prazo, os políticos irão priorizar as pessoas para que elas possam pagar a conta de eletricidade. O desafio é rumo a uma economia mais verde e os países em desenvolvimento buscam a apoio às ações de mitigação e apoio nessas direções.

Estamos aqui no Pará, mesmo local da COP 30, em 2025, e é a primeira vez em que venho a este estado brasileiro, é um prazer estar aqui, repito. Enxergo a questão climática assim: os países desenvolvidos 'criaram' o problema da mudança climática e a responsabilidade reside nas mãos deles, que ficam no Norte Global. Nesses países, as emissões estão caindo, até 2030, as emissões dos EUA e países europeus irão somar 20% das emissões globais. O mundo em desenvolvimento quer se desenvolver. Em 2030, Índia, China e o restante do sudeste asiático, conjuntamente, contabilizarão cerca de 70% das emissões globais.

Sobre os US\$ 100 bilhões, firmados em compromissos, mas a verdade é que precisaremos de muito mais e isso, se os países em desenvolvimento conseguirem fazer a transição energética. Mas como financiar essa transição? A China, por exemplo, é o maior produtor de energia renovável, entretanto, no ano passado apenas, eles ativaram mais usinas de carvão mineral do que as usinas que foram desativadas na Europa, nos últimos 5 anos. O Vietnã teve que aumentar a oferta de carvão em 10%, e se não conseguirmos financiar essa transição energética, todos vão buscar a energia mais barata que é o carvão mineral.

O financiamento é a solução deste problema, mas como atrair o capital do setor privado, que está nas mãos do fundos soberanos, os fundos de pensões? Esses fundos estão preparados para investir, mas precisam entender os riscos associados a esses investimentos. Esse entendimento é um elemento essencial para que esses investimentos cheguem aos países em desenvolvimento. Não reagimos rápido o suficiente sobre as questões climáticas.

Outro ponto importante, além do financiamento, é investir em tecnologia que ajude a mudar a maneira como lidamos com o crescimento. Em 2004, tínhamos começado os primeiros projetos de energia renovável no Reino Unido, mas as energias solar e eólica eram muito caras, esses preços



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



pareciam que nunca iam cair, e caíram em função do progresso tecnológico. No Brasil, tem muitas alternativas com biomassa, e essa atividade precisa ser desenvolvida neste Estado, na parte dos minerais críticos que serão necessários na economia verde. No Brasil, por conta da energia hidrelétrica, o país tem possibilidade de um papel de liderança no hidrogênio verde.

A resposta para o financiamento climático passa pela tecnologia. Aos ativistas do clima, falamos que não podemos dizer aos países africanos para que eles não se desenvolvam por conta da questão do clima. Como adotar incentivos e acelerar a para adoção dessas tecnologias? Resume-se em: o mundo vai continuar e precisamos retirar as pessoas de situações de pobreza e tudo gira em torno de como faremos isso de forma sustentável.

O equilíbrio entre sustentabilidade e desenvolvimento é o cerne da questão, o equilíbrio entre a segurança energética e a proteção para as mudanças climáticas, sendo que as respostas residem em financiamento e criação de novas soluções.

Sobre a meta de redução em 1,5 grau consiste em acelerar as questões que já falamos. Precisamos fazer muito progresso nos próximos 10 anos e o Brasil tem um papel muito importante nessas questões.

A agenda ambiental ganhou importância no Reino Unido graças ao rei Charles III, que tem um compromisso desde longo prazo para essa questão, quando ainda não era a questão que é hoje, e ele fala também sobre as florestas tropicais.

A monarquia, para nós, é de grande tradição e nos ajuda nas políticas da continuidade.

Sobre ser novamente primeiro-ministro, a resposta é não. O The New York Times publicou isso também - ser primeiro-ministro - mas teremos eleições no ano que vem e o Partido Trabalhista, com quem trabalho com as lideranças, tem boas chances de ganhar.

Vocês tiveram as divisões políticas no Brasil, assim como na Europa e EUA. Na Inglaterra, com o Brexit,

os principais partidos se alinharam mais à direita. Agora, um retorno ao centro parece ser o caminho para nós. A política é muito difícil, hoje em dia, e as mídias sociais a tornam mais difícil. As mídias sociais são um sistema de gritos, governar com elas é mais difícil. A Inglaterra quer estabilidade. Mudar sistemas é muito difícil, mas o mundo está mudando rápido demais. A transição política é uma coisa muito difícil de se fazer.

Meu primeiro trabalho no governo inglês foi como primeiro-ministro. Depois de 10 anos no poder, eu queria dizer "me deixem aqui, agora, sou mais capaz", mas a mudança precisava ser feita.

O que tento fazer com meu instituto é encurtar a curva de aprendizagem e dizer aos líderes que há lições que podem ser aprendidas sobre governo.

Na segunda parte do século 20, os países criaram o Estado moderno, que tem grandes responsabilidades. Temos lições da longa experiência de governo. O instituto ajuda líderes a implementar as suas reformas, com estratégias, políticas e entregas e baseados em tecnologia. Estamos em 40 países diferentes da África, do Oriente Médio, sudeste da Ásia, Europa e um pouco para cá, agora.

Temos um projeto na Arábia Saudita sobre como o país irá se modernizar e isso vai mudar como o Oriente Médio se posiciona, com grandes implicações para todo mundo islâmico, por isso, trabalhamos lá. Se fôssemos pensar em combustíveis fósseis, não trabalharíamos na Inglaterra. Na discussões sobre mudanças climáticas, não se deve abandonar a questão dos combustíveis fósseis e setor mineral, que têm que ser parte do debate e da mudanças. E sem o setor privado, você não conseguirá fazer nada. E 2050, mesmo atingindo a meta de 1,5 grau, ainda teremos de 15 a 20% de combustíveis fósseis.

Os Emirados Árabes Unidos são grandes produtores de combustíveis fósseis, mas irão investir muito em energia renovável nos próximos anos, que precisa muito de aço, e muito do trabalho da mineração será nesse sentido.

Sobre o debate sobre clima, o que se observa é que as pessoas começaram a colocar os pés no

e pararam de fazer promessas que as pessoas podem ou não cumprir. Todos consomem energia e não há diferença entre quem produz e quem consome.

A mineração é importante no desenvolvimento sustentável, na proteção e preservação de florestas. Mineração é o exemplo clássico, com alguns minerais sejam essenciais para a energia limpa e o ferro também. A mineração é parte da solução e não do problema, enquanto estamos consumindo o seu produto. São coisas que deveríamos discutir com a indústria.

A floresta tropical ensina muito sobre genética e tratamentos de saúde para o futuro. A indústria não irá parar, a questão é ter o diálogo correto. O público em geral entende que existe um problema e quer soluções práticas.

O Brasil é um dos países mais críticos em todo debate climático, porque tem a floresta tropical, minerais críticos, mas é também importante porque tem grande capacidade para reduzir o desmatamento.

Divido o mundo, em sua geopolítica, em gigantes (EUA, China e, talvez, a Índia, isso, por causa da população), médios (Brasil, Indonésia, México, Reino Unido, França, Alemanha), e pequenos. Para sentar-se na mesa principal, os países têm que se juntar em agrupamentos regionais. O Brasil é o país mais poderoso na região, tem a ver com a capacidade de ele aglutinar e ter o debate com os gigantes de igual para igual. Os países não querem entrar na briga EUA x China.

O poder de aglutinação tem a ver com você trazer à tona a questão do desmatamento. Na Guiana tem uma floresta tropical quase intocada. Tem a ver com aquilo que a Amazônia pode fazer pelo mundo e a respeito dele. Se a região conseguir fazer a transição econômica será importante para o Brasil e o mundo. É necessário a inclusão no debate dos povos que habitam a Amazônia, de maneira sustentável.

A questão na Amazônia é a falta de um planejamento estratégico que tenha credibilidade e que seja financiado adequadamente. Se for para

fazer de uma maneira certa, você precisa de um grande plano.

Quando eu estava como primeiro-ministro pensava que tudo mudaria, mas estava enganado: você toma as decisões e nada muda. No meu segundo mandato, começamos a acompanhar o desenrolar das decisões. Tem que dispor de um plano com credibilidade.

A reunião do G20 é em 2024 e teremos a COP30, e é aqui no Brasil que as discussões sobre mudanças climáticas serão mais ativas. A reunião do G20 pode impulsionar a COP30. No G7, o consenso não representava a ordem mundial que se conformava àquela época. A crise financeira global chegou, o G20 foi eficaz porque tinha que incluir mais gente e era mais representativo. Temos uma grande cizânia geopolítica. Na minha opinião bem pessoal, os países do G20 devem encontrar algum ponto de interesse geral, em comum em termos mundiais. O Brasil tem uma ótima posição em **mudanças climáticas** e **saúde global**, esta, um elemento de grande vulto.

A revolução tecnológica - IA - é o maior acontecimento atual, tão dramática quanto a revolução industrial do século 19 e os países que não compreenderem essa revolução vão ficar para trás. A ciência médica progrediu na época da covid-19. Temos enormes oportunidades se trabalharmos juntos e isso dará em uma enorme diferença global. Dados os desafios que o mundo enfrenta, o mundo está melhorando. A revolução tecnológica pode ter bons efeitos para abrir oportunidades. A mudança aconteceu.

A humanidade não criou problemas que estejam além da sua capacidade de resolvê-los. E eu digo que resolveremos esses problemas também, não por sorte ou acaso, mas por conta trabalho duro, comprometimento e um planejamento que inspire a todos, ao mesmo tempo. //





“ Na Amazônia, hoje, o cacau volta a ser um produto bastante destacado, numa nova perspectiva de sistemas agroflorestais. Novas economias com áreas protegidas, unidades de conservação (UC). ”

Mauro Pires
Presidente do ICMBIO

ÁREAS PROTEGIDAS, NOVAS ECONOMIAS E GRANDES EMPREENDIMENTOS

PALCO 2 – NATUREZA E DESENVOLVIMENTO
31 DE AGOSTO
14h às 16h



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Claudinete Colé de Souza – Coordenadora-executiva na Associação das Comunidades Remanescente de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

Guido Germani – Diretor- Presidente da MRN.

Hugo Barreto – Diretor-presidente do Instituto Cultural Vale e Diretor de Clima, Natureza e Investimento Cultural da Vale.

Jackeline Nóbrega Spínola – Chefe da Resex TAPAJÓS-ARAPIUNS.

Mauro Pires – Presidente do ICMBIO.

Ricardo Mello – Gerente para Amazônia na WWF.

Moderador:

Garo Batmanian – Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Resumo do painel:

Foram debatidos os diferentes tipos de áreas protegidas e suas especificidades, a convivência entre indústria e as cadeias da sociobiodiversidade e as diferentes formas de utilização econômica das unidades de conservação.

Principais pontos discutidos:

- Unidades de conservação, mineração e áreas protegidas.
- As economias na Amazônia já existem e talvez não estejam sendo bem utilizadas.
- Produtos conhecidos que ainda não têm escala.
- Manter a floresta em pé e com valor.
- Geração de emprego e renda é o ponto principal.
- Produto novo da região, mas o insumo é o mesmo.
- Áreas protegidas para as famílias, indígenas e quilombolas.
- Terras quilombolas são áreas protegidas e devem permanecer assim.

- As comunidades protegem a floresta e precisam dela.
- O que a mineração tem a ver com áreas protegidas.
- Aplicação em uma empresa no meio da floresta (mineradora MRN no Pará).
- Questão da bioeconomia é latente.
- A cadeia da castanha existe, mas o Brasil exporta menos que países vizinhos, como o Chile.
- Melhoramento genético de cadeias produtivas e proteção das espécies.
- Jazidas minerais e unidades de conservação podem ser conciliadas.
- O ICMBIO fez concessões para uso público para parques nacionais, mas está revendo o modelo.
- Restauração vegetal orientada pelo WWF.
- Parque do Utinga é uma Unidade de Conservação na área urbana de Belém.
- O Brasil tem pressa na área de meio ambiente.

Falas de destaque dos participantes:

Ricardo Mello: Na WWF, usa-se o modelo de economia atrelado à floresta, com desenvolvimento sustentável ligado às pessoas daquele local. A região tem muito a evoluir em unidades de conservação, com pessoas vivendo dentro delas com

perpetuidade do modo de uso. Existem territórios ainda não reconhecidos. Economia da castanha na década de 1990, mas se esqueceu da borracha, nos últimos anos, e que ajudou a estruturar cidades da Amazônia. A borracha é um *commodity*. Transformar a velha em nova economia, o serviço que o

produto traz junto contribui para gestão de território e geração de economia. A maioria dos produtos da sociobiodiversidade da Amazônia exige serviço, por que não se consegue incorporar esses serviços dentro de seus produtos de *commodities*? Com incorporação de serviços há maior valoração dos produtos da sociobiodiversidade.

Como o serviço ambiental entra no preço final do produto, como se coloca valor? O caminho é fazer todo mundo conversar e agregar em uma sociobioeconomia, numa solução em que todos ganham.

Restauração florestal está em 34% do compromisso que vai até 2030. Agendas ligadas a compromissos financeiros, startups florestais, análise de 69 projetos para eleger o de Portel, no Pará. //

// **Mauro Pires:** São novas abordagens para dar sentido à commoditização. Na Amazônia, hoje, o cacau volta a ser um produto bastante destacado, numa nova perspectiva de sistemas agroflorestais. Novas economias com áreas protegidas, unidades de conservação (UC), reservas legais, onde o Brasil se destaca; e políticas de incentivos, em um reforço institucional. Deve-se agregar outras modalidades, como o turismo de base comunitária. Do lado de Belém não há unidades de conservação abertas à visitação. Onde há unidades de conservação, a economia local fica mais dinamizada. A cada um real gasto na

implementação de uma UC gera R\$ 16,00 no entorno daquela região. Resolver conflitos de uso, se considerar, por exemplo, quilombolas. Para o ICMBIO é uma grande oportunidade, buscando e ofertando serviços para dinamizar aquela economia.

ICMBIO está tendo uma quantidade maior de concessões de uso público para parques nacionais, mas está revendo o modelo, existe um grau grande de judicialização, abrir a outras possibilidades.

Na concessão florestal (e não na supressão vegetal) se paga bastante e é arrecadado para o Tesouro Nacional. //

// **Jackeline Nóbrega Spínola:** O ICMBIO está presente na Amazônia onde outras instituições não estão, como Exército e Ibama. A resex Tapajós-Arapuins, criada há 25 anos, tem 690 mil hectares e é maior que muitos municípios brasileiros, com 3.500 famílias, 18 mil pessoas, é gestão de um município, de saúde, de educação, de comunicação etc. Mantém 90% de área preservada, e isso é por conta das pessoas que estão lá, que preservam. O turismo de base comunitária funciona muito bem nessa resex, assim como o artesanato e os produtos de manejo florestal. Houve uma luta para criar território. Há gargalos

na região como a questão energética, distribuição de energia; buscar na valorização cultural do território e investimento na educação. Há um grande índices de escolaridade, com muitos jovens e pessoas fora da idade produtiva.

Merenda escolar de péssima qualidade na resex, a política pública precisa mudar sua lógica, com vontade pra mudar essa estrutura e ordenamento jurídico.

A solução para os desafios está nas pessoas que estão no território e elas conduzem as dinâmicas. //



Claudinete Colé de Souza: A associação ARQMO foi fundada em 1989 e fica em Boa Vista, em Oriximiná, com o objetivo de lutar pela territorialidade, onde foram fundadas. Foram para o alto das cachoeiras e no rio Eripecuru, depois vieram formando os quilombos nas 'águas mansas' dos rios. Hoje, são 37 comunidades em 8 territórios muito grandes, às proximidades de uma FLONA e uma reserva biológica. Comunidades voltadas para a preservação e extrativismo, mantendo a floresta em pé. O Marco Temporal é uma temeridade, onde o mesmo Estado brasileiro que te dá, quer tirar. As unidades de conservação em Oriximiná, os territórios mais preservados são os

quilombolas, que faz a gestão territorial, com manuseio de ferramentas, monitoramento por meio de satélite e assim acionar as autoridades. Na sustentabilidade tem que trabalhar em conjunto. O Censo 2022 conseguiu mostrar que há pessoas morando na floresta. Temos Acordos de Pesca em algumas áreas, para respeitar o período do defeso, para que a sustentabilidade se perpetue.

Os maiores castanhais estão no Brasil, mas a exportação do Brasil é menor que de países vizinhos. //

Hugo Barreto: O progresso olha para trás também. A Vale é uma empresa de vários momentos, em especial com a natureza e é dependente dela. As operações de Carajás impactam a FLONA, em apenas 3%. Museu da Floresta de Carajás para atrair turismo na região. Meta florestal de 2019, com proteção para além das 'cercas' de 500 mil hectares, sendo 100 mil de restauração e 400 mil de proteção e conservação. Fundo Vale ajuda nos novos arranjos de saberes tradicionais em um desenvolvimento sociodiverso. Parceria Fundo Vale e ICMBIO, na

dimensão das famílias que vivem em áreas protegidas, com aporte de R\$ 25 milhões, em 16 UCs e uma terra indígena e mobilizando sete organizações da sociedade civil, para chegar em 50 mil famílias. Articulação do desenvolvimento das empresas na Amazônia. Projeto da Genômica Ambiental Brasileira, por meio do ITV, sequenciamento e melhoramento genético de cadeias produtivas e proteção das espécies. Conecta-se e se compromete com a Agenda numa premissa de negócios.

A agenda é colaborativa, porque não existe solução pronta. //

Guido Germani: A MRN fica localizada no oeste do Pará e é um 'país' na FLONA Saracá-Taquera. A mineração veio antes da FLONA que tem 440 mil hectares. Suprime e refloresta de 1 para 1, todos os anos, de 300 a 400 hectares, de 3 a 4% da área, grandes mamíferos voltando, castanheiras de 30 metros de altura. Viveiro de 1 milhão de mudas.

MRN é o grande empregador da região, e aposta em deixar algo para as comunidades e continuar em uma floresta rica. Cumaru, copaíba, castanha, andiroba são os produtos. Há manejo da floresta mais ao sul do território, mas no norte, não. O conflito da titulação atrasa o licenciamento, importante ser regularizado. A empresa busca reflorestar acima da obrigação legal. //



“ O setor de cosméticos é o que mais lança produtos ao ano, hoje, no Brasil, são mais de 7 mil, e grande parte desses produtos são baseados na biodiversidade. ”

Fábio Brasileiro
*Diretor de Meio Ambiente
para Bioeconomia e Clima
na ABIHPEC*

DESAFIOS PARA A INOVAÇÃO NO ESTABELECIMENTO DE NOVOS ARRANJOS E NEGÓCIOS

PALCO 3 – NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

31 DE AGOSTO

14h às 16h



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Angela Miller – Diretora da Divisão Ambiental, Social e de Governança Corporativa – BID Invest.

Fábio Brasiliano – Diretor de Meio Ambiente para Bioeconomia e Clima na ABIHPEC.

Janaina Dallan – CEO da Carbonext.

José Henrique Lima – BU Manager – CESAR Norte Manaus.

Marcos Da-Ré – Diretor de Economia Verde na Fundação Certi.

Sebastião Gonçalves Neves – vice-presidente da Organização dos Seringueiros de Rondônia.

Moderador:

Gonzalo Enríquez – Diretor da Agência Inovação Tecnológica da UFPA.

Resumo do painel:

Os novos modelos de negócio nas atividades e setores das novas economias na Amazônia foram debatidos neste painel. Como dar escala a novos e sustentáveis arranjos produtivos por meio da inovação? Quais os desafios atuais, quais práticas e soluções vêm sendo implementadas?

Principais pontos discutidos:

- Modelo de produção de baixo valor agregado, mas que não fica na Amazônia.
- Comunidades tradicionais e outras naturezas de produtos que podem ser criadas.
- Investimento no conhecimento científico e patrimônio genético.
- Acesso aos mercados de carbono.
- O potencial do mercado de carbono para a Amazônia.
- Relação do BID com as comunidades.
- Como dimensionar arranjos produtivos sustentáveis por meio da inovação.

- Atração de investimentos e extrativismo.
- A indústria farmacêutica cresce em torno de 15% no mundo.
- Valor da biodiversidade e patrimônio genético.
- O que falta para dar escala aos produtos da biodiversidade, visando à bioeconomia?
- Startups que trabalham para melhorar os arranjos florestais.
- Ecossistemas de inovação na logística com inteligência, respeitando o meio ambiente.
- BID e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
- Atuação do Governo e setor privado para destravar as agendas no Brasil.
- Renda para a floresta em pé, pagamento de serviços ambientais com incentivos diretos.
- O empreendedorismo social é uma alternativa.
- 85% dos alunos da UFPA são pobres, 15% de famílias com até um salário-mínimo, 5 mil quilombolas e outros tantos indígenas, essa diversidade, nesse nível, é encontrada no Pará.

Falas de destaque dos participantes:

Fábio Brasiliano: Amazônia é mais de 60% do território do Brasil; 15% da população (mais de 20 milhões); de 35 a 50 mil espécies superiores; 20% da água doce do planeta; 2/3 das espécies vivas; 13 milhões de espécies; na Pan-Amazônia, chega a 40

milhões de pessoas.

O setor de cosméticos é o que mais lança produtos ao ano, hoje, no Brasil, são mais de 7 mil, e grande parte desses produtos são baseados na biodiversidade, da Amazônia e de outros biomas. É uma pauta estratégica para as empresas.

O problema é a logística e a infraestrutura, porque é difícil chegar nas comunidades. Arranjos produtivos precisam de capacitação. Ainda não se tem um mapeamento dos povos tradicionais, das comunidades e onde elas estão, geograficamente, quais as regiões, como se conecta, e se acaba por não se ter um protocolo comunitários definidos. Criar incentivos para que mais empresas se estabeleçam na região, gerem emprego e renda. A Amazônia é um território enorme, mas sem grandes empresas instaladas. Arranjos produtivos locais em um programa do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), dentro da Amazônia Legal e outros biomas, chamado Rotas da Integração Nacional, onde se mapeia quais são as potencialidades de cada região, de cada

espécie, com esse mapeamento já iniciado. Ver a Amazônia como um celeiro de oportunidades para o Brasil e o mundo. Adicionar a visão do desenvolvimento tecnológico baseado na natureza, complementando a visão agroecológica.

O Brasil tem a característica de pesquisa básica e não aplicada, que tem muita demanda.

Educação ambiental está nas mãos dos estados e municípios. Data de 2015 a Lei da Biodiversidade, no Brasil, que vem avançado para criar essa base, numa caminhada de evolução.

Atividades são possíveis se cada representação correr atrás das conexões, construir novas histórias. //

// **Janaina Dallan:** O crédito de carbono é uma das ferramentas mais importantes porque consegue chegar, realmente, nas comunidades, com viés social. Várias comunidades ainda vivem na chamada Amazônia 1.0 e precisam ser ouvidas. Projetos em áreas para serem preservadas ou recuperadas. O recurso que vem do crédito de carbono ajuda a compor com políticas públicas. Antes as pessoas não entendiam o que era o crédito de carbono, mas isso está mudando e todo planeta já mudou essa visão, para que nós sobrevivamos. Nosso grande sonho é que tenha uma floresta tecnológica, com logística adequada. Starlink nas comunidades, começando as comunicações. Começar a trabalhar na base para que no futuro se tenha a escala que é preciso. No segmento de créditos de carbono, são projetos em mais 2 de milhões de hectares na Amazônia, produzindo recursos

para a floresta, sendo que mais de 70% ficam na floresta. O potencial do mercado voluntário de carbono, no ano passado, no mundo, gerou mais de US\$ 2 bilhões em recursos e para 2030, é previsto que passe de US\$ 50 bilhões. São volumes muito significativos que podem mudar a realidade da floresta como um todo.

O Governo está atuando fortemente para destravar o mercado de carbono no Brasil para avançar, alcançando esse potencial. Levar inovação para a floresta. Hoje já se enxerga uma maturidade nesses segmentos.

Para repassar recursos é preciso entender a cadeia inteira, ver o potencial da região, que seja alinhado e funcionando para que os recursos do PCA cheguem na ponta.

O crédito de carbono traz os recursos mais rapidamente para chegar às comunidades. //

// **Angela Miller:** O BID está em 48 países e em 28 escritórios na América Latina e Caribe, sendo dois no Brasil, com 446 projetos, 42 no Brasil. Para cada US\$ 1 dólar investido pelo Brasil, o BID investe US\$ 34 em projetos no Brasil, com foco na

Amazônia. A partir de 2023, o BID passou a financiar apenas projetos que estão em consonância com o Acordo de Paris. Empenhados em transformar o nosso financiamento em pacto. De 2016 a 2022, investimento de US\$ 8,2 milhões para a financiamento climático. //

“ **Sebastião Gonçalves Neves:** A Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), criada em 1991, trabalha diretamente com os extrativistas, para organizar a cadeia produtiva da borracha em Rondônia. O estado de Rondônia foi escolhido para ser um estado do agronegócio, em uma invasão antrópica, a OSR surgiu para defender o território. Rondônia tem 87 Unidades de Conservação (UC), 73 delas de uso sustentável, em uma área de mais de 15 milhões de hectares, 63% do Estado, 24 resex, 30 territórios indígenas e 19 unidades em outras categorias. Índice de líderes que morrem na Amazônia não é pequeno, é preciso muito cuidado nessa defesa. Destaque para açai, castanha, borracha, pirarucu, manejo madeirável, extração de óleos. Fortalecimento das associações que estão nas UCs, com 15 mil extrativistas. Cadeias produtivas: **castanha**, com 40 mil toneladas na Amazônia e Rondônia

produz 7 mil; em 2011, eram 11 mil, e um dos indicadores da queda pode ser a perda de florestas. **Pirarucu** precisa ter o manejo, governo e investidores, fortalecer a cadeia, como é, por exemplo, em Mamirauá. **A borracha**, depois de dois ciclos, volta a Rondônia, hoje, com um poder muito grande. Borracha vendida de R\$ 14,00 a R\$ 17,00, não tem subsídio nesse Estado, como no Acre. Precisa de política do Governo Federal. Um extrativista consciente é sinal de floresta em pé.

Rondônia tem 24 UCs estaduais e é necessário implementar políticas públicas dentro dessas UCs. O Estado deve ser responsável pela política de conservação das UCs e manter os extrativistas produzindo. A OSR trabalha com todas as UCs de Rondônia.

É necessário surgir novos extrativistas, levar educação, saúde e qualidade de vida. ”

“ **Marcos Da-Ré:** Ecossistema de inovação é inspirado na natureza, com matéria, energia e informação, onde matéria é o mercado; a energia é o capital e a informação é gente, talentos e conhecimento. Nível dos negócios comunitários é mais um elemento que encadeia o desafio da inovação com a floresta. Desafio climático nos impõe uma escala para a conservação da floresta e precisamos comando e controle forte e inteligente, competitividade da floresta, para evitar instabilidades. Diversificar a inovação criando valor acumulado e distribuir esse valor até a floresta. Alta escala de volume de produção pode redundar em perda da diversidade. Inovação não é só tecnologia e, no curto prazo, chegar em modelos de negócios. Inclusão desses modelos de negócios comunitários em cadeias de valor e quem pode fazer isso são as startups, o empreendedor. Quanto mais iniciativas de startups, mais resultados de curto prazo.

Atrair as indústrias em vários segmentos, 70% da empresas que compram da Amazônia são de alimentos e bebida. O problema é o abismo entre demanda industrial e a oferta extrativista, esse é o espaço da inovação, ingredientes avançadas dar eficiência de energia. A cultura empreendedora tem grande impacto positivo para a floresta a partir das universidades, e acesso ao capital diferenciado no momento em que a ideia está se estruturando nas startups, crescimento dos empreendimentos.

O público que está passando pelas universidades já está buscando essa abordagem empreendedora. Parcerias em Jornada Amazônica, a Sinapse Bio, para o surgimento de startups de bioeconomia, teve mais de 660 propostas, de mais de 4 mil pessoas, sendo 92% da Amazônia, mais de 60% do público em nível de pós-graduação.

Os negócios comunitários precisam de mercados e capitais. ”



“ A ideia de manter a floresta em pé envolve riscos, e deve ter tratamento fiscal para esses capitais. ”

Fernando Facury Scaff
Professor titular na Universidade de São Paulo

FINANCIAMENTO DAS NOVAS ECONOMIAS

PALCO 5 – TEMAS NACIONAIS
31 DE AGOSTO
14h às 16h



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Fernando Facury Scaff – Professor titular na Universidade de São Paulo.

Flávio de Oliveira Gonçalves – BNDES.

José Pugas – Sócio Head de ESG na JGP Investimentos.

Marcelo Furtado – Diretor de Sustentabilidade e sócio fundador da ZScore/ BlockC.

Rosa Lemos de Sá – Secretária-geral da do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Moderadora:

Maria Netto – Diretora Executiva Instituto Clima e Sociedade.

Resumo do painel:

O painel olhou para a questão do financiamento das Novas Economias e, mais amplamente, do desenvolvimento econômico na Amazônia. Foi debatido o papel da mineração e de outros grandes setores da indústria na relação com atores econômicos de sua cadeia, assim como o papel das instituições financeiras e bancos de desenvolvimento.

Principais pontos discutidos:

- A procura pelo engajamento de setores como o da mineração.
- Recursos do Brasil e a promoção de novas economia na Amazônia.
- As soluções devem vir pela natureza.
- A filantropia faz a consideração de riscos.

- O papel da filantropia como um modificador dos principais atores do setor ambiental.
- Risco e retorno ao setor privado e os custos desses riscos.
- Canalização de recursos para novas economias.
- Como se comporta a sociedade civil e o mundo financeiro.
- BNDES e as novas economias.
- Arranjos econômicos adaptados à realidade local em cadeias de valor.
- Reforma tributária andando junto com o setor.
- A regularização necessária da floresta em pé.
- Procurar dar valor a outras atividades na região.
- Retorno econômico, captar recursos e canalizá-los da melhor forma.
- Visualizar a agenda de próximos passos no setor.

Falas de destaque dos participantes:

Rosa Lemos de Sá: Para essa nova economia girar, o Terceiro Setor – com recursos de filantropia e empréstimos – tem um papel importante nas atividades para que o setor financeiro a englobe, mas é importante entender a importância dos serviços ambientais. O Banco Mundial estima que o colapso dos serviços ambientais, até 2030, pode custar 2,3% do PIB global ou US\$ 2,7 bilhões/ ano, um valor econômico fundamental. A economia é afetada pela natureza. O Funbio

gerencia o programa de reflorestamento Floresta Viva, fundo de R\$ 750 milhões, viabilizado pelo BNDES e 15 empresas brasileiras, inclusive, de mineração. O Brasil tem uma meta de recuperação de 12 milhões de hectares, o Pará se comprometeu com 7 milhões de hectares. Existe a Rede Esverdeamento de Sistemas Financeiros (em inglês, NGFS) que engloba 114 Bancos Centrais, que reconhecem que a perda da biodiversidade e de florestas é um risco aos negócios.

Os bancos brasileiros têm 46% de atividades de empréstimos para quem trabalha com a biodiversidade; na Malásia são 54%. Segundo a Coalisão de Investidores da Amazônia, se restaurar 50 milhões de hectares de solos degradados, poderá gerar uma renda R\$ 185 bilhões/ ano aos agricultores da Amazônia.

O Funbio trabalha com associações locais que não têm acesso a recursos, criar as condições para atingir os mercados, de apostas em coisas novas. Destruir os recursos que são privados com finalidade pública.

José Pugas: São poucos os investidores que falam que têm interesse em evitar riscos futuros, em investir para evitar a perda da biodiversidade. Dois caminhos: procurar esses poucos e fazer um negócio de nicho, ou criar projetos para atender às necessidades deles e fazer com que esses projetos existam. Mas esses projetos ainda não estão dentro das perspectivas do mandato financeiro. Na JGP Investimentos são considerados os pequenos projetos para se chegar aos pilotos maiores, como os do biomas amazônicos. Percebe-se uma redução do tempo investido em novos produtos financeiros. A saída é ir ao local e

Fernando Facury Sciff: Como o dinheiro entra no financiamento das transições energéticas e climáticas? Por fórmulas de financiamento. Dinheiro destinado aos municípios em *royalties* que os usam da forma que quiserem, é proibido usar em pessoal, pagar dívidas, mas é sem controle. Há um Projeto de Lei do deputado Zé Silva (MG) que visa obrigar os municípios gastarem essa verba em projetos de base, atividades econômicas específicas. Atração de investimentos privados, captação. créditos de carbono que pode ser estimulado e o regulamentar. A reforma tributária está em andamento e não está atenta ao meio ambiente e se fosse aprovada, agora,

No Pará, o Funbio gerencia o Fundo Amazônia Oriental que recebe recursos de TACs do setor de petróleo, gás e mineração.

Estudos mostram que se tiver uma floresta próxima e polinizadores, a produtividade é maior de 30% a 40%. Não é difícil dizer o valor dos sistemas ecossistêmicos.

O Brasil poderia estar muito à frente se tivesse um olhar mais distante, para o país e o que ele tem para oferecer. Falta vontade política de entrar e dizer que o Brasil será o melhor em economia verde no mundo. //

conversar com quem já está fazendo, muita gente boa fazendo, como o Fundo Vale, BNDES, Itaú e trabalhar em conjunto.

Ver as condições capacitantes que a filantropia traz, pensar em uma esteira de crescimento. Agregar pequenos produtores de bioeconomia é essencial.

Os créditos de carbono ainda não têm uma obrigação regulatória. Investir em um sistema de agrofloresta bem gerenciada é muito mais seguro.

O futuro da Amazônia passa por criar territórios eficientes do ponto de vista econômico. //

iria onerar as transações dos créditos de carbono em 27% (muito alto). O engasgo na área de doação é pagar imposto, sem benefício fiscal ao doador, precisa de um ajuste pontual e ter estímulo.

Como se pega a floresta em pé e diz qual o valor dela, como cria valor? Uma das formas é o incentivo fiscal.

A ideia de manter a floresta em pé envolve riscos, e deve ter tratamento fiscal para esses capitais.

O desenho financeiro pode ser vários, precisamos de mais doações, precisa intervir na regulação. //

Marcelo Furtado: A régua de risco que se usa tem pouca visão de futuro e um olhar distante de passado. Há 15 anos, ninguém falava de economia circular. O lugar da filantropia, hoje, é ser um agente de riscos. Chega de projetos pilotos e temos que saber o que fazer para a escala, prescindindo da filantropia e seus recursos. O valor de escalas é de milhões e bilhões que não são o campo da filantropia. Filantropia é um modificador dos principais atores desse setor. Os recursos reais, hoje, estão com o setor privado, visto que os governos estão endividados. O setor privado não está sendo solicitado o suficiente para fazer parte da solução e ele já faz parte da economia. Mineração e agronegócio são os mercados mais importantes no uso do solo, vetor de missão e onde estão os bilhões e trilhões. O setor de

Flávio de Oliveira Gonçalves: A política pública do atual Governo está centrada em três eixos estratégicos: nova política industrial (dividida em seis missões); novo PAC (com nove transversais) e Plano de Transformação Ecológica. O BNDES atua em linha com o direcionamento de Governo, de forma direta nesses três eixos estratégicos e tem uma área específica sobre meio ambiente, criada no início da década de 1990, e um departamento só para clima. Foi o primeiro agente financeiro a emitir um *green bond*, em projetos de energia, em 2017. Em 2021, lançou uma letra financeira verde, e hoje, 56% da carteira de ativos do BNDES estão lastreados em economia verde e desenvolvimento social. O banco tem o **Fundo Clima** (efeitos da transição climática), com orçamento em 2023 de R\$ 600 milhões e para 2024, R\$ 10 bilhões, por meio de um *green bond*; **Fundo Amazônia**, com 102 projetos e 53 concluídos; no retorno dele, analisaram 42 projeto, com R\$ 1,5 bilhão aplicados; **Floresta Viva** (atração de capital privado), com 15 parceiros; **Rota 2030**

Maria Netto: O Brasil tem potencial de recuperação de áreas degradadas de 15% do globo e remoção gases de efeito estufa. Estamos em um momento de urgência no globo e o Brasil pode ser a resposta.

commodities agrícolas gera, sozinho, US\$ 4,3 trilhões/ano. Procurar uma nova maneira de olhar os riscos, transformar em oportunidade, porque eles [riscos] sempre existirão.

Os Bancos Centrais exigirem a externalidade climática mudou a história, precisa fazer o *disclosure*. Três coisas a se notar: Brasil no G20, orquestração de posicionamento; créditos da natureza; e cerca de US\$ 1,35 trilhões fluem para economias ilegais e deve-se estanca .

A verba para projetos fica pelo meio do caminho, existe uma não ação da economia real no território real e esta é a realidade a ser transformada. As novas economias da Amazônia são pré-competitivas. //

(descarbonização da mobilidade); permissão para o BNDES apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento com custo em **Taxa Referencial (TR)**, com custo atrativo, no âmbito dos biomas; futuro fundo de capitais para exploração de **minerais críticos; BNDES Crédito ESG** (crédito para cumprimentos ESG).

A população de catadores no Brasil é de 5 milhões de brasileiros e muitos deles são invisíveis, sem documentos. Como agente financeiro, há a questão do risco de crédito e o risco de execução e aqui surge a parceria com o Terceiro Setor.

Existem alguns setores regulados que já trazem as suas obrigações de contrapartida. E os outros setores?

Para quem vive aqui, deve-se criar mais condições e oportunidades, desenvolvimento de cadeias, numa sistemática de economia verde. Três pontos: ofertar soluções financeiras; gerar pontes; e captar recursos. O BNDES está buscando um sistema de emissão de títulos apoiado em economia verde. //

Os EUA puseram trilhões para investir em economia verde e energia renovável e a Europa tem tarifas para gases do efeito estufa. Na vida real tem as informalidades que precisam ser transformadas em economia formal. //



// Temos urgência climática, mas aumentou a desigualdade no Brasil e piorou a complexidade econômica do país. No último ranking, ficamos atrás do Vietnã e da Índia. //

Patrícia Ellen
CEO e Co-Fundadora da Systemiq
do Brasil/AYA Earth Partners

TRANSIÇÃO, CIRCULARIDADE E USO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS

PALCO 1 – TRANSIÇÃO INDUSTRIAL E INOVAÇÃO
31 DE AGOSTO
16h às 18h



Participantes:

Denis Balaguer – Diretor BeyondLabs na EY.

Kalil Cury Filho – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável – FIESP.

Marina Grossi – Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Matthew Govier – Diretor na Accenture.

Patrícia Ellen – CEO e CoFundadora da Systemiq do Brasil/AYA Earth Partners.

Pedro Prata – Latin America Policy Officer – Fundação Ellen MacArthur.

Valmir Ortega – Diretor-executivo na Belterra Agroflorestas.

Moderador:

Rodrigo Rollemberg – Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioeconomia do MDIC.

Resumo do painel:

O painel debateu a utilização mais eficiente e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Para além da bioeconomia, quais as novas formas de organização de cadeias produtivas que contribuem para uma economia de baixo carbono? Como a circularidade da economia se insere nesse contexto? Como a indústria vem operando sua transição?

Principais pontos discutidos:

- O Brasil tem tudo para assumir a liderança de uma economia verde, de baixo carbono.
- Economia verde como oportunidade de desenvolvimento.
- Oportunidades do Brasil se inserir, competitivamente, no cenário mundial por meio da economia verde.
- Criação da Secretaria de Economia Verde e o plano de transição ecológica.
- Engajamento do setor privado no processo.
- Inteligência artificial, mas ainda não há acesso à conectividade.
- Transição energética e necessidade de minerais estratégicos.

- Desafio de manter a floresta em pé/ retaliações em função do desmatamento.
- Instrumentos globais para manter a floresta em pé.
- O que é mobilidade humana, visto que 70% da população vive nas cidades.
- Como conciliar as necessidades urbanas nas cidades amazônicas com a preservação da floresta.
- Economia circular para o desenvolvimento da Amazônia.
- Biocombustível para a aviação e alternativas de energia.
- Como incluir todos no mercado de carbono, populações tradicionais e agricultores familiares.
- Realidade fundiária no Pará tem avançado bastante.
- Utilização da tecnologia a partir do conhecimento da biodiversidade, as novas tecnologias e os jovens da região.
- Contradições em que o Brasil vive: as terras indígenas têm muito mais preservação.
- Instrumentos de remuneração da floresta em pé.
- Cédula de Produto Rural (CPR) verde.
- Participação do Brasil nos debates globais.

Falas de destaque dos participantes:

Marina Grossi: A Amazônia é o grande case do novo modelo de desenvolvimento, diferente de um tempo atrás, que ainda está em construção

e que vai na direção de uma economia de baixo carbono, mais inclusiva. O modelo tem que ser transformado, tem que passar por uma transição

justa, olhando para as pessoas, visto que o desmatamento causa os piores IDH. O que as empresas já faziam na região, e na transição, foi percebido que será necessário aumentar em 500 vezes a necessidade de energia, de utilizar materiais nobres e os negócios tradicionais podem conviver com novos negócios. O Brasil pode ser o primeiro país a chegar em Net Zero. A consulta aos *stakeholders*, às pessoas afetadas, é um fator muito competitivo às empresas. Pessoas estão no centro e a bioeconomia é um ativo ambiental nesta região, junto com a mudança do clima. Nossa pauta ainda não entrou, de que maneira a sociedade pode se

mobilizar, dar concretude a isso. O fluxo de investimento para a região precisa ter o carimbo ESG, com transparência e boa governança. O momento é de ação. O esforço coletivo do setor empresarial tem muito a contribuir na região.

No Brasil, se o carbono for precificado vai haver muito mais vantagens que o resto do mundo. Se nós temos emissões provenientes do desmatamento, os outros países têm de energia e estamos no rumo certo, em soluções advindas da natureza. Nosso crédito de carbono é um crédito premium. No Brasil, temos ativos sociais que irão beneficiar todos com muita transparência, fazendo um modelo diferente, com plano claro. //

// **Patrícia Ellen:** Temos urgência climática, mas aumentou a desigualdade no Brasil e piorou a complexidade econômica do país. No último *ranking*, ficamos atrás do Vietnã e da Índia, porque temos empregos de baixo valor agregado e poucas oportunidades para a população. Há uma instabilidade global por conta de acesso à comida, e, pela primeira vez, energia, criando uma reação econômica dos países desenvolvidos, com pacotes onde a bioeconomia e a transição energética são pilares do programa, que possuem subsídios e crédito barato. Na última COP, houve a tentativa de mobilização de US\$ 18 bilhões do Fundo Climático para todo o Sul Global. O trabalho do MDIC e Ministério da Fazenda é a resposta correta e mais urgente para

o Brasil reagir, retomar o crescimento econômico com foco em bioeconomia, que no mundo representa mais US\$ 8 trilhões. O Brasil ainda não participa de forma relevante das exportações de produtos de valor agregado. Em estudos iniciais, no plano de transição ecológica, o Brasil pode movimentar, no mínimo, mais de US\$ 150 bilhões, ou 4% do PIB/ ano. É preciso garantir que o diálogo aconteça, fora do Brasil, e ter uma competição justa, no contexto geopolítico internacional.

A meta principal é produtividade e emprego, em uma transformação real na vida das pessoas. É necessário modelos estruturantes para a região que coloquem a Amazônia no centro das discussões. //

// **Denis Balaguer:** Há o barateamento da tecnologia e o custo caiu muito. Nas economias da região Norte, com muitas vantagens, temos a oportunidade de criar um desenvolvimento econômico baseado na exploração dessas tecnologias que são emergentes agora. Toda revolução no mundo foi uma inovação para a indústria extrativista, mineração. Tem que colocar o uso dessas tecnologias no centro, e o grande centro global de pesquisa e de Inteligência

Artificial (IA) deveria ser em Belém, no seu dia a dia e pesquisa intersaberes. As IAs são alavancas para o desenvolvimento econômico do Brasil, que vão durar de 15 anos a 20 anos. A tecnologia vem para o centro do nosso desenvolvimento conectada com a nossa agenda de Brasil.

O Brasil tem uma indústria aeronáutica em nível global. A vantagem absoluta está na Amazônia. Precisa de IA apoiando regularização fundiária e rastreabilidade. //

Valmir Ortega: O Pará é um exemplo de como desenvolver uma indústria mineral de grande porte e, ao mesmo tempo, criando trajetórias sustentáveis. O grande desafio para mineração é combater o garimpo ilegal que é sem compromisso e uma grande ameaça. Olhar para as novas economias e pensar nas várias Amazôniaas, realidades culturais, nas cidades que carecem de soluções. Precisamos desenvolver outras cadeias, com a mineração finita, que combine criar empregos e oportunidades. A chamada bioeconomia é uma grande oportunidade, olhar para a Amazônia sem floresta, aquela que foi desmatada, pode estruturar novos produtos para a cadeia amazônica, estruturar naquilo que poderíamos chamar de Amazônia 4.0. Os pequenos produtores extrativistas ainda estão na economia Amazônia 1.0. Não há no Pará, por

Matthew Govier: É interessante manter a floresta em pé para o social, como que mantê-la em pé gere algo às pessoas, algum valor, com muito potencial. Produtos exportados para a Europa, com pegada de carbono, onde há muita regulação e o Brasil pode ficar refém desses modelos, é preciso criar os nossos. Desafio histórico na parte fundiária, dificuldade de projetos, não tem base de terras disponível, toda uma cadeia de crédito de carbono precisa de conhecimento, há que se melhorar em agroflorestas com seu potencial, e isso é um componente. Outros componentes como subsídio direto. Países ricos têm que pagar

Kalil Cury Filho: Como ter a mobilidade humana nas cidades, para morar próximas de seus trabalhos, e se locomover a pé ou de bicicleta. Mobilização não eficiente significa anos de vida perdidos. Noruega tem controle total de mobilidade das pessoas, com qualidade de vida. As cidades amazônicas têm problemas iguais às outras no mundo, são 40 milhões de pessoas na pan-Amazônia. Na Amazônia, o acesso não é contínuo, porque às vezes é preciso contratar transportes.

exemplo, uma cadeia industrial da mandioca nem para abastecer o Estado. A cadeia produtiva da Amazônia florestal, olhando para a bioeconomia, pode agregar valor e gerar nicho de mercado, com conhecimento, com identidade de origem, potencialização das riquezas, para criar novas cadeias de serviço e ter uma economia dinâmica na região.

O Cadastro Ambiental Rural no Pará é de 2008, quatro anos antes do Código Florestal Brasileiro. Cada centímetro do território é disputado na Amazônia e é preciso dar visibilidade a isso. Acelerar a regulação com instrumentos tecnológicos e dar um salto de desenvolvimento que a região precisa. //

pela preservação. Continuar com a indústria mineral, no Brasil, que arrecada R\$ 86 bilhões/ano e gera 250 mil empregos. Nas florestas, há o problema fundiário, o detalhe é a implementação que gere os incentivos para que a floresta fique em pé.

No Brasil, são somente 750 estações meteorológicas e temos problemas com falta de dados de campo, como a saúde da floresta, que está conectado a crédito de carbono. Usar tecnologia para dar mais confiança ao processo. //

Integrar as populações por meio da tecnologia e maximizar isso, a conectividade que dependia de cabeamento, agora por meio de WiFi e satélite, vai melhorar de qualidade de vida, se tiver conectividade.

Grandes deslocamentos que podem ser evitados por meio da comunicação e investir em transporte fluvial. Se chegar a 25% de desmatamento da floresta pode ir a um modelo de savanização, que será irreversível. Investimento em transporte

fluvial, planos diretores integradas, a mobilidade pode melhorar muito.

Faz falta a indústria de transformação na região, mas é necessário mão de obra local capacitada.

“**Pedro Prata:** Economia circular era de extração, transformação, consumo e descarte, mas que que se viu que não se sustenta, num limite. Que não rompa a lógica do planeta, na transição, há três princípios: produção econômica sem gerar resíduo e poluição; de circular materiais e produtos em seu mais alto valor; regenerar a natureza. Transformar o sistema como um todo, pensando em energia, fluxo de capital, materiais potencial de trabalho e produtos. Avançar em circularidade, no Brasil, e como vira a chave da regulação em equipamentos eletrônicos remanufaturados, diferente dos EUA, e não jogar essa responsabilidade para a reciclagem. Mercado de produtos de limpeza por refil existe no Chile, no Brasil é proibido, por conta da regulação do mercado. Imposto de pobreza que não permite a lógica

Não vejo um projeto de estado para a Amazônia, porque não se sabe o que há aqui. //”

circular. A Amazônia tem muito potencial para economia regenerativa. Na Coca-Cola, o projeto de circularidade de garrafas PETS, reuso, que é usada 25 vezes, com muitos exemplos concretos na região. No Brasil, começou um entendimento rápido sobre o que é economia circular. Há um Projeto de Lei (PL) que cria uma política nacional de economia circular, e o texto está ficando melhor agora. O Brasil acabou de entrar para a coalizção de Economia Circular da América Latina e Caribe. A cadeia de álcool virou a chave e faz utilização do resíduo da cana e o usa ao máximo.

Há um mercado intermediário de reuso, economia compartilhada, manufaturados que precisa ser explorado. Não é qualquer bioeconomia que vai regenerar o planeta. //”

“ No Pará, precisava dar respostas mais rápida, em uma operação contínua, operação Amazônia Viva, da Semas-PA, combate ao desmatamento e garimpo ilegal. ”

Tobias Brancher

Diretor de Fiscalização Ambiental – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA)

DESAFIOS NO ENFRENTAMENTO AOS ILÍCITOS NA AMAZÔNIA

PALCO 2 – NATUREZA E DESENVOLVIMENTO

31 DE AGOSTO

16h às 18h



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Caio Favaretto – Sócio na Maranta Inteligência Política.

Carla Pinheiro – Vice-Presidente RI – Instituto Brasileiro de Gemas & Metais Preciosos.

Larissa Rodrigues – Gerente no Instituto Escolhas.

Jonata Galvão – Diretor de Acesso à Justiça e Mediação de Conflitos do Ministério da Justiça.

Tobias Brancher – Diretor de Fiscalização Ambiental – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas/PA).

Moderadora:

Ilona Szabó de Carvalho – Presidente do Instituto Igarapé.

Resumo do painel:

As atividades ilegais que competem com o crescimento das novas economias, disputam pessoas e territórios. Desafios nas políticas de comando e controle. Como garantir um futuro para pessoas envolvidas e exploradas em atividades ilegais? Garimpo ilegal e mineração.

Principais pontos discutidos:

- Atividades ilegais competindo no território amazônico, com economias ilícitas que surgem todos os dias.
- A transição para outros modelos necessita de pessoas.
- Proteção às pessoas no território.
- Rastreabilidade do ouro. O ouro está em muitos lugares.
- Comando e controle nos garimpos ilegais.
- Modelos regulatórios para a cadeia do ouro.

- Qual é o papel das instituições?
- Inserção do Brasil em cadeias produtivas fora do país.
- Existe uma crise de governança no Sul global.
- A geopolítica na transição verde.
- Tecnologia e sensoriamento remoto no monitoramento.
- Surgem alternativas lícitas às pessoas.
- A segurança pública combate ao crime organizado em terras indígenas.
- Setor do ouro do Brasil dialoga com outros países?
- O Brasil 'lava' o ouro da Colômbia.
- Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) na comercialização do ouro.
- Sempre é importante o diálogo com os estados.
- Terceiro setor e a importância do cooperativismo.
- Como ficará a tributação do ouro.

Falas de destaque dos participantes:



Roberto Campos Neto: Presidente do Banco Central (por meio de vídeo): “Combate ao garimpo de ouro ilegal e recursos ilícitos. Atuação do Banco Central (BC) está restrita à fiscalização das atividades, quando o produto entra na cadeia da instituição. O Banco não tem mandado para fiscalizar o antes, mas se alinha a outros atores de combate. Mais transparência na operação com ouro. Operadoras

de compra e venda de ouro se adequem aos processos para garantir, por controle interno, regularização na compra e afastar a possibilidade de comercializar ouro ilegal. Procedimentos para conhecer os seus parceiros e clientes em uma mitigação de riscos. Coibir condutas criminosas na comercialização do ouro. Aprimorar o Marco Legal para comercialização de ouro. Índícios de crime de

lavagem de dinheiro gera alertas de transações atípicas e é prioridade no plano anual para 2023 do BC.

Tobias Brancher: No Pará, precisava dar respostas mais rápidas, em uma operação contínua, operação Amazônia Viva, da Semas-PA, combate ao desmatamento e garimpo ilegal. Muita atividade ilegal ocorria na troca de equipes. Segundo a operação, Curupira, com bases fixas a partir de locais críticos, e se viu a redução do desmatamento. Pensar à frente, com economia de base sustentável e necessidade de comando e controle.

Sensoriamento remoto precisa de um trabalho de inteligência, com bases bem estruturadas. Fiscalização 2.0 e efetividade em um procedi-

É necessário um esforço conjunto entre os entes federativos, a indústria de mineração e o garimpo.

mento que chegue a todos. Dar alternativas às pessoas que vivem das atividades do garimpo.

70% da área do Pará é federal, mas o conhecimento é local, há que se pensar em protocolos. A sociedade civil levou adiante a Agenda, que no Pará, é priorizada, e era um assunto que não era prioritário, nem se falava sobre isso em campanhas políticas, por exemplo. A sociedade fala e cobra. Confiança entre os órgãos para trabalhar integrados em uma janela de prioridades.

Tem que pensar na cadeia toda, porque, em algum momento, o ouro ilegal se torna legal.

Jonata Galvão: A Secretaria de Acesso à Justiça traz para dentro do Ministério da Justiça as demandas dos movimentos sociais, das populações mais vulnerabilizadas aproximando-as das políticas de segurança pública. Alertas crescentes de desmatamento na região e garimpo ilegal em terras indígenas, numa conjunção de ilícitos, com números exponenciais. Camadas de proteção para pessoas diretamente ameaçadas, por conta de liderança, com a criação da Política de Defesa de Defensores de Direitos Humanos. Houve a desmobilização da fiscalização ambiental e da Funai. Agora, há o Plano de Proteção Territorial que visa a ser uma política pública de proteção.

Segurança pública depende de outros contextos para haver prevenção de ilícitos. R\$ 640 milhões para desintrusão em terras indígenas, reestruturação, criação do Ministério dos Povos Indígenas. Os principais ilícitos a serem monitorados com ferramentas de inteligência são: desmatamento e corte seletivo da floresta, mineração ilegal, caça e pesca ilegais, tráfico de drogas e grilagem de terras. No Brasil, são 627 terras indígenas, com 4.301 aldeias, e há uma busca de fontes de dados diversificadas.

As bases de dados já existiam, mas não se comunicavam para as ferramentas de inteligência para o combate do crime organizado em territórios.

Larissa Rodrigues: O crime quando é estrutural se aplica ao ouro. Metade da produção de ouro no Brasil tem indícios de ilegalidade e isso prejudica a todos e a quem está fazendo certo. Presunção de boa-fé não existia antes de 2013. Tudo a ver com rastreabilidade. Ministro Gilmar Mendes suspendeu, em 2023, a 'boa-fé', que trazia proteção em que estava envolvido na compra de ouro ilegal. Instrução normativa do Banco Central.

Muito a avançar, mas de onde vem o ouro, que é a pergunta básica da rastreabilidade. Não dá para deixar de falar em acabar com o uso de mercúrio, que é uma questão de saúde, e de invasão de terra indígena. Cadeia do ouro no Brasil tem regras específicas e leva à ilegalidade, porque são burladas. O problema da rastreabilidade são os intermediários

Compra-se ouro no Brasil de, pelo menos, 200 áreas.

Papel da sociedade civil é de um lado fortalecer e de outro cobrar. Tem que beneficiar quem está fazendo direito. //

// **Carla Pinheiro:** Existe o garimpo legal, o ilegal e o legalizado, o ouro tem portabilidade e valor agregado. Garimpo legalizado extrai de garimpo ilegal, 'esquentá' e legaliza esse ouro. O setor produtivo tem o dever e o direito de cobrar a legalidade desse ouro. A autorregulação não é perfeita, mas é um caminho, num processo audível, em parceria com Polícia Federal, para buscar a procedência do ouro. A Embrapa está desenvolvendo um bio-extrator para substituir o mercúrio.

O Brasil é um exportador de joias, de moda, design, e o mercado contribui para o resto da cadeia. Botsuana é um grande exemplo de país que era muito pobre e que utilizou muito bem a exploração mineral para uma sociedade legítima. O Brasil tem 90% das gemas e não agrega valor a isso.

Pouquíssimas DTVM operando no mercado brasileiro e quem tem um negócio formal, como faz para não gerar um problema de desabastecimento? //

// **Caio Favaretto:** Nos novos integrantes do BRICS, parece haver uma nova gestão da governança de recursos naturais em gestação no espaço da geopolítica internacional, justamente, em petróleo. Controle do canal de Suez e a entrada da Argentina. Soberania alimentar se transforma em crises migratórias. Golpes de estado no Níger e no Gabão, grandes produtores de urânio, há uma pauta energética associada à mineração.

Centralidade das terras raras, transição energética, ouro faz parte dos metais estratégicos. O cenário geopolítico do crime organizado avançou sobre o território amazônico.

Os mundurucus, no Pará, têm tido um papel primordial no combate do garimpo ilegal, quem domina esses territórios são esses povos. //



A photograph of a tropical setting. In the foreground, a wooden boat is on a river. Behind it, a wooden house with a tiled roof is built on stilts. The background is filled with lush greenery, including palm trees and other tropical plants. The text is overlaid on the right side of the image.

“ A bioeconomia é uma das soluções. O Brasil pode ser protagonista ou espectador. Deixar de ser um potencial líder para realmente liderar. ”

Thiago Falda
*Presidente Executivo da
Associação Brasileira
de Bioinovação*

AS FRONTEIRAS DA INOVAÇÃO

PALCO 3 – NATUREZA E DESENVOLVIMENTO
31 DE AGOSTO
16h às 18h



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Marcelo Thomé – Diretor do Instituto Amazônia+21.

Priscila Matta – Gerente Sênior de Sustentabilidade na Natura.

Reginaldo Arcuri – Presidente da Farma Brasil.

Thiago Falda – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bioinovação.

Victor Almeida – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Óleo de Palma – ABRAPALMA.

Moderador:

Adalberto Val – Pesquisador do INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Resumo do painel:

Como a inovação pode dar uma outra escala às novas economias? Como impulsionar biotecnologia e inovação à luz dos desafios estruturais da região? Como se articulam políticas públicas e iniciativas privadas? Esses e outros temas foram debatidos neste painel.

Principais pontos discutidos:

- Bioeconomia avançada e soma de conhecimentos.
- Onde estão as fronteiras de inovação.
- Os desafios estão escondidos na natureza.
- Buscar pensar a Pan-Amazônia com um todo e socializar informações.
- Amazônia fazendo parte da agenda nacional.
- A escala afeta as atividades da Agropalma?
- Conceito de bioeconomia da empresa Natura.

- Alta biodiversidade com ocorrência baixa.
- Não confundir bioeconomia com extrativismo.
- A ciência que o Brasil está produzindo tem sido usada?
- A procura por uma interface das diferentes áreas do saber.
- Revisão dos processos de pesquisa no Brasil.
- Amazônia recebe 3% dos investimentos em ciência e tecnologia do País.
- Ciência é investimento.
- Capacitação e fixação de recursos humanos na Amazônia.
- Importar informações do exterior é uma alternativa?
- Existe pensamento em crise climática, crise da biodiversidade e a crise social como se fossem coisas desconectadas.

Falas de destaque dos participantes:



Victor Almeida: Para o setor da palma, existem muitos tipos de inovações, desde a mecanização, genética, até modelos de negócios com um todo, num sistema agroflorestral de monocultura. Está se estudando a produção consorciada, até chegar a um modelo de reflorestamento. O risco de inovar passa por evitar o desmatamento. Tornar a vida das pessoas melhor no lugar onde elas vivem. Crescer

com apoio de políticas públicas, com esforço conjunto para resolver problemas básicos e permitir que a inovação aconteça organicamente.

A palma é uma *commodity*, tendo a Indonésia com 55% da produção mundial, Malásia com 25%. O Brasil tem mais áreas disponíveis para plantação – 200 mil hectares – o que foi feita em áreas de pastagens degradadas, regiões tropicais, como no Brasil.

Colômbia vende mais óleo de palma que o Brasil. A palma é a oleaginosa de maior produtividade por hectare. Querosene de aviação sustentável no Brasil de energia sustentável. O óleo vegetal de soja potencializado com óleo de palma poderia fazer do Brasil uma potência ainda maior em biocombustíveis. A produção mundial de óleo vegetal é de 210 milhões toneladas/ ano. O Brasil

pode ser um grande produtor de querosene de aviação.

Inovar com algo que você está acostumado a lidar. O Brasil exporta 2/3 da produção *in natura* de soja. O problema é a captação de mão de obra qualificada, que os cientista venham e queiram ficar aqui.

Criação da biodiversidade sem o extrativismo. //

// **Thiago Falda:** A inovação aplicada aos recursos biológicos é complexa, com capacitação muito alta. A biotecnologia - resíduos - surge como solução viável para o problema da redução de emissões. Questão de custos tecnológicos e custos regulatórios, muitas cascatas de regulação. Capacitação e fixação de recursos humanos para começar a trabalhar nas particularidades.

Bioeconomia existe desde sempre, envolve o uso de recursos biológicos e renováveis, aplicação de conhecimento científico avançado, por meio da biotecnologia, para a produção de produtos de alto valor agregado e que tenham benefícios sociais e ambientais. Várias bioeconomias e como as pessoas se conectam. Faz clonagem e não precisa voltar à natureza, bio-organismos em biorreator.

Empregos que remunerem bem. A vocação da Amazônia é a economia verde. Expandir os bene-

fícios da Zona Franca de Manaus para a bioeconomia e as empresas virão pelo benefício e pela vocação. Uma PEC criando um fundo que será repartido com os estados para compensar a falta de arrecadação (ICMS).

As conferências do clima e da biodiversidade começaram no Brasil no rastro da Rio 92, são conferências irmãs e não conversavam. Todas as metas têm um fundo ligado a mudanças do clima. Na Agenda 2030, dos ODS, vê-se que o Acordo de Paris, artigo 6, comércio de créditos de carbono entre países. Artigo 10, os países concordam que somente através da ciência e da inovação é que serão superados os desafios das mudanças climáticas.

A bioeconomia é uma das soluções. O Brasil pode ser protagonista ou espectador. Deixar de ser um potencial líder para realmente liderar. //

// **Reginaldo Arcuri:** Processo de integração dos usos da região Norte, retomar essa discussão. Nada se faz sem regulação, agências capacitadas para ser geradoras de normas, as normas com foco em inovação, foco sempre à frente.

O Brasil tem ciência de altíssima qualidade para articular as capacidades com o setor produtivo. Diálogo difícil entre a ciência e setor produtivo. No Brasil, tem a Lei da Biodiversidade, na qual setor

privado se organizou e construiu as pontes entre a ciência e a produção.

Produção do conhecimento é inerente à humanidade, compartilhar informações, dos resultados de conhecimento. Ter a conexão para as pessoas terem mais conhecimento.

A 'quarta' crise é a guerra na Europa, uma guerra de trincheiras, que poderá ter artefatos *termonucleares*. //

Priscila Matta: Pensar a inovação em rede e fazer conexão e empreendedorismo com as economias, no sentido mais direto. Acertar a direção e trabalhar a descarbonização, perda e reversão da biodiversidade, mas promover equidade nos diferentes modos de vida. 3% de recursos vêm para a Amazônia em termos de inovação. Tem que trabalhar a temática social. A Natura trouxe para a região, como uma plataforma, o uso sustentável da biodiversidade, conectada com os conhecimentos locais e tradicionais. Geração de valor para sociedade com vários eixos no desenvolvimento da materialidade da biodiversidade e agregação de valor. É preciso transformar extrato fora da região, porque aqui não há parceiros para transformar a

planta em extrato. Há muita dificuldade. Os conhecimentos tradicionais são baseados em modos de vida, em cultura. Ciências são plurais, não querem colonizar o conhecimento

Conceito de bioeconomia é europeu, mas no Brasil, pensa na realidade local, para buscar o sentido global. Vocação do país pensando em plantas nativas. Biodiversidade nativa na Pan-Amazônia. A sociobioeconomia   baseada na valoriza o das pessoas, na abordagem ecológica, com um grande potencial.

O recurso   um só e tem que decidir onde investir. Oportunidade de rever o modelo de país. Os investimentos vão ser direcionados a partir de uma estratégia. //

Marcelo Thomé: O principal desafio a superar   a governança, organiza o, onde queremos chegar, incluindo as pessoas. As demandas dos prefeitos ainda são do século 19 (asfalto, saneamento, ilumina o pública, calçadas) e isso já foi superado pelo mundo. A boa governança ajuda o desenvolvimento sustentável por meio da inova o. A Amazônia   o menor IDH do Brasil. Trabalhar em rede e construir projetos de longo prazo. Temos, anualmente, um Fundo Amazônia, em valor, para inova o que   a Lei de Informática. Em *offsets* são mais de R\$ 2 bilhões/ ano mal aplicados. Boa governança em rede com a iniciativa privadas, com todos. Gera o de valor do potencial de bioeconomia para a região.

Avançar com pesquisa aplicada. Desenvolver algo que tenha mercado, fazer que do outro lado tenha alguém para comprar, isso reorienta o investimento   pesquisa no Brasil. Avançar no que   o melhor para o Brasil, agregar valor, enorme potencial para a nova economia global.

O Brasil   detentor de 20% do potencial bioecon mico, patrimônio genético da humanidade e na Amazônia, a estimativa   de 15%, como   que o Brasil não lidera a agenda da nova indústria? A base   a pesquisa aplicada.

Ter uma nova regula o, com melhores regras, para acessar as novas soluçoes. O Sebrae - programa Inova Amazônia - identificou 231 pequenos negócios baseados em economia verde, com recurso bem aplicado identifica o potencial econômico nos territórios. O foco   exporta o.

Quer colonizar planetas, mas não garante segurança alimentar para a popula o mundial. Falta a o, mitigar os efeitos da crise. Convive com biopirataria e não cria um mercado de carbono global. O Brasil responde apenas por 4% das emissões globais e   o mais bem posicionado nas questões de clima e de biodiversidade.

Iniciativas muito positivas. //





// No Brasil, são 2,5 milhões de propriedades de pecuária e 6,5 milhões de propriedades agrícolas registradas, mas a JBS não chega a 100 mil de fornecedores diretos e não controla a cadeia de fornecimento do Brasil. //

Liége Correia
Diretora de Sustentabilidade da JBS

CONCILIANDO PRESENTE E FUTURO: A TRANSIÇÃO É UMA SOMA E NÃO UMA SUBSTITUIÇÃO

PALCO 5 – TEMAS NACIONAIS

31 DE AGOSTO

16h às 18h



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Alexandre D' Ambrosio - Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos e Institucionais da Vale.

Ellen Acioli - coordenadora na Fundação Avina.

Fernanda Stefani - Cofundadora e CEO da empresa 100% Amazônia.

Gustavo Pinheiro - Coordenador do Portfólio de Economia de Baixo Carbono - Instituto Clima e Sociedade.

Joana Martins - CEO e diretora de operações na empresa Manioca.

Liége Correia - Diretora de Sustentabilidade da JBS.

Renata Piazzon - Diretora-geral do Instituto Arapyaú.

Moderador:

Paulo Hartung - Presidente-Executivo da Indústria Brasileira de Árvores.

Resumo do painel:

Foi debatido como as novas economias devem somar a atividades e modelos mais tradicionais e não necessariamente substituí-los. A convivência entre grandes cadeias (agro, mineração, pecuária) e as novas economias como oportunidade de colaboração e crescimento mútuo.

Principais pontos discutidos:

- Novas economias e também as tradicionais (velha economia).
- Transformar o potencial em oportunidades, especialmente aos jovens.
- Tempos atrás, o Brasil se tornou um pária mundial, mas a Rio 92 colocou o Brasil novamente em cena.
- A mudança depende muito da sociedade e não apenas de governos.

- Importância de uma sociedade ativa nessa inserção do Brasil/ região amazônica na descarbonização da economia.
- É necessária ambição da sociedade civil, que acredite nela.
- Avanço da bioeconomia que combina com experiências ancestrais.
- Região com abundância, população com carências extremas.
- Olhar para a Amazônia que se urbanizou, Belém e Manaus.
- Protagonismo: há o protagonismo da região, mas tem pobreza.
- Como lidar com a insegurança alimentar.
- O mercado necessita de metais.
- Indicadores externos podem determinar sobre como se vê a Amazônia?
- A rastreabilidade dos produtos da Amazônia se faz urgente.

Falas de destaque dos participantes:



Liége Correia: A JBS tem atuação grande no bioma amazônico, em um trabalho de liderança que envolve escutas.

Já se está discutindo o PEB - Produto Ecológico Bruto, que considera outras variáveis. O S é o mais importante do sistema ESG. A JBS fez 70 anos e trabalhava com produtor direto e tecnificado.

No Brasil, são 2,5 milhões de propriedades de pecuária e 6,5 milhões de propriedades agrícolas registradas, mas a JBS não chega a 100 mil de fornecedores diretos e não controla a cadeia de fornecimento do Brasil. Quanto mais se avança na rastreabilidade/ cadeia de fornecimento, menores as propriedades ficam. Dois caminhos: passar

ao Governo ou contar com o produtor. Nas 35 unidades da JBS, são 19 'escritórios verdes', que atendem o Brasil inteiro e ajudam na regularização. O CAR, antes, demorava até 4 anos, e diminuiu a 8 meses. Separar o que é crime daquilo

que é produção e o que conseguir implementar de ferramentas. Localizar os produtores e ajudá-los. A JBS está presente em mais de 190 países, mas quando a agricultura familiar será incluída no agronegócio? //

Renata Piazzon: O Instituto Arapyaú é uma filantropia que atua nas agendas de clima e desenvolvimento, principalmente, na Amazônia e no sul da Bahia. Há a crença no poder as redes.

Nos quatro anos passados, estávamos em uma agenda de contenção para evitar retrocessos, assim como algumas das redes do segmento ambiental. São dois anos que serão chave, daqui para frente, e o futuro da agenda climática depende do futuro da Amazônia. Construção de

uma pauta que concilie presente e futuro: rastreabilidade, agenda de mercado de carbono, bioeconomia e outros.

Indicador nas comunidades foi 'eu quero a melhor internet na minha comunidade', e manter os jovens no território.

Na Amazônia já desmatada existe uma economia de commodities e na Amazônia preservada, a economia da sociobiodiversidade. //

Alexandre D' Ambrosio: A Vale definiu recentemente seu propósito que é 'melhorar vidas e transformar o futuro juntos'. Vale e JBS são representantes da chamada economia tradicional.

Na Vale, hoje, procura-se saber o que a comunidade precisa, e a partir do ponto de vista deles, em conversas e escutas ativas, olhar 'da porta pra fora'. A Vale tem um programa que visa tirar 500 mil pessoas da extrema pobreza, até 2040, começando pela escuta, sobre o que é prioritário. Em parceria com outras grandes empresas, planeja reflorestar 4 milhões de hectares, o projeto Biomas, nos próximos 20 anos.

A Vale será carbono zero até 2050 e em curto prazo, reduzirá as emissões, até 2030, em 33% - emissões 1 e 2 - e já está em 22%. O IBRAM tem um projeto de rastreabilidade do ouro. Combater o garimpo ilegal, tirar o garimpeiro e ele voltar, achar alternativas a eles, isso é importante para os negócios. Preservar e fazer a exploração fazem parte do mesmo negócio.

Os grandes negócios investem no impacto dos pequenos. O Fundo Vale investe em 360 negócios da floresta e colabora com outros investimentos. O minério de ferro que sai da Amazônia é o de maior teor do mundo, um *benchmarking* de mineração sustentável mundial. //

Joana Martins: Fundar a Manioca, há nove anos, veio de um incômodo, e, na verdade, eu não entendia lógica da floresta. Com o olhar de conectar o Brasil, a Amazônia e o mundo a partir de seus sabores, em uma interação da biodiversidade e cultura. O exótico não é o que é da Amazônia, é o que vem de fora. A gente precisa ser ambicioso e acreditar nessa ambição.

Olhando pelos Indicadores Internacionais, a região amazônica tem, sim, uma carência extre-

ma, mas isso precisa ser reavaliado. Que indicadores são esses? Educação, saúde. Algumas comunidades não precisam desse enfoque. Nosso olhar diz que elas são pobres. Na Amazônia fazemos muitos negócios que não são enxergados porque o Estado é ausente muitas das vezes. A sociedade civil dará um jeito de fazer. Rever os indicadores para que eles se adaptem ao território, com o qual o diálogo precisa acontecer.

O novo modelo de produção é um desafio para o Brasil e o mundo. A Manioca nasceu com um negócio de impacto socioambiental sem saber, porque os conceitos não chegaram.

Ajudou a duas comunidades, em Moju e Acará, no Pará, a produzir mandioca orgânica e replicar o modelo a outras comunidades, em pequenas porções do território. Quem gera mais impacto é o pequeno. O ESG é o começo da transição ou o planeta não vai mais suportar as pessoas. //

// **Gustavo Pinheiro:** Em 1946, a fronteira agrícola era Presidente Prudente (SP), 70 anos depois, a fronteira está no sul do estado do Amazonas, é um tempo rápido de expansão dessa fronteira. Com a biodiversidade da Amazônia, é preciso mudar o olhar.

Temos que subtrair a ilegalidade, a grilagem de terras, garimpo ilegal, produção madeireira ilegal, tráfico de drogas. Império da lei. Aprender com a ancestralidade que tem um olhar de economia bem diferente do nosso. As populações ocidentais são calcadas em uma lógica de escassez e as populações tradicionais, sociedades de parentescos, em uma lógica de abundância e de convivência com o habitat onde se está para ter abundância e dividi-la. Tornar escasso para ter controle social. Bem-estar X redução de pobreza como projeto de nação. Habitavam a Amazônia, pelo menos, 10 milhões de pessoas, antes de Cristóvão Colombo chegar à América, e eles tinham acordos de pesca, mas perdeu-se a abundância de pescados apoiados em cosmovi-

sões e chegou-se à escassez, precisamos revisar esses acordos.

Hoje, consome-se 1,7 vezes da capacidade de regeneração do planeta, e isso representa um anacronismo na base da teoria econômica liberal. Uma pesquisa da UFPA/ NAEA mostrou que as matrizes de insumo-produtos que calculam o PIB brasileiro são falhas, porque não consideram a economia da Amazônia. O açaí não entra na estatística, por exemplo. Existe uma economia da floresta que é invisibilidade e que é uma falha de mercado. Precisa criar *terroirs*.

Em Manaus (AM) está localizado o Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), que tem apenas 4 anos, mas já tem 27 instituições de ciência e tecnologia e 13 cadeias produtivas da Amazônia Ocidental. O gargalo é capital humano que faça o link entre conhecimento tradicional com os mercados e a economia.

Em muitos casos, o ouro da Amazônia não tem rastreabilidade e pode estar associado a desmatamento. //

// **Fernanda Stefani:** Morando na Europa, voltei a olhar o Brasil de forma diferente, vendo a pauta de produtos brasileiros de exportação, o mundo dos alimentos amazônicos. A empresa 100% Amazônia trabalha cadeias produtivas da região, em especial, o açaí, e 14 anos depois, trabalha com 28 espécies, transformadas em ingredientes para 69 países, e integra o chamado Sistema B - formado por empresas que criam produtos e serviços voltados para resolver problemas socioambientais.

Os encantados estão por todos os lados, os rios têm direitos como negócio. O capitalismo ignora a natureza como parte interessada. Aprender com o território e não chegar com as respostas prontas.

O açaí é um enorme desafio, com demanda imensa, inclusive, fora do Brasil, existe uma lógica de mercado. O tradicional, que ainda continua sendo utilizado, é o peconheiro no açaí. O açaí é um excelente exemplo entre a economia tradicional e a nova economia. A floresta não precisa ser salva, mas ser respeitada. O ESG é o 'novo normal'. //

“ **Ellen Acioli:** Vozes para Ação Climática Justa, programa de justiça climática, que está sendo implantado na Amazônia Legal. Ser grande no ser simples. Os amazônidas construindo as soluções que eles querem para suas próprias causas.

As águas dos rios são habitadas pelos encantados, se eles são impactados, vão embora e o local fica vulnerável. Uma conversa antiga conta que no lago Verde, em Alter do Chão, habitava

uma arraia-mãe, que foi embora, e o deixou vulnerabilizado.

Não se pode falar em bioeconomia na Amazônia sem falar de proteção territorial. Os insumos estão em áreas dispersas. Repartição justa de benefícios é extremamente importante, junto ao acesso ao conhecimento tradicional. Posicionar-se como um país protagonista ou ver que o perfume Chanel 5 extinguiu o pau-rosa do município de Juruti (PA). ”





“ Combate a pesca ilegal, assaltos nos rios (ratos d’água), descaminho, contrabando e outros são feitos sempre em parceria. Grande parte da pesca ilegal. ”

Antônio Capistrano de Freitas Filho
Vice-Almirante - Comandante do
4º Distrito Naval (Belém)

A DEFESA E O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

31 DE AGOSTO

18h às 19h30



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Palestrantes:

Antônio Capistrano de Freitas Filho – Vice-Almirante – Comandante do 4º Distrito Naval (Belém).

Luciano Guilherme Cabral Pinheiro – General de Exército e Comandante Militar do Norte.

Raimundo Nogueira Lopes Neto – Major-Brigadeiro do Ar – Comandante do Primeiro Comando Aéreo Regional.

Ricardo Augusto Costa Neves – General de Exército – Comandante Militar da Amazônia.

Embaixador Rubens Barbosa – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Trigo (ABITRIGO), presidente e fundador do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE).

Moderador:

Fernando Azevedo e Silva – General do Exército e Vice-presidente do IBRAM.

Resumo do painel:

O painel discutiu a importância das Forças Armadas na defesa da região Amazônica, bem como a assistência à população da área, como representante do Estado Brasileiro. A missão das Forças Armadas em contribuir à garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. A região Amazônica como prioridade estratégica das Forças Armadas por sua extensa faixa de fronteira e baixa densidade demográfica. Grande sucesso do evento realizado em 2023.

Principais pontos discutidos:

- Como se estrutura a Defesa da Amazônia.
- Divisão da região entre Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental.
- Presença das Forças Armadas na fronteira brasileira.

- Narcogarimpo é um grande problema.
- Como atua o Comando Militar da Amazônia.
- As atribuições do Comando Militar do Norte.
- Economia verde é a solução.
- O desenvolvimento acelerado da região.
- SIVAM/ SIPAM – Antes era somente vigilância e hoje é o Sistema de Proteção Aérea da Amazônia.
- Operações interagências para melhorar a fiscalização.
- Ações físicas (engenharia) e sociais (assistencial) das Forças Armadas.
- Presença da Marinha na orientação em rios da Amazônia.
- Campanha de doação de coletes totalmente grátis.
- Cobertura de eixos nas embarcações para evitar escarpelamentos.
- A Amazônia sempre foi e é uma região prioritária para as Forças Armadas.
- Trabalhos assistencial às populações originárias e aos ribeirinhos.

Falas de destaque dos participantes:

Embaixador Rubens Barbosa: Foi a Marinha, que em 1823, garantiu a integridade territorial brasileira e a Independência do Brasil na região Norte. O Brasil tem uma posição muito importante no tema do meio ambiente – tema global – por causa da Amazônia. Três atores: o Estado; as organizações não governamentais e religiosas; e o crime organizado. O crescimento do crime organizado vem na esteira da ausência do Estado. Para defender melhor a soberania tem que defender a biodiversidade. A soberania territorial está sendo ameaçada pelo crime organizado. São mais de 40 mil militares das três Forças na Amazônia. Na ação civil das

Forças Armadas há limitação de equipamentos. Na questão de inteligência, a ausência do Estado se nota pela falta de uma ação conjunta das Forças Armadas, autoridades e Polícia Federal. Evasão de divisas por conta do contrabando. Países no Tratado da Cooperação Amazônica, iniciativa do Brasil, criado há 15 anos, trouxe para Brasília, ficou exposto a críticas, e é um instrumento importante. Usou-se a GLO (Garantia da Lei e da Ordem) no combate ao fogo e desmatamento na Amazônia. O lugar do Brasil no mundo depende da força que ele tem. Desenvolver estratégias para beneficiar os nossos interesses em três áreas: meio ambiente, segurança alimentar e energia renovável.

Ricardo Augusto Costa Neves: A Amazônia é parte da agenda mundial no século 21, como uma líder mundial em desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e proteção aos povos originários. Políticas estratégicas precisam considerar as várias Amazôniaas. Com uma estratégia nacional soberana alinhada aos interesses nacionais, a defesa e proteção da Amazônia fica mais fácil. Déficit de soberania são as novas ameaças. Em 2013, o Exército dividiu a área em duas frentes: Comando Militar da Amazônia (quase 25% do território, 20 mil soldados, 23 pelotões especiais na fronteira) e Comando Militar do Norte, o que demonstra a prioridade que a região requer.

As capacidades nacionais de defesa são: mobilidade estratégica, pronta-resposta, dissuasão e proteção. Em todos os estados da Amazônia existem obras de engenharia do Exército. Atua da crise humanitária de Roraima (refugiados venezuelanos), defesa do povos originários. Dos 50 mil atendimentos médicos anuais em São Gabriel da Cachoeira (AM), 38 mil são de indígenas. Precisamos trabalhar interagências, numa coluna vertebral de logística que permite a presença em todos os locais. Três grandes vazios na Amazônia: Estado, de população e de ideias. O brado 'SELVA' é Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Amazonas.

Não temos ainda um projeto de baixo carbono. //

Luciano Guilherme Cabral Pinheiro: De Belém parte toda e a defesa a interiorização da Amazônia, com os fortes espalhados pela calha do rio Amazonas. A Amazônia, uma área altamente estratégica, ainda não está integrada ao restante do Brasil como se gostaria, o grande meio de transporte ainda são os rios. Um grande desafio é a proteção da foz do rio Amazonas (200 km de largura por 170 km de fundo). Comando Militar do Norte ocupa 20% do território nacional; são 4 estados (Pará, Maranhão, Amapá e Tocantins); tem 1,76 milhões de quilômetros quadrados sob responsabilidade; e cerca de 10 mil soldados para 17 milhões

de pessoas; quase 50% dessa área são terras indígenas e unidades de conservação, em especial no Amapá, que tem cerca de 72% dessa ocupação territorial. Rodovias BR 163 e BR 230 são da década de 1970 e somente elas existem até hoje para fazer essa integração com o resto do Brasil. Arco Norte (portos). Promove educação ambiental com plantação de 213 mil mudas até o final de 2023. Quatro unidades do Exército no Pará: Altamira, Marabá, Belém e Itaituba, com o entorno totalmente de mata nativa.

A interação com as outras forças tem vocação de operar conjuntamente. Interação com os órgãos de governo também é uma realidade. //

Raimundo Nogueira Lopes Neto: A Força Aérea Brasileira (FAB) é ainda muito 'jovem', é do século 20, e precisou se expandir por conta do tamanho da área. A FAB chegou a Belém com o Correio Aéreo Nacional; em 1934, o aeródromo de Belém foi construído na fazenda Val-de-Cans. A criação do Ministério da Aeronáutica foi em 1941 e Belém foi a 'escada do trampolim' para Natal durante a Segunda Guerra Mundial. Dois aviões importantes e fundamentais: Catalina e C47. Em 1956, havia 17 aeródromos, dois asfaltados (Belém e Manaus).

Em 65 anos, foram construídos, ampliados ou reformados mais de 170 aeródromos na Amazônia (sendo, em média, 4 por ano), para atender indígenas e ribeirinhos. Em muitos locais, a Amazônia é dependente da pista de pouso. Passou de Zona Aéreas para Comando Aéreo Regional (Comar), com bases em Belém (PA), Manaus (AM), Boa Vista (RR) e Porto Velho (RO). Projeto SIVAM, tocado pela Força Aérea Brasileira, só existiam dois radares, o de Belém, de 1942; e o de Manaus, de 1983, depois vieram Tabatinga (AM), São Gabriel da Cachoeira

(AM) e Boa Vista (RR). O projeto SIVAM/ SIPAM tem 24 unidades de vigilância, três centros (Manaus, Porto Velho e Belém), quatro aeronaves de inspeção e foi possível fundar o 4º CINDACTA, cobrindo, assim, todo o Brasil com proteção aérea. Áreas de pré-radares com 21 destacamentos e 18 estações de apoio em regiões de difícil acesso, que protegem o espaço aéreo. Dimensão 22, com 22 milhões de quilômetros quadrados e atua também monitorando águas internacionais e o mar territorial. Projeto de Sistemas Especiais com

lançamento de satélites, com comunicação e soberania. Defesa da soberania do espaço aéreo brasileiro com avião-radar. Aeronaves não tripuladas atuam fortemente em áreas de garimpo ilegal. O processo de integração nunca termina.

A sociedade chama pelas Forças Armadas. As agências na região – como Ibama e Funai – carecem de meios, aeronaves, barcos, mas são muitas as demandas. //

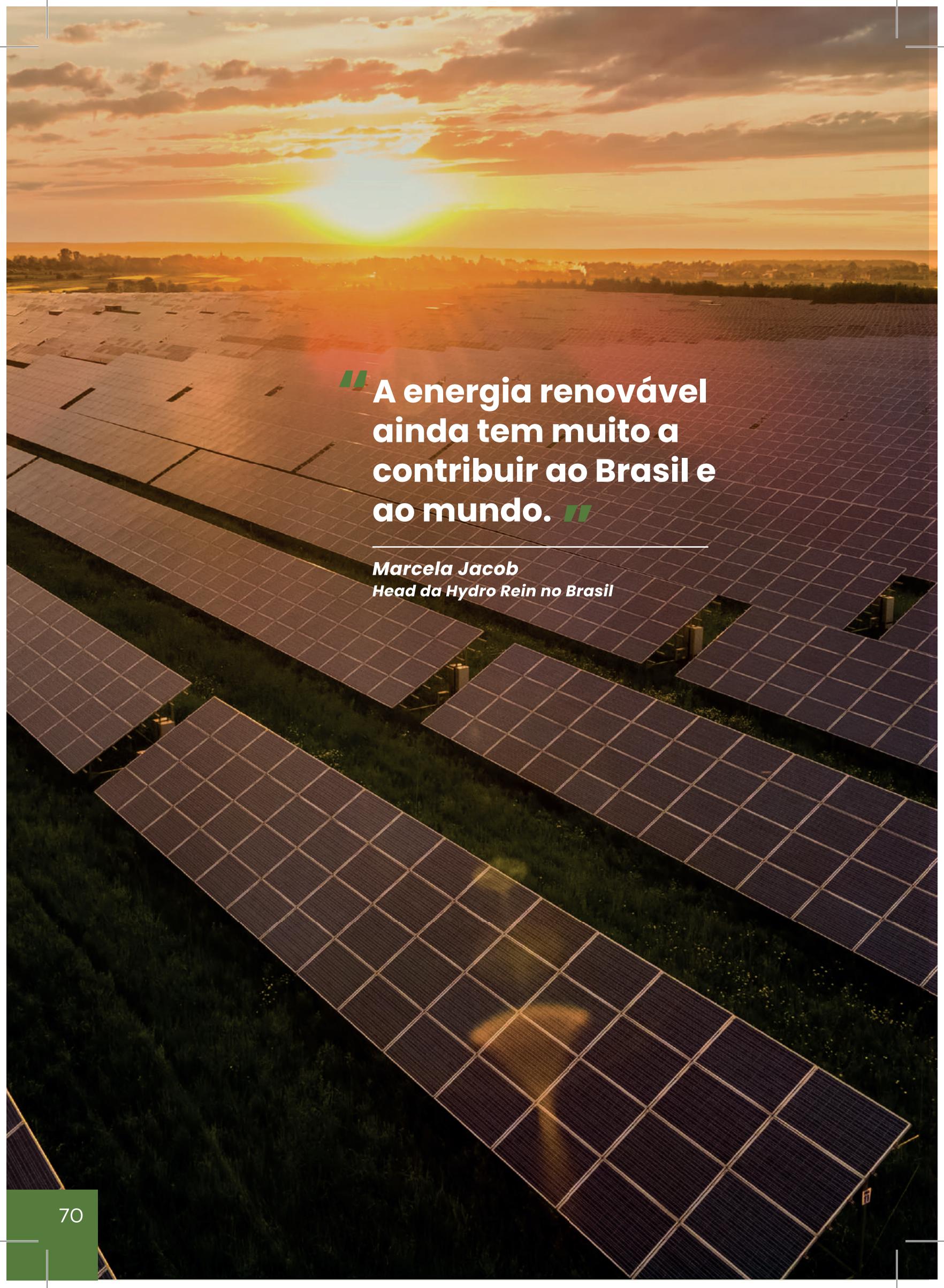
// **Antônio Capistrano de Freitas Filho:** O Quarto Distrito Naval cobre quatro estados, em uma área de 23% do território nacional; 1.060 km de litoral; mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de área marítima e fronteira com Guiana, Suriname e território ultramarino da França. Sem integração nada na Amazônia acontece. Pontos: salvaguarda da vida humana, segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica. Na região, um metro do calado do agronegócio corresponde a 10 mil toneladas de grãos vegetais. Marinha tem colaborado com desenvolvimento sustentável da região buscando permitir que os navios tenham mais calado na chamada Barra Norte, no Arco Lamoso, área de difícil navegação, onde o rio Amazonas deposita sedimentos. O canal do Quiriri, próximo a Belém, também recebe atenção sobre o seu calado, para que chegue a 14 metros. escoamento, por comboio de barcas, do porto de Miritituba até Vila do Conde, vai Estreitos, tem 334 metros de comprimento por 35 de largura, com muita segurança. Combate a pesca ilegal, assaltos nos rios (ratos d'água), descaminho, contrabando e outros são feitos sempre em parceria. Grande parte da pesca ilegal (pescada amarela e 'grude') é uma área muito extensa. Apreensão de madeira é um combate permanente. No ano que vem, o 4º Distrito Naval terá um navio-hospital. Autoridade marítima no Oiapoque (AP), Macapá (AP), Belém (PA) e Santarém (PA).

Base fluvial na área do Marajó onde a Marinha também está. //



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



An aerial photograph of a vast solar farm during sunset. The sun is low on the horizon, casting a warm, golden glow over the landscape. The solar panels are arranged in neat, parallel rows that stretch across the field, receding into the distance. The sky is filled with soft, orange and yellow clouds, and the overall atmosphere is serene and hopeful.

**“ A energia renovável
ainda tem muito a
contribuir ao Brasil e
ao mundo. ”**

Marcela Jacob
Head da Hydro Rein no Brasil

A NOVA ECONOMIA VERDE E OS CENÁRIOS PARA A TRANSIÇÃO

PALCO 1 - TRANSIÇÃO INDUSTRIAL E INOVAÇÃO
31 DE AGOSTO
18h às 19h30



Participantes:

Marcela Jacob – Head da Hydro Rein no Brasil.

Perpétua Almeida – Diretora de Economia Sustentável e Industrialização na Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

Rossandro Ramos – UFRJ-FINEP.

Silvia Cabral – Superintendente de Sustentabilidade da Norte Energia.

Moderadora:

Rafaela Guedes – Sênior Fellow do CEBRI.

Resumo do painel:

O painel debateu os cenários para a transição ecológica na Amazônia e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, com foco em questões de geração e distribuição de energia, presença do setor elétrico na região e descarbonização da indústria.

Principais pontos discutidos:

- O Brasil como provedor de soluções verdes.
- Desmatamento ilegal na Amazônia .
- Óleo e gás fazem parte da transição e têm um papel a cumprir.
- A força das energias renováveis.
- Grandes investimentos e inovação.
- Recurso minerais críticos a que destinam.
- Que mineração queremos?

- Visão de legado das mineradoras.
- A indústria tem que ser sustentável.
- Cadeias produtivas que sejam valorizadas.
- A busca por energias mais limpas.
- Norte e Nordeste se destacam em energia limpa.
- Descarbonização das atividades econômicas.
- Cadeia totalmente verde.
- Oportunidades para terras raras e minerais críticos estão também na Amazônia.
- Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).
- Valorização da floresta em pé.
- Planos de transição energética.
- Energia e saúde global.
- Perspectivas para novas economias da floresta.

Falas de destaque dos participantes:

Rossandro Ramos: Hoje, vivemos uma segunda transformação do século 20, a ecológica e transição energética, sendo a geopolítica um fator determinante. O lítio tem papel importante nessa transformação, a China detém quase 80% do refinamento do lítio, atualmente. Para 2030, novas nações de produção de lítio: África e Argentina e o Brasil, com bom potencial. Não se faz transição energética, nem transformação ecológica sem a mineração, mas

que ela seja responsável. Quatro princípios para mineradoras: integridade empresarial; legado positivo; responsabilidade social e responsabilidade ambiental, mas por vontade própria e não por imposição. Mineração aditiva, indústria 4.0, adicionar capacidade no território, por meio de conhecimento. Não existe inovação sem uma política ativa do Estado.

No Brasil, a principal origem do lítio é rocha dura, o pegmatito, usado para aplicações industriais. Para a população vulnerável existe a alternativa de uso dos recursos de forma responsável, pensando numa cadeia de valor para quem está no território, em uma política ativa, para adensar conhecimento.

“ **Perpétua Almeida:** Era difícil colocar na mesma frase mineração e sustentabilidade, mas agora temos um novo caminho. Um milhão de amazônidas seguem na pobreza energética, e, por exemplo, são 10% da população do Acre vivendo nessa pobreza. A tecnologia vai trazer a energia fotovoltaica para a região. A Amazônia, com a toda sua riqueza, tem poucos investimentos em pesquisas, tecnologia e educação. É preciso entender que mata em pé gera mais riqueza. Fazer a discussão da transição, estamos falando de bioeconomia, de onde está essa bioindústria?

“ **Marcela Jacob:** A Hydro foi fundada em 1905, com demandas de energia no DNA, e trouxe a vocação de energia renovável ao Brasil. A empresa tem meta carbono zero até 2050. Opera em mais de 40 países e a reciclagem é importante na transição energética. Usinas renováveis para a utilização nas plantas, oferece soluções de energia para consumidores industriais, no Brasil e no mundo, num espectro amplo. No Brasil tem melhor potencial

“ **Silvia Cabral:** Norte Energia é a maior geradora nacional de energia do Brasil, com 50 milhões de consumidores atingidos, com matriz limpa. Energia limpa no Brasil tem hidrelétricas em primeiro, eólica em segundo, biomassa em terceiro. Olhar local de como está a população, 1,4 milhão de domicílios estão desconectados, sem energia, em grande parte na Amazônia. Levar energia solar para comunidades mais distantes. Energia leva à justiça social. As mudanças climáticas estão afetando a bacia do rio Xingu. A Norte Energia

É fundamental pensar a conversão territorial.

Em países, cuja indústria utiliza carvão, a pegada de carbono é cinco vezes maior. O Brasil tem uma matriz energética invejável. //

Rastreamento do plástico para a indústria se ajustar. Dois projetos da ABDI: o processo de transição pelas usinas sociais, com energia limpa, onde não se consegue chegar; e a questão de bioindústria.

Entender que florestas em pé podem ganhar dinheiro. A ABDI quer fazer o diagnóstico de toda a bioindústria no Brasil, em um levantamento vivo, o que tem no interior do Brasil. //

eólico e solar, potencial para ser parte da transição global para um mercado mais verde.

A Hydro Alunorte é uma das maiores alavancadoras de redução de gases de efeito estufa, de pegada de carbono da Hydro. No futuro, o consumo virá de energia limpa”. O Brasil tem uma vantagem competitiva na precificação internacional.

A energia renovável ainda tem muito a contribuir ao Brasil e ao mundo. //

promoveu, junto com a UFPA, o primeiro corredor verde da Amazônia, em Belém, com ônibus e um barco elétricos, estudar para outros tipos de embarcações.

Serviços ambientais são uma forma de levar renda às pessoas que são remuneradas por proteger a floresta.

40% da juventude da Amazônia está desempregada, número bem maior que no Brasil. //

“O Brasil no G20 vai precisar de foco, disciplina, pragmatismo e realismo. É o retorno do Brasil ao cenário internacional, buscando prioridades.”

Hussein Kalout

*Pesquisador da Universidade de Harvard
e Conselheiro do Centro Brasileiro de
Relações Internacionais (CEBRI)*



O BRASIL NO G20

PALCO 3 – TEMAS NACIONAIS
31 DE AGOSTO
18h às 19h30



Participantes:

Ana Yang – Diretora-executiva na Chatham House Sustainability Accelerator.
Hussein Kalout – Pesquisador da Universidade de Harvard e Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).
Marcos Caramuru – Embaixador.
Sergio Gusmão Suchodolski – Sênior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

Moderadora:

Izabella Teixeira – ex-ministra do MMA.

Resumo do painel:

No painel foi debatido a atuação do Brasil no G-20, frente às mudanças climáticas e à transição ecológica, olhando para o papel da Amazônia no contexto global.

Principais pontos discutidos:

- Processo da reunião do G20.
- O Brasil vai assumir a presidência do G20 em novembro de 2023 e isso é uma oportunidade única.
- *Think tanks* do Brasil: IPEA, Fundação Alexandre Gusmão e CEBRI.
- Reunião do G20 será no Rio de Janeiro (RJ) em 2024.
- Cinco anos de liderança no G20 no que isso impacta?
- Sociedade civil.
- Contexto internacional.
- Como as economias irão se desenvolver?
- Capacidade de entrega.

- O Brasil como provedor de soluções.
- Narrativa com convergência de interesses.
- Financiamentos, dinheiro público e privado.
- Precisamos ter o BNDES e outros bancos bem fortes.
- Grupo T7 do G20, uma ligação T7 e T20.
 - Mobilizar *think tanks* no exterior para virem ao Brasil.
- O espaço dos *think tanks*.
- Recolocar-se no debate sobre escolhas e futuro.
- O tamanho do Brasil no mundo.
- Discussão sobre segurança alimentar.
- Inserção do Brasil no G20.
- A diplomacia tem que conversar também para dentro do Brasil.
- Para os países do G20, o gargalo é energia.
- Conectar os mundos econômicos e financeiros.
- Os processos do G20 são muitos mais estruturantes.
- Educação política.

Falas de destaque dos participantes:

Marcos Caramuru: O G20 nasceu no contexto da crise financeira asiática. Na crise de 2008, criaram-se as reuniões internacionais do G20. Os problemas mundiais antigos são interligados e eles se juntaram aos novos como sustentabilidade, questões ambientais e economia de baixo carbono. Financiar a economia de baixo carbono. A presi-

dência do G20 trabalharia para buscar consenso a essas questões. Oportunidade do Brasil em salientar temas diferenciados, ligados à nossa realidade em dois pontos: sustentabilidade e questões de saúde. O Governo brasileiro fala de 3 prioridades: desigualdades sociais, reforma das organizações multilaterais e sustentabilidade.

O G20 tem 11 grupos de engajamento, com destaque para o T20, dos *think tanks*, que organiza três grandes conferências ao ano. Que eles apresentem papeis com propostas, documentos que podem chegar aos governos. Paridade de gênero nos documentos. Um lado dos governos e também dos *think tanks* para participarem dos debates.

“É difícil formular prioridades, nos dias atuais, por conta dos temas que estão absolutamente interligados. O Brasil deveria explorar os temas os

quais ele tem reais credenciais para se habilitar a interferir, como por exemplo, na agricultura. As soluções são difíceis porque as prioridades dos países são diferentes. As discussões da política internacional, atualmente, estão muito bloqueadas, mas os *think tanks* podem fazer essas conversas e até influenciar os mercados. O Brasil tem poupança baixa e precisa de capital externo para crescer. //

// **Hussein Kalout:** O Brasil no G20 vai precisar de foco, disciplina, pragmatismo e realismo. É o retorno do Brasil ao cenário internacional, buscando prioridades. O Brasil não é ‘amigo de todo mundo’, essa ideia acabou, e pode ser uma ameaça para julgadores internacionais, então, se vai ser ouvido, é outra realidade. Vivemos um momento geopolítico muito distinto e muito mais competitivo. A Cúpula do G20 é um grande desafio para o Brasil, de como vai propor a agenda, nosso papel é vital para a ordem internacional. Política externa não dá para fazer com voluntarismo, é preciso criar consensos. Três vetores com componentes importantes para

muito países: combate da desigualdade sociais; ambiental, sustentabilidade e clima; e reformas multilaterais, mas há que ter concretude, financiamento, realismo, definir critérios. Ativismo diplomático não é política externa. O Brasil ainda está aquém de construir uma política externa coesa, integrada e objetiva.

É possível estratificar e ranquear prioridades, de outra forma, com os vetores-força, e sob isso começar a desenhar planejamento estratégico. A academia é muito heterogênea e no Brasil ela ainda é pouco ouvida pelo governo. Os *think tanks* podem facilitar essa caminhada. //

// **Sergio Gusmão Suchodolski:** O Brasil, no G20, serão 20 reuniões ministeriais, 50 de altos funcionários, 21 setores de discussões, sendo oito liderados pelo Ministério da Fazenda e 13 pelo Ministério da Relações Exteriores. Vai se receber no Brasil 20 países que representam cerca de 80% da economia do mundo, 60% da população mundial, 75% do comércio internacional, em várias cidades brasileiras, em uma jornada de ano inteiro em 2024. Banco da Amazônia administra o Fundo do Norte (FNO) e o Brasil tem 34 bancos de desenvolvimento, sendo 10 atuando na Amazônia, que mobilizam recursos nos mais diferentes níveis. Ordem mundial política e segurança reflete nas instituições. São dez instituições

financeiras multilaterais de desenvolvimento, em primeiro nível, no mundo, sendo a mais importante o Banco Mundial, e tem brasileiros presidindo duas dessas instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco dos BRICS (com Dilma). Criar ambientes que sejam favoráveis ao Brasil, importante ter estratégias e, para isso, é preciso fazer escolhas dentro da nossa realidade.

As democracias estão em crise. Há 20 anos, 51% dos países no mundo tinham regimes democráticos e hoje, são apenas 27%, uma minoria. Que o Brasil possa concretizar as suas potencialidades dentro de seus desafios de país emergente. //

“ **Ana Yang:** A Europa não olha para o Brasil e fica de costas para a América Latina, com nível de conhecimento muito limitado, focando em corrupção, desmatamento e povos originários, enfatizando que o Brasil é muito mais que isso. A Chatham House tem mais de 102 anos e muitos chefes de estados passam por lá para discutir problemas mundiais. Nós estamos vivendo uma ‘guerra fria comercial’ entre EUA e China, guerra de competição por inovação e tecnologia.

Na discussão de transição energética, o mundo olha com perplexidade para a América Latina, deixa acoplamentos das questões climáticas com a geopolítica. Necessidade de foco e prioridades é importante, mas ancorada em instituições de pesquisa e de *think tanks* no Brasil, construir alguns caminhos. O desafio é muito grande e não há uma narrativa única.

O espaço seguro de construção, de negociação, de proteger a informação talvez não exista no Brasil. ”



A photograph showing four hands of different skin tones, arranged in a circle, each holding a mound of dark brown soil with a small green manioc plant growing from it. The background is a blurred field of manioc plants. The text is overlaid on the top left of the image.

**“ Olhar a
Amazônia do
ponto de vista
urbano, precisamos
de cidades que
sejam mais
conectadas com a
floresta do que com
o Sul do Brasil e olhar
essas cidades. ”**

Joanna Martins
*CEO e Diretora de
Operações da Manioca*

INVESTIMENTO E MERCADOS DA NATUREZA PARA AS NOVAS ECONOMIAS

PALCO 4 - CLIMA

31 DE AGOSTO

18h às 19h30



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Gustavo Luz - Diretor-Executivo do Fundo Vale.

Joanna Martins - CEO e Diretora de Operações da Manioca.

Leonardo Fleck - Head de Inovação Sustentável do bando Santander.

Neidinha Suruí - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Rondônia).

Taciano Custódio - Rabobank.

Moderador:

Marcelo Furtado - Nature Finance e Itausa.

Resumo do painel:

Da mobilização de recursos bilionários aos instrumentos financeiros adequados aos mercados da natureza, passando por casos de *blended finance* e o papel do capital filantrópico, o painel debateu as rotas e agendas de investimento para as novas economias na Amazônia

Principais pontos discutidos:

- A economia é 100% dependente da natureza. O que valorizamos em relação à natureza?
- Créditos de biodiversidade, mercado de *commodities* agrícolas que nem sempre está alinhados com soluções climáticas.
- O que significa esse mundo da bioeconomia e dos mercados de natureza?
- Plano Amazônia do banco Santander.
- Pagamento de serviços ambientais.
- Acesso a mercados e a investimentos.
- Mineração como o maior ator econômico na Amazônia e a bioeconomia.

- Financiamento da produção de alimentos pelo agronegócio: a experiência do Rabobank.
- Eventos climáticos e quais ações que estão sendo feitas para que eles tenham menos impacto ou deixem de acontecer. Ações viabilizadoras e empoderadoras.
- Povos da floresta e indígenas estarem inseridos na governança.
- O envolvimento dos jovens na Amazônia.
- O custo alto para gerar descarbonização e adaptação, renda e capital ajudam nisso ou é um investimento adicional?
- Em uma idealização de poder, quais seriam as ações para mudar a economia do Brasil, no estágio atual, para uma sociobioeconomia? Cite dois comandos importantes.
- Fala-se pouco sobre cultura, quando o tema é sociobioeconomia.
- O poder transformador da gastronomia e o papel da indústria de alimentos, saindo do *commodity* e indo para o produto final.

Falas de destaque dos participantes:

Neidinha Suruí: Sem terras e território demarcados não há sociobioeconomia. Defendo que haja diálogo, que se converse com o setor privado, com os bancos, que são os principais financiadores do que acontece em nossas áreas, mas se os bancos, mesmo com tudo legalizado, não olham a quem está nesse território, eles podem estar financiando

mortes de indígenas, de quilombolas. Achamos que dá para mudar isso e estamos dispostos a auxiliar. Temos plantação de café em nossas terras e temos parceria com a torrefação Três Corações, uma experiência com o setor privado e que está dando certo, beneficiando a comunidade e o meio ambiente também.

Temos um empreendimento de turismo, agora, que fortalece a cultura e o território. A gente quer conversar com os bancos em busca de apoio a projetos sociais.

As empresas financeiras têm que trazer as pessoas que sofrem influência do agronegócio, para o bem ou o mal, para conversar, trazer a sociedade para perto dos bancos. O financiamento e o apoio ao agronegócio estão matando os povos originários, envenenando a população que come alimentos cheio de agrotóxicos. É preciso se abrir e conversar, o discurso não é praticado, ouvir, escutar, juntos pensar o nosso país. Trazer a sociedade para pensar os PPAs, com pessoas diferentes na conversa. Planejar e fazer juntos.

Leonardo Fleck: O Plano Amazônia do banco Santander ampliou o escopo, desde o início de 2023, e foca também em transporte sustentável, energia renovável e agricultura regenerativa. O ESG ajudou a mudar a forma de pensar dos bancos, mas se o setor financeiro não estiver atento aos grandes desafios globais, às crises que a sustentabilidade cobre, é muito difícil que os objetivos sejam alcançados. A filantropia tem um papel essencial, mas não dará conta, tem que juntar esforços. O Santander checa se há qualquer desmatamento, antes de conceder crédito de financiamento e usa os dados do MapBiomas Brasil.

Os desafios estão vinculados ao que chamamos de bens públicos, é preciso haver uma regulamentação governamental. Políticas de incentivos de transição ecológica nos EUA e Europa que

Joanna Martins: A Manioca é um negócio de impacto socioambiental, uma indústria de alimentos que produz a partir da biodiversidade e da cultura amazônica. O Brasil é distante da Amazônia física e culturalmente, eu quis empreender para reduzir essa distância, com produtos que vêm da floresta amazônica. Há 9 anos, empreender

Lutamos para nos manter vivos, é difícil negociar com quem está financiando a nossa morte.

É preciso investir em educação e incluir a Amazônia nessa grade curricular. O Brasil precisa investir em estudo e pesquisa.

Demarcação de todas as terras indígenas, quilombos, reservas extrativistas. Chamar o empresariado para conversar com os povos originários e estabelecer que a forma de desenvolver este país é o respeito às comunidades e à população.

Povos indígenas e quilombolas estão dando exemplo ao Brasil. Somos várias Amazônias, temos as nossas formas de fazer e estamos falando de nossa identidade. //

regulam o funcionamento de mercados, a relatoria as emissões de carbono, etc.; no Brasil, esperamos que o Plano de Transição Ecológica faça também esse papel, porque o momento se apresenta propício no salto de patamar das agendas.

Precisa ter a regulamentação do mercado de carbono, regulamentação dos ativos ambientais. Como garantir que os guardiões da Amazônia consigam se beneficiar do que eles produzem? A remuneração dos serviços ambientais que eles estão prestando. Ajudar a descarbonizar o Brasil e garantir a preservação da biodiversidade, reconhecer essas populações.

Estamos em momento incrível da história do Brasil, daqui a 20 anos, espero saber que a sociedade conseguiu fazer a transição e focou 100% em execução. //

com ativos amazônicos era algo que não se falava. Percebemos que era necessário aliar a ciência do alimento para que o produto durasse mais, sem precisar aditivá-lo com produtos artificiais. Profissionalizar pequenas cadeias produtivas, apoio aos fornecedores, aliando o conhecimento tradicional à tecnologia e ciência, sendo adaptados aos mercados.

O interesse no Brasil pela boa gastronomia está crescendo, olhar para os alimentos brasileiros, mas há produtos desconhecidos pelos brasileiros. A Manioca já passou por quatro rodadas de investimento, a primeira foi familiar, para focar na apresentação dos produtos e incentivar as cadeias produtivas.

Da cadeia do alimento e do pequeno industrial, na Amazônia, tem que haver a questão do regulatório, a legislação sobre alimento não foi feita para o pequeno, foi pensada em 1950 para grandes negócios. A gente faz investimento em estrutura, quer crescer e o Pará tem uma legislação mais adequada, mas que não é para todas as cadeias produtivas. Ter tradição, gerar inovação e o jovem precisa entender que isso é possível, ser diferente, sem ser necessariamente grande, gerar inovação a partir do que temos aqui, ter

oportunidades de negócios aqui. O jovem precisa ver que o conhecimento ancestral tem o seu valor, basta se interessar. A conexão das comunidades é fundamental.

Reformar a educação, dialogar com o mundo. Reforma de conceitos que não seja pautados em cases internacionais. Ação de promoção da cultura amazônica para o Brasil e o mundo. O mundo quer realmente que a Amazônia se mantenha em pé, viva? Há que rever seus próprios conceitos. Por que o mundo não pode saber o que é tucupí?.

Olhar a Amazônia do ponto de vista urbano, precisamos de cidades que sejam mais conectadas com a floresta do que com o Sul do Brasil e olhar essas cidades. Ouvir de fato os amazônidas. //

// **Gustavo Luz:** O Fundo Vale, apesar de estar na Vale, é uma associação sem fins lucrativos, uma OCIP dentro da mineradora, há 10 anos, quando foi lançado, foi algo muito inovador, e de muita escuta com o que é da Amazônia. O Fundo existe para impulsionar uma economia mais justa, sustentável e inclusiva, a partir do socioambiental. São três blocos: recurso filantrópico para parcerias estruturantes, com olhar de cadeia (ICMBio com 13 UCs; apoio à Jornada Amazônia, startups com 3 mil talentos); proteção de mais de 500 mil hectares de florestas, negócios de impacto, novos negócios que recuperem áreas, discussão sobre créditos de carbono, como ele volta para a proteção florestal; capital alavancador que possa destravar valor (destravar capital para pequeno produtor).

“É preciso comprar riscos. Os Sistemas Agroflorestais (SAF) são mais produtivos e geram melhor renda, mas ainda não se mudou totalmente para

eles, como acelerar o processo, como replicar modelos mais sustentáveis e de forma rápida? A perspectiva de *blended finance* gera governança, no tripé risco, retorno e liquidez. Na nossa visão, o capital é paciente pelo impacto, um vetor que faz a diferença.

Respeitar o mercado justo, verde e inclusivo. Olhar para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que tem recursos subsidiados, mas destina menos de 1% para cadeias sustentáveis na Amazônia, se ampliasse para 10%, estaríamos falando de R\$ 3 bilhões/ano e ser conseguiria destravar valor em ação coordenada.

A filantropia pode acelerar o processo, transformar uma política pública ou iniciativa privada gerando benefícios às cooperativas que protegem a floresta. //

// **Taciano Custódio:** O Rabobank é um banco holandês formado por cooperativas, com mais de 130 anos no mercado, que traz aprendizados do povo holandês sobre ocupação de território e

é muito eficiente na produção de alimentos. Está no Brasil há mais de 30 anos, com foco em agro-negócio e um olhar de longo prazo para as cadeias de produção, para que o produtor seja

capaz de investir no impacto territorial e outros. É um banco pequeno, no Brasil, mas com um impacto de território muito grande. A cadeia do agronegócio é muito concentrada (terra e renda). O nicho de produção de alimentos ensina também sobre uma ocupação de território mais eficiente que permita retirar alimentos da terra com mais eficiência. O Rabobank trabalha com capilaridade para trazer o investidor externo ao agronegócio de impacto no Brasil. Há o desafio de criar uma taxinomia, com reflexos na realidade brasileira que é complexa.

Há muita tecnologia a ser desenvolvida ainda, é uma questão de métrica adequada dos serviços de meio ambiente, o desafio é o sistema de financiamento global que ainda não está preparado. Mas temos oportunidades no Brasil, com a

reunião do G20 em 2024, e COP 30 em Belém, colocar o Brasil na mesa de negociação. Tecnologia e regulamentação são fundamentais; trazer mais fundos para colocar um capital de investimento de maior risco, aumentando prazos; e prosperar por meio do cooperativismo.

Acabar com o esquema de desmatamento ilegal (a maior parte do desmatamento ocorre em terras públicas não destinadas), modelo de ocupação de território que seja eficiente para cada região. A ideia de representação internacional é fundamental, o Brasil é muito mal representado e isso é responsabilidade nossa.

Restauração e reflorestamento. O MapBiomas estima mais de 90 milhões de hectares no Brasil tenha alguma degradação, que se fossem usados, se poderia produzir mais alimentos de qualidade. //





“A região amazônica abriga 1/3 das florestas tropicais do mundo e uma significativa parcela da biodiversidade conhecida, além disso, faz regulação do clima global, entre outros. Mudanças climáticas e o desmatamento podem aniquilar grandes extensões florestas tropicais no mundo.”

Bruno Dantas *(por meio de vídeo)*
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: VISÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA GOVERNANÇA AMBIENTAL

PALCO 1
1º DE SETEMBRO
9h às 11h



Participantes:

KEYNOTE SPEAKER – Bruno Dantas – Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).
Anete Ferreira – Coordenadora do Comitê de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Tribunal de Contas do Amazonas (TCEAM) em substituição a Júlio Assis Corrêa Pinheiro, do TCEAM e presidente do Comitê Técnico de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa
Francisco Júnior Ferreira da Silva – Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
Paulo Roberto Martins – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amapá.
Fernando Ribeiro – Vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
Sérgio Leão – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM).
Edilberto Pontes – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e presidente Instituto Rui Barbosa.
Antônio Malheiro – Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre.
Célio Wanderley – Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima.

Moderadora:

Rosa Egídio Crispino – presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

Resumo do painel:

O painel debateu o papel dos tribunais de contas na governança ambiental, no contexto da utilização eficiente e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Como os tribunais de contas podem atuar no combate à ocupação territorial desordenada e no controle ambiental preventivo? Como os tribunais de contas podem contribuir na formulação e estruturação de um novo modelo produtivo na Amazônia, que privilegia a tecnologia e a inovação, a circularidade e a descarbonização das cadeias produtivas? Como os tribunais de contas podem colaborar na agenda de mudança do clima, em relação ao controle do desmatamento e de outras atividades degradadoras do meio ambiente na Amazônia?

Principais pontos discutidos:

- Auditorias ambientais e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- Onde se posiciona a sustentabilidade ambiental?

- O papel dos Tribunais de Contas e o controle externo.
- Apoio à governança no desenvolvimento sustentável.
- Novo Marco do Saneamento como um caminho para o Brasil.
- Como os Tribunais de Contas da região poderão contribuir para a governança ambiental.
- Política de combate ao desmatamento na Amazônia.
- Redução da capacidade de fiscalização do Ibama ao longo dos anos.
- Mudanças climáticas e a união dos entes federados.
- Os Tribunais de Contas são incentivadores das políticas que surgem.
- Buscar o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.
- Formação dos técnicos em direção à área ambiental.
- Atricon – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil.

Falas de destaque dos participantes:

Paulo Roberto Martins: As contribuições dos Tribunais de Contas (TCs) vêm crescendo de um modo geral. O artigo 225 da Constituição Federal diz que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, impondo-se ao poder o dever de defendê-lo. Os TCs passaram a desenvolver auditorias ambientais, seja em recursos hídricos, sustentabilidades e a Nova Lei de Licitações,

desde 2021, passou a elencar que as compras públicas devem privilegiar a sustentabilidade. As Resoluções 06, recursos hídricos, e a 07, de resíduos sólidos, ambas de 2018, fizeram com que os 27 TCs passassem a adotar critérios de sustentabilidade. Estagnação no crescimento leva ao isolamento. Além do papel fiscalizador dos TCs, há também a preocupação com o meio ambiente. //

Edilberto Pontes: O Instituto Rui Barbosa é a casa do conhecimento dos tribunais de contas brasileiros e tem objetivo de acompanhar os debates nacionais e internacionais sobre temas que estão acontecendo. Foi criado o Comitê de Meio Ambiente e Sustentabilidade, cujo presidente é o conselheiro Júlio Assis Pinheiro, que foi o precursor e sempre atuou nesse tema nos TCs. Desenvolvimento sustentável pelas pessoas, de hoje,

para o futuro, com serviços de qualidade, saúde, educação, diminuir as desigualdades. Novo Plano Saneamento, aprovado em 2020, é muito relevante, e mostrou 100 milhões de brasileiros sem acesso a esgoto. Em 2033, a meta é ter 100% de cobertura, com a universalização dos serviços de saneamento, e é necessário muito investimento, da ordem de R\$ 700 bilhões. Os TCs têm papel decisivo para cumprir as metas Marco do Saneamento e o Instituto Rui Barbosa tem enorme interesse na agenda ambiental. //

Sérgio Leão: O Brasil só tem três Tribunais de Contas dos Municípios: Pará, Bahia e Goiás. A ação é diferente e o Pará tem 90 Unidades de Conservação (UCs) que cobrem 400 mil quilômetros quadrados da área do estado, maioria federais, mas a maior área é estadual, sendo 1% de responsabilidade dos municípios. Existem no estado 10 UCs municipais. Existe uma limitação grande de controle externo mais efetivo, quando não se tem uma política pública bem definida, falta governança na questão ambiental e há uma ausência de parâmetros, indicadores e metas que não são explicitados, enfim, uma política ambiental que possa ser discutida por

todos. Outra limitação é a fragilidade das estruturas técnicas dos municípios. O ponto positivo é a grande capacidade de mobilização dos TCMs, sempre juntos, próximos dos gestores, com atendimento rápido. O Pará, desde 2012, tem o chamado ICMS verde, com indicadores da área ambiental para definir a parcela do ICMS verde, que chega a 8%. São mais de 30 municípios que têm Secretarias Municipais de Meio Ambiente e mais de 100 municípios que têm Fundo Municipal de Meio Ambiente. Experiência com o Termo de Ajuste de Gestão (TAG) que impõe aos gestores políticas públicas e metas a serem atendidas e o não atendimento, com repercussão na prestação de contas dos municípios. //

Célio Wanderley: O TC de Roraima busca não ter só o enfoque fiscalizador, como também busca a questão pedagógica, na questão ambiental, assim como os outros TCs, com ação integrada, para auxiliar estados e municípios da região Norte e estabelecer metas. Treinar e capacitar nos municípios, auxiliar prefeitos. Podemos ser indutores de políticas públicas, mostrar o caminho e cobrar resultados. O TC do estado do Amazonas é pioneiro na questão ambiental. O TC de Roraima começou uma ação ambiental em 2013,

Bruno Dantas (por meio de vídeo): A região amazônica abriga 1/3 das florestas tropicais do mundo e uma significativa parcela da biodiversidade conhecida, além disso, faz regulação do clima global, entre outros. Mudanças climáticas e o desmatamento podem aniquilar grandes extensões florestas tropicais no mundo. Entre 2004 e 2012, houve redução do desmatamento na Amazônia, mas o problema teve um aumento, entre 2019 e 2021. Os dados de 2023 nos deixam mais otimistas, porque manter a floresta em pé representa ganhos estimados em US\$ 317 bilhões/ ano, o que ultrapassa em até sete vezes o valor estimado de setores privados do agronegócio, exploração madeireira e mineração, no chamado custo da inação, que provoca aumento da pobreza. É urgente que a legislação de proteção de florestas naturais seja aplicada. Combater o desmatamento ilegal faz parte dos compromissos assumidos pelo Brasil no cenário internacional no âmbito da Agenda 2030 e no Acordo Climático de Paris. Proteger Amazônia e garantir que o modelo de desenvolvimento não seja apenas a expansão da fronteira agrícola e na extração de recursos naturais. Os TCs representam um papel basilar no processo, na função de fiscalizar e avaliar as políticas públicas. Temos competência para atuar no controle ambiental preventivo e no combate à ocupação

mas em seis anos, nada mudou, porque faltam recursos e pessoal e não há uma unidade de fiscalização. Não basta só criar uma UC, ela precisa trazer um resultado positivo. Povos originários e o problema do garimpo ilegal, que são dominadas pelas facções criminosas, que saqueiam e roubam ouro e a outra parte que faz o transporte de drogas na fronteira. Cuidados do Governo Federal (Funai) que faz a fiscalização na terra indígena, onde a força policial do estado não pode entrar por ser área federal. //

territorial desordenada, examinando os mecanismos de regularização fundiária e os ordenamentos resultantes. Exemplo como o programa Terra Legal sem a devida contrapartida, o TCU expediu determinações para a correção das irregularidades. Documento elaborado pelo TCU, para identificar problemas críticos e urgentes, colocou o desmatamento na Amazônia na lista de altos riscos da administração federal. Os órgãos de controle, como os TCs, podem ajudar na formulação de um novo modelo produtivo na Amazônia que privilegie a tecnologia e inovação, a circularidade e descarbonização das cadeias produtivas. Iniciativas governamentais já existem como o Plano de Transformação Ecológica, que prevê a criação do mercado regulado de carbono, emissão de títulos soberanos sustentáveis, criação de uma taxonomia sustentável, e reformulação do Fundo do Clima. Destaque para a iniciativa global ClimateScanner, que é liderada pelo TCU na Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (*Intosai*, em inglês), objetiva avaliar as ações governamentais no financiamento e a governança climáticas, com participação de 18 países, que pretendem levar os primeiros resultados para a COP 28, em Dubai. Buscar um modelo de desenvolvimento que coloca a transformação no centro. //

Antônio Malheiro: Há uma ausência de um planejamento global para a Amazônia, precisamos mudar e evoluir como a tratamos. Ter um tratamento que mostre a realidade do crescimento dentro da Amazônia. Há 40 anos, o Acre tinha 300 mil habitantes e, hoje, tem perto de 1 milhão; era 7% de desmatamento nesse estado, 15% de crescimento de ocupação do Estado e 85% de área preservada. Os tribunais têm muitas informações, podem ajudar, mas não cabe a eles a definição de projetos. Auditorias operacio-

nais, como na resex Chico Mendes. O ‘estado paralelo’ está entrando no Acre por ser uma região de fronteira, em face da ausência de um planejamento global. Nesse período de 40 anos, era o gado, entraram soja, banana e café, produção agrícola. Planejamento de ocupação com limite do desmatamento em um plano global. Será que houve ocupação correta? Planejamento integral da nova era para a Amazônia, em longo prazo, que concilie todos os interesses e os TCs participam com as suas informações, aplicação de regras e fiscalização. //

Anete Ferreira: O TCEAM no controle indutivo, há 13 anos foi criado o Departamento de Controle Ambiental, na gestão do conselheiro Júlio Pinheiro, no qual a capacitação dos técnicos foi feita em parceria com o TCU. O controle externo trabalha na agenda ambiental do estado do Amazonas, em florestas e gestão dos resíduos sólidos. Em 13 anos, tem o apoio integral do Ministério Público de Contas, e procura trabalhar em conjunto. Nesse tempo, foram instaurados mais de 200 processos nas áreas de governança dos órgãos de gestão e controle ambiental, áreas protegidas e UCs. Amazonas tem 42 UCs estaduais. Em 2013, na primeira auditoria, essas UCs dependiam 83% de recursos de cooperação internacional, os recursos do Tesouro eram bem poucos. Quando acabava o recurso, acabava a ação. Na auditoria de 2019, essa cooperação já estava em 50% e 50% (Tesouro e cooperação internacional e também recursos de compensação ambiental). Na área de saneamento ambiental

foram feitas auditorias em todos os municípios do Amazonas. Apoio à regulamentação de algumas pautas, como compensação ambiental. Tem parcerias com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas e Instituto de Proteção Ambiental, que tem um Centro de Monitoramento de Áreas Protegidas, e pode fazer autuação remota. As fronteiras com Mato Grosso e com Rondônia são um risco, que é onde fica o arco do desflorestamento. Em 2011, não havia presença de controle ambiental do estado, hoje, são cinco centros multifuncionais: um no baixo Amazonas e quatro em Apuí, Lábrea, Boca do Acre e Humaitá, onde estão os maiores índices de desmatamento e avança a fronteira agrícola. Está trabalhando temas como compensação ambiental, mercado de carbono e governança dos municípios quanto à estruturação da defesa civil, plano de contingência. Tem inserções nos comitês e fóruns do Amazonas. //

Francisco Júnior Ferreira da Silva: Em qualquer política pública, os tribunais estarão presentes, porque têm a missão de aperfeiçoá-las. Os tribunais têm muito mais competências, por meio de auditorias. Quando as auditorias e os TAG são concluídos, os outros órgãos de controle são chamados a participar das assinaturas e tomarem conhecimento, em uma ação integra-

da, para segurança aos gestores e sociedade civil organizada. Relatório do Banco Mundial (“O Equilíbrio Delicado da Amazônia Legal Brasileira: Um Memorando Econômico”, elaborado pelo economista Marek Hanusch e finalizado em 2022, com revisões pontuais), que parte da premissa que o desenvolvimento e preservação andam juntos, e cita quatro ações estratégicas: proteger

a floresta, melhorar o bem-estar da população, fomentar subsistência rural-sustentável e estru-

turar o financiamento para conservação (principal). Há recursos que estão sendo deixados de lado por falta de ação e de dar aplicação. //

// **Fernando Ribeiro:** O médico e ambientalista paraense Camilo Vianna trouxe o pioneirismo das questões ambientais em toda a Amazônia. Era uma história de 'homens que não têm terras para terras que não têm homens', em um mar de florestas, terra para produzir, atividade econômica, mas não tiveram um planejamento e assistências, e trouxeram um crescimento acima das médias nacionais. Áreas urbanas com os piores indicadores. Os tribunais traba-

lham na indução de políticas públicas. A área do Marajó tem os piores IDH, mas, paradoxalmente, a expectativa de vida é maior, no Brasil, porque as pessoas precisam caminhar muito, onde não tem transporte coletivo, o que fortalece a saúde. Alternativas de desenvolvimento e educação. Educação ambiental é disciplina obrigatória nas escolas do Pará. Colaborar com o setor público no segmento da preservação. TCs são propositores de políticas públicas e não estão distanciados das ações. //



Viveiro de mudas da Potássio do Brasil em Autazes, Amazonas



Cidade de Autazes, Amazonas



Layout 3D - Planta de beneficiamento

A **Potássio do Brasil**, subsidiária da **Brazil Potash**, apresenta com orgulho sua **contribuição eficiente e sustentável para a segurança alimentar no Brasil e no restante do mundo**, chamada **Projeto Potássio Autazes**, no estado do Amazonas. Totalmente **comprometida com o desenvolvimento sustentável**, as ações da empresa foram norteadas pela **estratégia ESG (Meio Ambiente, Social e Governança)**, principalmente em seus projetos **socioeconômicos e ambientais**.

Por meio da **produção do fertilizante potássico**, a Potássio do Brasil pode **contribuir com o agronegócio brasileiro**, o que ajuda a alimentar o país e o mundo, cumprindo assim o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 2 das Nações Unidas - erradicar a fome no planeta**. Além de tudo isso, a produção total responderá por **20% da oferta de fertilizantes potássicos do Brasil**, um **"potássio verde"**, produzido no coração da Amazônia e **respeitando o meio ambiente e as populações existentes na região**.

Acesse nosso **site e redes sociais e saiba mais sobre o Projeto Potássio Autazes:**

potassiodobrasil.com.br | brazilpotash.com

[@potassiodobrasil](#) [#potassioautazes](#) [#potassioautazes](#) [Potássio do Brasil](#)


POTÁSSIO DO BRASIL


BRAZIL POTASH

Potássio do Brasil é
ESG



“ O futuro é outro mundo e ele vai acontecer muito rápido. A Amazônia está com índices muito ruins e precisamos sair deles, o salto vai ser no campo da integração e infraestrutura. ”

Beto Veríssimo
Cofundador do Imazon,
Centro de Empreendedorismo
da Amazônia e Amazônia 2030

DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: A DEMANDA POR INFRAESTRUTURA DIGITAL E FÍSICA

PALCO 2

1º DE SETEMBRO

9h às 11h



Participantes:

Ana Cristina Barros – Consultora.

Beto Veríssimo – Cofundador do Imazon, Centro de Empreendedorismo da Amazônia e Amazonia 2030.

Francisco Gaetani – Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Lívia Menezes Pagotto – Uma Concertação para Amazônia.

Luís Alberto Andrés – Sector Leader and Lead Economist at Banco Mundial.

Ricardo Augusto Costa Neves – Comandante Militar da Amazônia, General de Exército.

Moderador:

Marcello Brito – Secretário executivo do Consórcio Amazônia Legal.

Resumo do painel:

Especialistas de diversas áreas debateram sobre os enormes desafios de infraestrutura que existem no caminho para o desenvolvimento da região amazônica, considerando a falta de estruturas físicas e digitais que impactam a economia local.

Principais pontos discutidos:

- Qual a agenda de colaboração pré-competitiva que organize a infraestrutura na Amazônia para o futuro?
- As diferenças que existem entre as diversas Amazônias.
- Segurança na Amazônia.
- Não há como falar da Amazônia sem a presença e organização militares, no passado, presente e futuro.
- Depois dos militares, não houve um plano de desenvolvimento para a Amazônia.
- Importância e contribuição das Forças Armadas Brasileiras nas grandes obras de infraestrutura na nova visão de Amazônia para o século seguinte.
- A pesquisa das várias Amazônias, qual o estudo de infraestruturas para cada uma delas e qual o salto para chegar a uma realidade de desenvolvimento real da região?
- Como evoluir na Amazônia sem incluir os municípios, qual é esse caminho?

- O que é infraestrutura sócio territorial e como é trabalhada?
- Conectividade na Amazônia.
- Grandes obras de infraestrutura na Amazônia com financiamento do Banco Mundial.
- Modelo de análise de financiamento para uma economia verde exige uma transição que seja diferente.
- Como o Banco Mundial se insere nessa nova realidade de apoio aos grandes financiamentos que transformam a relação da sociedade na Amazônia.
- Projeto Amazônia Conectada tem grande contribuição das Forças Armadas.
- O crime organizado está conectado e precisamos conectar o Brasil real e honesto.
- Projeto Conexões Povos da Floresta que pode conectar o Brasil real à Amazônia profunda. A conexão como um bem comum para a Amazônia.
- Revolução evolutiva do setor público de gestão e inovação.
- Pobreza e miséria são um projeto de séculos.
- Índice de Progresso Social (IPS) o que é?
- Cultura e educação como eixo de união.
- Como se une os estados amazônicos, existe um elo que os ligue, qual seria esse elo?
- O que conectaria a Amazônia ao Brasil e vice-versa?

Falas de destaque dos participantes:

Ana Cristina Barros: A agenda pré-competitiva para a infraestrutura dos estados da Amazônia passa por políticas públicas, fazer a interlocução técnica federativa, buscar espaços de participação técnica no processo de tomada de decisão. Temos a possibilidade, no Brasil, de começar um processo de infraestrutura com estudo de viabilidade técnica, ambiental e econômica, mas isso não tem sido feito, e a discussão é feita no licenciamento, quando já é tarde demais. Esse estudo inicial deveria ter sido feito no Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), mas tudo é feito ao mesmo tempo, com decisões políticas arbitrárias, e então, se evitaria conflitos e impacto desnecessários. Os governos estaduais têm essa importância, porque pagam a conta desses projetos. Há mais de 90% de desmatamento ao longo de estradas na Amazônia, não há governança territorial posta, e, se leva ao desmatamento, o projeto de asfalto pode arruinar as metas de emissão, e isso, porque não foi bem planejado, organizado. Sair da disputa “projeto é projeto” e ir para o “como”, se for dado esse passo, colocaremos a Amazônia, sim, no novo século.

O projeto Conexões Povos da Floresta é uma forma diferente de financiar a conexão das mais de 4.500 comunidades da Amazônia, aliado às várias entidades da sociedade civil representativas da região, um capital social viabilizador de uma conectividade via satélite. Na parte piloto, foi implementado em mais de 300 municípios; a meta é chegar a todas as comunidades em três anos. Tem que ser coerentes na Área de Influência Indireta, não se consegue delimitar área de influência, não olha para o todo, não delimita o território. Nós materializamos no território o bem que a gente espera que a infraestrutura promova.

A infraestrutura deveria ser o elo entre os estados amazônicos na qualificação do processo decisório e o G20 tem um ótimo documento sobre esse tema, o imperativo da infraestrutura sustentável. O setor de infraestrutura é o que tem mais dinheiro no mundo e ele tem muito impacto. Olhando a infraestrutura na Amazônia, ela responde por até 90% do impacto do desmatamento, e tem duração muito grande. A gente quer ignorar a realidade amazônica. Discutir a transparência no processo, não existe um rito decisório, que avalie um estudo de viabilidade técnica. //

Ricardo Augusto Costa Neves: As Forças Armadas são ferramentas do Estado brasileiro para a defesa da Amazônia, mas não é único instrumento, precisamos estar próximos dos centros de produção de conhecimento, centros de pesquisas, em uma integração de esforços de todos, porque a defesa desta região é muito complexa, as ameaças são mais complexas e não são apenas ao território. A Amazônia é área prioritária do Exército Brasileiro, passamos de pouco mais de 5 mil para mais de 30 mil homens e mulheres na região. No Comando Militar da Amazônia são cerca de 9 mil na patrulha das fronteiras, isso redundando em capilaridade e

presença em todos os pontos da Amazônia, além disso, há uma logística muito forte, mesmo com todos os desafios. Atuar junto a todos os órgãos em prol da defesa da Amazônia é fundamental, com o trabalho da engenharia militar ajudando o desenvolvimento regional, bem como a conectividade digital, com a criação do Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), alavancando a qualidade de vida dos moradores, militares e povos originários, com telemedicina e ensino à distância.

Os crimes ambientais e outros ilícitos são termos de fratura do Estado brasileiro, geram até um déficit de soberania e, para isso, a infraestrutura, quer física ou digital, é muito importante. Em

operação recente e integrada, foram encontradas mais de 100 dragas de garimpo ilegal, com ligações com o outro lado da fronteira. O Exército trabalha com o conceito de economia verde. O programa Amazônia Conectada é uma iniciativa do Exército e tem impacto para as Forças Armadas e para a população, os povos originários. Duas infovias: começou de Manaus para São Gabriel, no estado do Amazonas, com cabo submerso pelo rio Negro, depois, Manaus-Tefé, pelo Solimões; foram atingidos mais de 100 pontos de acesso que servem também para outros órgãos. Naquela época, foram mais 2 mil km de cabos submersos. Operação de comando e controle, aspecto social, educação a distância. Atualmente, o Amazônia Conectada é um

Beto Veríssimo: A Amazônia é complexa e qualquer formulação pode chegar em resultados imprecisos e desastrosos. A infraestrutura é **PARA** a Amazônia ou **NA** Amazônia? Há pouca infraestrutura para servir a proposta de desenvolvimento da Amazônia, como as linhas de transmissão de energia, servindo mais ao resto do Brasil do que à região, um exemplo é que, em 1950, o Pará era o 7º PIB *per capita* do Brasil, hoje é o 21º. Por falta de planejamento, as obras de infraestrutura terrestres são demoradas, são caras para o Tesouro Nacional, geram muitos impactos, em especial, ambientais, que agora são muito importantes, e geram passivos. É preciso mudar a forma de fazer infraestrutura na Amazônia. O Imazon dividiu a Amazônia em cinco zonas, a desmatada, no leste do Pará, Maranhão, corta o arco do desmatamento, Mato Grosso e chega no Acre precisa de infraestrutura, é uma fronteira aberta, mal-usada, precisa de recursos estratégicos e de ordem territorial. O Brasil cresce pouco e Amazônia cresce menos, mas o debate aparece de forma simplificada, como se fosse sobre ter ou não infraestrutura. Na região, mesmo gerando energia para o Brasil, tem 1 milhão de amazônidas fora do sistema elétrico e 3 milhões ainda usando óleo diesel e o mesmo é equivalente para a internet, são agen-

programa de governo - o Amazônia Integrada e Sustentável -, tem um trecho Macapá-Belém e Belém-Santarém e também com o 5G no estado do Amazonas, na faixa de fronteira.

Estamos à beira de romper uma barreira digital e qual seria o impacto da desinformação nos povos originários, na cultura deles? Temos que aproveitar o momento para colocar o Brasil no centro das discussões, mas a nossa integração é complexa. Plataforma de integração regional, papel catalizador, a alavancaria para outros patamares, temos que ter integração regional. As Forças Armadas consideram as fronteiras como locais de cooperação e convergência e não como uma linha que separa. //

das fundamentais, novas fontes de energia. Precisamos nos espelhar na África que, mesmo com um PIB menor que o do Brasil, conseguiu levar internet aos locais mais distantes, conseguindo, assim, um grande salto de produtividade. Estamos no século 21, mas ainda não resolvemos problemas dos séculos 18 e 20, como o ordenamento de território. Um desafio para Amazônia é como resolver essa série de problemas acumulados, num tempo mais rápido. A Amazônia não tem tesouro suficiente para bancar essa transformação, mas ela é importante para o Brasil e o mundo do ponto de vista climático e tem que fazer esse financiamento da infraestrutura e da nova economia com mais eficiência. Índice de Progresso Social (IPS), desde 2014, analisa 12 pontos, é um exame clínico mais sofisticado que o IDH, porque mede a dimensão da segurança, da moradia, nutrição, internet, do meio ambiente, da capacidade que a região tem de reter ou não mão de obra de nível superior, das questões de violência de raça e de gênero, etc. O Brasil investe sistematicamente em nutrição, na moradia, melhoramos as notas de moradia e nutrição na Amazônia, melhorou a educação, mas piorou em segurança, desde 2014, a segurança se agravou na Amazônia. A Amazônia Legal é a quarta região mais violenta do mundo em taxa de homicídio

por 100 mil habitantes. Essa taxa de violência inibe investimentos. O saneamento está estagnado. Há um problema sério de conectividade. O desmatamento se agravou. Entre 2014 e 2023, a Amazônia está perdendo cérebros, está com dificuldade de atrair e reter mão de obra de nível superior, em 2023, a nota nesse ponto despençou, há também baixo dinamismo econômico.

O futuro é outro mundo e ele vai acontecer muito rápido. A Amazônia está com índices muito ruins e precisamos sair deles, o salto vai ser no campo da integração e infraestrutura, a ciência que vai precisar encurtar tempos e o financiamento que o

Brasil não tem dinheiro suficiente para bancar a transição, mas o mundo tem. A ambição se dá em duas questões: o mundo vai passar por uma transição climática brutal e vai precisar da Amazônia, o Brasil é convidado por ter uma solução global; já tivemos muita ambição quando a Embrapa foi criada, a Embrapa, o Brasil saiu de importador de alimentos e se tornou uma potência agro. Precisamos ser um país agro, ambiental, de carbono zero; o Brasil é o primeiro país do G20 que pode chegar lá e será o país onde todos vão querer investir, é a janela que o Brasil tem à frente. A Amazônia é a redenção do Brasil e precisa ter voz ativa. //





Francisco Gaetani: Não existe como evoluir na Amazônia sem a ajuda dos municípios, sem considerar a ordem pública. Fora daqui, não nos damos conta das complexidades e nuances dessas múltiplas Amazônias, tem um olhar mágico, mas precisa lidar com prefeituras e a rede local. O debate contemporâneo é sobre infraestruturas digitais, precisamos de conectividade, mas sem direitos básicos, como saneamento, é difícil, é preciso ajustar essas duas visões, de séculos 19 e 21. Sem política, nós não vamos avançar e isso passa pelo enfrentamento da questão local, é preciso gerar condições de vida para as pessoas. O Governo Federal precisa lidar diferente com Estados e Municípios, repassar o dinheiro é fácil, desenvolver capacidades é mais difícil. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos tem uma área federativa para esse fim e trabalhar de uma forma diferente, com capacidades públicas, trabalhar com movimentos sociais, com igrejas, com quem vive na ponta. Precisamos de mais análises comparativas.

O Pacto Federativo está muito aquém do que necessitamos, a área que melhor se sai é a saúde, por conta do SUS, desde 1988, mas ainda há muito a se fazer. A cooperação intergovernamental depende de coordenação. Capacidade de recursos diferentes. Na Amazônia é mais grave. O que houve com a Sudam? A tecnologia mudou a realidade na Amazônia até certo ponto. Reforçar no local contas e contratos públicos. As estruturas de poder na Amazônia são mais injustas que o resto do Brasil, precisam ser conversadas e ver a efetividade dos gastos dos municípios. Livro “Os Municípios vão às Nuvens: A Revolução Digital a Serviço do Desenvolvimento Local”, a migração para nuvens, a conectividade é a chave. Combinar várias soluções e ter uma atuação federativa diferenciada.

A young boy with dark skin is crouching in a lush green cornfield. He is wearing an orange short-sleeved button-down shirt and blue shorts. He is looking off to the side with a thoughtful expression, his hand resting on a large green corn leaf. The background is filled with tall corn stalks under a bright sky.

No regime autoritário, as Forças Armadas tinham um projeto de País e, desde então, nós temos um projeto de país democrático, mas precisamos pensar o país que a gente deseja. Ambição amazônica, precisa ir além, Sudam está longe disso, projeto que envolve um mutirão maior, com debates e conversas. No final do ano que vem, 2024, haverá a Cúpula do Futuro, o Brasil precisa se projetar no futuro, mas precisa assumir quem é, temos que conversar sobre o que é o nosso projeto social. Temos muitas cascatas de oportunidades passando. Deveríamos ter uma visão do país que irá mobilizar a todos. Temos que nos lembrar de dois países, nossos vizinhos, que eram muito ricos, Argentina e Venezuela, e tiveram trajetória negativas. //

Livia Menezes Pagotto: A Concertação para Amazônia faz um exercício de tentar ‘concertar’ essas várias Amazônia, buscando abraçar a diversidade da região. Falar de infraestrutura na Amazônia é impossível se não somar as diversas perspectivas que são complementares. A Concertação, junto a outros organismos, criou o conceito de infraestrutura sócio territorial, que é sobre o que a infraestrutura precisa dialogar com os desafios colocados, não só os do passado e do futuro, ver os desafios das mudanças climáticas, medidas de adaptação e um olhar muito atento às pessoas e aos territórios, a quem os benefícios dessas infraestruturas são direcionados. Olha para a qualidade de vida, olha para a proteção territorial, combate ao crime e coloca as comunidades no centro das discussões. É importante falar das infraestruturas que atendem às economias tradicionais, mas quais são essas novas economias e quais são as infraestruturas que elas precisam. Ainda estamos no início dessa discussão sobre infraestrutura verde X infraestrutura cinza, soluções baseadas na natureza, o papel das florestas, que são as próprias infraestruturas, junto com os rios. Tem-se abordados cada vez mais o conceito de agenda integrada de desenvolvimento da Amazônia, com o tema da infraestrutura surgindo como transversal para todos os debates e também

Luís Alberto Andrés: O Banco Mundial (BM) fez um relatório com 4 pontos principais estratégicos para a Amazônia: 1) melhorar o bem-estar da população; 2) proteger a floresta; 3) fomentar os meios de subsistência rural; 4) estruturar o financiamento para a conservação, com duas palavras-chaves: inclusão e produtividade. A necessidade de financiamentos para a Amazônia é gigantesca, perto de US\$ 68 bilhões, comparando com a necessidade de porcentagem de 3,7% do PIB de todo o Brasil, para a Amazônia é o dobro disso – 7,8% do PIB – por ano, de coisas básicas, como saneamento e energia. Uma complexidade de financiamento na Amazônia é a inovação, o Banco

para direitos e cidadania. A taxa de conectividade da Amazônia é a mais baixa do Brasil; no país é 83,5% e na Amazônia, 70%; digitalização mais cara que no Brasil, a Amazônia paga, em média, 32% a mais; muita instabilidade; pesquisa mostrou que entre 4.500 comunidades da Amazônia, somente uma tinha internet boa e estável.

Precisa olhar para os indivíduos que, por exemplo, com a conectividade, agora, pode falar com a família dele, que está distante. Unir o técnico e o sensível em uma concertação. Entre os pontos A e B há vida, há pessoas e como elas se organizam. Só planejar, sem considerar os aspectos territoriais, torna tudo mais difícil. Infraestrutura para ciência e tecnologia na Amazônia para infraestruturas mais verdes, que utilizem biorrecursos, bio-insumos, biomateriais, a partir de materiais que são da Amazônia. Precisamos ser mais ousados.

A educação talvez responda pela necessária integração entre os estados, da Amazônia para Brasil e do Brasil para o mundo. Trazer mais Amazônia para a identidade da formação do ensino médio e básico e levar mais Amazônia aos outros estados do Brasil. Amazônia e Centro Oeste têm ligação por conta de fluxos econômicos e ambientais; com o Nordeste, a ligação é a identidade social e cultural. //

Mundial tem instrumentos novos de financiamentos do que apenas financiar obras. Como alavancar a participação do Banco Mundial com resultados mais favoráveis? Há que trabalhar com o setor privado, parcerias público-privadas. O BM pode trazer garantias para um investimento maior. O desafio do planejamento é que as necessidades são muitas, mas o financiamento é escasso, é preciso definir prioridades. A Amazônia tem uma oportunidade de trazer investimentos tradicionais.

O Banco Mundial tem um projeto de parceria de meio ambiente e educação no Pará, são US\$ 800 milhões, com um componente de conectividade

digital de US\$ 11 milhões para a região. Viabilizar uma parceria com o Banco da Amazônia, pela capilaridade dele, que chega a áreas remotas; parcerias também com bancos nacionais e com outras entidades bancárias, em uma ação mais coordenada e multiplicar reforços. Há outras necessidades básicas, como na área rural, que, acima de 34% da população não têm saneamento

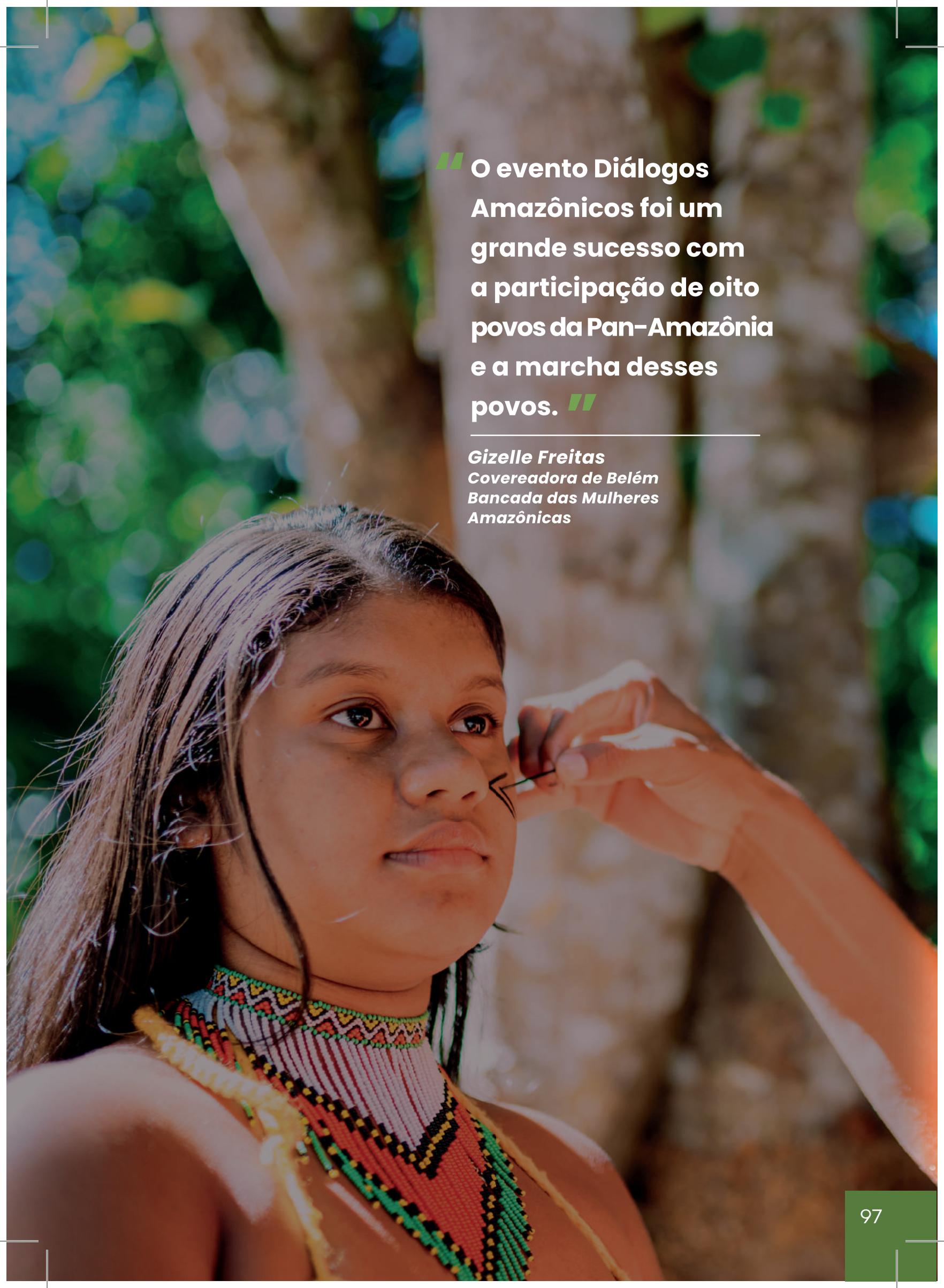
básico, usam banheiro a céu aberto e isso é inaceitável. Energia também é muito importante, sem energia não tem digital. Há muito a se avançar na parte de logística.

A visão de qual Amazônia integra o Brasil ao mundo, atualmente, é uma oportunidade de ouro para a região, oportunidade de fazer mais para a gente. //



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias





“ O evento Diálogos Amazônicos foi um grande sucesso com a participação de oito povos da Pan-Amazônia e a marcha desses povos. ”

Gizelle Freitas
Covereadora de Belém
Bancada das Mulheres
Amazônicas

DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: VISÃO POLÍTICA E INTERESSES NACIONAIS

PALCO 3

1º DE SETEMBRO

9h às 11h



Participantes:

Gizelle Freitas - Covereadora de Belém - Bancada das Mulheres Amazônicas.

Keniston Braga - Deputado Federal (MDB/PA) e Diretor de Relações Institucionais da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável - FPMIn.

Mônica Sodré - Cientista política, CEO na Rede de Ação Política pela Sustentabilidade.

Ronie Silva - Deputado Estadual do Pará (MDB).

Zequinha Marinho - Senador (Podemos/PA) e Vice-presidente do FPMIn.

Moderador:

Mauro O' de Almeida - Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.

Resumo do painel:

Representantes do poder legislativo e executivo debateram sobre como o desenvolvimento da Amazônia se conecta a temas de interesse nacional e se faz presente na construção de uma visão política para o futuro do Brasil e do mundo.

Principais pontos discutidos:

- Como a Amazônia pode se desenvolver e no que os parlamentos podem colaborar.
- Pensar globalmente e agir localmente pela região amazônica.
- 70% da população da Amazônia vive em centros urbanos.
- Como a cidade de Benevides pode colaborar com a visão social de uma Amazônia sustentável.
- Como Parauapebas e Canaã dos Carajás podem

ser exemplos de modelos de desenvolvimento na Amazônia.

- Como são distribuídos os *royalties* da mineração.
- Aplicação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM).
- Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) que regulamentam o setor.
- Projetos no Senado sobre regulação do mercado de carbono, a Lei Geral de Licenciamento, Código de Mineração e o aspecto federativo.
- COP-30 na Amazônia pelos amazônidas.
- Como os parlamentos podem e devem se apoiar.
- A agenda climática não é dos partidos, é de todos.
- A agenda do clima é para o resto de nossas vidas.

Falas de destaque dos participantes:

Gizelle Freitas: Discutir a Amazônia é, principalmente, discutir o seu povo, que mora em seus centros urbanos. A missão das casas legislativas é fortalecer as políticas públicas para a garantia de direitos da população, em especial, ao saneamento e água de qualidade, baixa escolaridade e ter uma vida digna. Foi aprovada na Câmara Municipal de Belém uma lei sobre racismo

ambiental e o combate à crise climática, com a criação de um dia dedicado a esses temas.

O evento Diálogos Amazônicos foi um grande sucesso com a participação de oito povos da Pan-Amazônia e a marcha desses povos. Temos muitos movimentos sociais que discutem e defendem a Amazônia. A perspectiva mudou, antes, era de lucro, deixando rastro de pobreza. Com a COP, a cidade de Belém já mudou, com

muitas obras, estruturalmente, mesmo sabendo que a cidade tem muitas limitações. O que vai ficar para a cidade depois da COP também precisa ser discutido e descobrir, juntos, o legado que vai ficar.

A agenda climática é muito mais levada à frente por partidos de esquerda, organizações e movi-

mentos sociais. O desenvolvimento é predatório na área de mineração. Não dá para falar de preservação se é considerada bastante a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas, é um contrassenso. O ponto de 'não retorno' é em 10 anos. //

Ronie Silva: A Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) também pode ser protagonista no debate sobre uma Amazônia mais sustentável, trazer a sociedade para dentro desse debate. Já se discutiu a crise do lixo, que é um grande problema e desafio para a Região Metropolitana de Belém; os impactos ambientais da mineração e a geração de riquezas, que representa 4% do PIB nacional. Benevides tem um crescimento gigantesco, gerando recursos para o município, mas há os desafios sociais. Discutir também as

pessoas. Sustentabilidade social com as Usinas da Paz, no Pará.

Há um lado contente e outros descontente com a COP. Belém ganhará com isso e esse legado ficará, haverá um ganho imenso. Discutir pelo ponto de vista social, trazer esse debate sobre um legado social, tem que olhar por esse lado e saber que esse legado vai chegar à ponta.

As discussões devem ser sempre pela coletividade, pela sustentabilidade social. O legado deixado na geração de emprego e melhoria de vida das pessoas. //

Keniston Braga: Transformar a realidade das pessoas da Amazônia que, hoje, nos deprime. Aqui poderá ser um centro de desenvolvimento de biotecnologia em vários aspectos. São 26% dessa população vivendo em insegurança alimentar grave; 40% abaixo da linha da pobreza. A ocupação da Amazônia, que começou na década de 1970, já levou 17% da sua floresta natural. A força colossal e a pobreza não funcionam juntas. Para as discussões, todos devem se reunir e falar da Amazônia, não ouvir o que o mundo quer da gente. Precisa de investimentos de verdade, que enxerguem a partir do nosso ponto de vista para políticas públicas. A mineração se pratica desde que éramos colônia, o ciclo evolutivo foi pequeno, não se consegue discutir novas matrizes energéticas sem a participação efetiva do minério. Precisa de um arcabouço de leis para determinar como a exploração mineral deve ser feita, deixar de lado o preconceito que a mineração carrega. A mineração é a principal

matriz econômica no Pará. A Agência Nacional de Mineração (ANM) tem um déficit de 70% de pessoal e não tem como fazer fiscalizações. A aplicação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em Parauapebas é feita nos fluxos migratórios que chegam à cidade, para ter um desenvolvimento equilibrado e dar condições para uma mineração sustentável.

Pela primeira vez teremos a COP sendo discutida no ambiente que é a mola mestra de todas as discussões ambientais, como vive o amazônida, desvendar a região, de decifrá-la. Por meio de uma legislação forte, buscar pela sustentabilidade, rentabilidade e justiça social na atividade mineral. A COP-30 irá ampliar o olhar do mundo sobre a Amazônia.

Buscar uma mineração mais sustentável. Buscar o entendimento entre os parlamentos é fundamental. //

Zequinha Marinho: O ser humano está acima da floresta. A Amazônia é uma região grande e linda habitada por gente pobre. O Governo Federal vê a região, de forma muito míope, somente pelo setor de comando e controle, desde Itamar Franco aos dias de hoje. Ou nos tornamos protagonistas do debate ou a situação riqueza e pobreza vai se perpetuar. Na mineração, a eficiência na gestão vai eliminando os possíveis acidentes. Os grandes projetos de mineração trabalham de forma legal e sustentável e assim deveria ser com os médios, os pequenos e os micros-mineradores. Parte da CFEM vem também para o Estado e a arrecadação poderia ser melhor se houvesse uma legislação adequada e própria. Há 600 mil pequenos mineradores, eles vivem desse negócio e é preciso trabalhar para que a questão legal ocorra. Se o Governo Federal fizesse uma legislação que legalize, os governos estadual e municipal fariam a fiscalização e licença

ambiental. A regularização fundiária precisa de mais ação. A atividade ambiental está umbilicalmente ligada à questão fundiária. O licenciamento ambiental é útil para as cidades também. Mineração, licenciamento e regularização fundiária formam um tripé para que se possa avançar. O IBGE diz que 55,5% das casas em Belém estão em situação de favelização e 97% da população não tem saneamento.

A China emite 33% de gás carbônico (CO₂) na atmosfera; EUA, de 15 a 17%; União Europeia, 14%; Índia, 8%; e o Brasil, com 2,9% de débito, mas nos impõem culpas, por meio da mídia. Tragamos todo mundo para discutir esses problema aqui na região, discutir o que interessa e firmar compromissos. Os países precisam honrar os compromissos financeiros prometidos.

Precisa ter o equilíbrio entre as bandeiras e trabalhar pela sustentabilidade. Garimpo em terra indígena, os indígenas organizam essa ação da forma deles. //

Mônica Sodré: A sociedade e sociedade civil precisam fazer parte de algumas discussões. Há uma dificuldade, a partir da agenda climática, de combinar o timing eleitoral e algumas decisões impopulares. Tony Blair disse que é tarefa da política harmonizar aquilo que se prometeu com o que será implementado, o que não é tarefa simples. Dificuldade em identificar os assuntos da agenda climática no dia a dia e boa parte do parlamento não está conectado com essa agenda. A agenda não é só ambiental, é econômica e de desenvolvimento e, equivocadamente, vista como agenda da esquerda, um problema do presente e não do futuro. São 30 partidos registrados no Brasil, efetivos são 15. A conexão dos parlamentos brasileiros com outros parlamentos do mundo é essencial. Precisa aumentar também a conexão dos parlamentares brasileiros com a Amazônia, que a conhecem de um modo superficial. Produtos brasileiros flogados ao desmatamento legal e ilegal não podem entrar no mercado europeu, com esses

européus dizendo como devemos tratar as nossas florestas. A Europa é um grande parceiro comercial do Brasil, respondendo por 18% das nossas exportações. Desde 2015, o parlamento brasileiro mudou a relação com o Poder Executivo e é muito mais relevante. O acordo União Europeia e Mercosul está sendo discutido há quase 20 anos e é negociado pelo Executivo, mas o parlamento pode dar contribuições. Infelizmente, historicamente, o nosso país é autoritário com 'espasmos de democracia', de tempos em tempos. Não há nenhuma garantia de que a democracia estará ali amanhã, de olhar os elementos materiais da democracia que garantem vida digna. O Pará está na posição 23, dos 27 estados, do IDH. Não há como descolar a democracia das questões de vida digna para as pessoas.

O dinheiro prometido à Amazônia no Acordo de Paris já não é mais suficiente. Escolher pessoas, nas próximas eleições, que estejam comprometidas com a agenda climática. //



“ Amazônia era similar às civilizações incas e astecas. Quando se comunica sobre a Amazônia, falamos de um patrimônio natural e cultural. Terra preta captura carbono, inspirado em arqueologia. ”

Peter Millard
Diretor de Redação
na Bloomberg no Brasil

CULTURA E COMUNICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

PALCO 4

1º DE SETEMBRO

9h às 11h



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Carol Bambo – Jornalista RBA – Band Pará.

Eric Terena – Comunicador e DJ.

Estela Renner – Escritora, diretora e fundadora da Maria Farinha Filme.

Michel Blanco – Head of Reputation and Corporate Communications Natura &Co.

Neidinha Suruí – Coordenadora de projetos da Associação de Defesa Etnoambiental Canindé.

Peter Millard – Diretor de Redação na Bloomberg no Brasil.

Úrsula Vidal – Secretária de Cultura do Pará.

Moderador:

Paulo Nassar – Diretor-Presidente da Aberje e Professor titular da ECA-USP.

Resumo do painel:

A comunicação tem um papel fundamental no entendimento da diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia, promovendo e difundindo práticas sustentáveis, a economia verde e a economia criativa.

Principais pontos discutidos:

- O que é mídia hegemônica em uma representação social e midiática dos povos indígenas?
- Como as representações da mídia tradicional influenciam estereótipos e preconceitos em relação aos povos indígenas.
- A interação entre a mídia dos povos indígenas e a comunicação tradicional.
- Documentário “O Território”, da Disney Plus, produzido pelos indígenas.
- Estereótipos, representações enviesadas a novas representações dos povos indígenas.
- Mídia internacional e nacional e as narrativas econômicas sobre a Amazônia aos fundos de investimentos.

- Notícias sobre a Amazônia que mais repercutiram na mídia global.
- Notícias sobre a Amazônia que mais repercutiram na mídia do Brasil.
- Como a Natura comunica o impacto da sua presença industrial na Amazônia.
- Comunicação, cultura e as políticas públicas ligadas à comunicação na Amazônia.
- O panorama de uma economia verde.
- O mundo está chegando também às comunidades, como os protagonistas zelam por essa memória coletiva.
- A força das mulheres e a preocupação com a Amazônia.
- Como os veículos de comunicação estão se preparando para a COP 30.
- A COP 30 como uma oportunidade de reposicionar a narrativa amazônica.
- A Amazônia são as Amazônias.

Falas de destaque dos participantes:

Eric Terena: Como um dos idealizadores do Mídia Indígena, criada em 2015, ajuda a comunicação do povo Terena, a comunicação de etno-mídia, que fez muita diferença na participação da política, de direito e da juventude se auto reconhecendo, para ser parte da comunicação no

Brasil. A mídia hegemônica é composta por certas elites, pessoas não indígenas, ligadas a posses territoriais ao redor das comunidades. . Nem 1% de indígenas está nas redações. O uso das mídias sociais, notícias e documentários e vem atuando na articulação dos povos indígenas,

com fomento de oficinas digitais no território, em especial, para os jovens. No último acampamento Terra Livre, houve participação de mais de 800 jovens na cobertura, e outros jovens nas redes sociais, é muito diversa a população indígena. O comunicador indígena faz a ponte da comunicação com a comunidade.

É uma luta, mas sempre se procura a interação com a imprensa em assuntos mais urgentes como o Marco Temporal, mas se trata com um problema distante, muito institucional, porque

muitos são apoiados - imprensa - pelo agronegócio. Não temos representatividade, não se consegue dialogar com aquilo que nos afeta. As populações indígenas não são consultadas. Doenças tropicais começaram por conta do desmatamento e chegaram às cidades e só assim passaram a ser olhadas como políticas públicas.

Parar de desacreditar nos indígenas será bom para a COP. A comunicação constrói sociedades. //

// **Neidinha Suruí:** A representação do 'índio de tanga' ainda é feita pela mídia e replicada até em escolas, no famoso 'Dia do Índio', como se eles ainda estivessem isolados, apesar dos 144 povos que vivem em isolamento voluntário. O filme 'O Território' foi feito pelos indígenas, usar o cinema para levar como os indígenas são, pelo olhar deles, um cinema diferente, feito pelos indígenas, os comunicadores indígenas, que usam a mídia de forma independente.

A comunicação está vendendo que o pobre vai virar rico, indígena em um contexto meio nebuloso. Agora tudo é agro. Agro para quem? A gente tem televisão e internet na aldeia. As repassado-

ras da cultura oral têm uma forte concorrência com essa televisão que prega que o jovem tem que sair. Os jovens gravam - filmam - as histórias para elas não se perderem. São três mundos: da aldeia, da cidade, mistura da aldeia + cidade. A cidade é que está na terra indígena e vivemos as transformações desse mundo cultural. As mulheres indígenas estão em um processo de enfrentamento, os homens não estão sozinhos. Investir em uma comunicação feita pelos indígenas.

As COPs não mudam nada, espera-se que o Brasil cumpra as metas do desmatamento, respeite o protagonismo dos povos indígenas e participem de todo processo. //

// **Estela Renner:** O poder do audiovisual que inspira e derruba paradigmas. A produtora Maria Farinha foi criada em 2008 para fazer filmes de impacto social e ambiental e se ancorou em pautas urgentes que precisavam de audiovisual para ajudar a levantar a conscientização da sociedade. Já são mais de 50 filmes, de vários temas em alinhamento com os ODS. Faz parte do Sistema B global, que trabalha em relação a mudanças. A equipe fixa da produtora é 35% diversa e ao contratar busca a diversidade de gênero, classe, raça. Na série 'Aruanas', os atores

eram amazônidas, é um compromisso. A pesquisa começa com uma escuta. Alianças com as organizações para estabelecer parcerias. Cuidado ao construir narrativas no que chamamos de Método de Leitura Sensível, a cargo de especialistas que ajudam os roteiristas. Mostram os filmes à comunidade.

Querer a vida e não querer a morte. Segundo o Data Folha, antes, 60% queriam a floresta em pé, hoje, esse número é de 80%. Nossa narrativa tem que imprimir a verdade. Pesquisa de Paul Hawken buscou entre 300 entrevistados saber 10

causas e soluções para o aquecimento global, das soluções, duas passam pelo empoderamento

de mulheres, educação de mulheres e meninas, a série 'Aruanas' passa por isso.

Apenas: venham ao Pará. //

// **Peter Millard:** Na Bloomberg Brasil, quando o enfoque é a Amazônia falamos mais sobre impacto global, aquecimento, ambiente original, acesso à comida pelo planeta. Na cobertura das últimas eleições, para o leitor no exterior, se falou mais de Amazônia; no local, foram outros temas. A Amazônia oferece a maior oportunidade do planeta, com as árvores que crescem mais rápido, tropical, em relação, por exemplo, à Califórnia (EUA) e Europa que não vão tirar com eficiência o carbono da atmosfera. O mercado de carbono é novo e não está regulado e o preço de 1 tonelada de carbono varia, tem que ver se há conflitos de terra, crédito de proteção florestal, confiança. Importante ter regras claras,

porque tem muito potencial, com mais receita para a região.

Mais conhecimento sobre a Amazônia e saber como Santarém que fica sobre um antigo território agrícola indígena. Amazônia era similar às civilizações incas e astecas. Quando se comunica sobre a Amazônia, falamos de um patrimônio natural e cultural. Terra preta captura carbono, inspirado em arqueologia.

A COP vai se sair bem. Fator humano e políticas públicas para chegar a Net Zero em 2050, falta regulação, lei para o mercado. A COP deve aproveitar para melhorar a imagem do Brasil, inspirar o progresso. //

// **Carol Bambo:** Tenta imprimir as características próprias e dela no jornalismo *hard news*, apesar da linha editorial da Band, buscar um jornalismo mais simples e comentado. A internet ajuda a estar em todas as regiões do Pará, com participações das pessoas que estão nesses locais, que sabem a realidade. Naufrágio com mais de 20 mortes, em 2022, próximo a Belém, grande repercussão, em nível nacional. Um case de sucesso também na Band foram os programas de Kátia Fonseca diretamente de Belém, usando

a equipe local, da afiliada, e usaram a visão dos repórteres locais. Antes era 'você é de Belém? Que longe!', e hoje, as pessoas te olham e dizem 'Que legal! Quero conhecer o Círio de Nazaré'. Graças à comunicação, foi despertado o interesse pela nossa cultura.

Cuidado com a apuração, preza por contar histórias e material humano. Respeito às pessoas. Núcleo específico para a COP, até 2025, com 30 jornalistas, no grupo de comunicação RBA, ter mais material para reportagens especiais.

A COP vem para deixar um legado. //



Michel Blanco: Desde 2014, a Natura tem uma fábrica em Benevides (PA), perto de Belém, um eco parque, com produção de sabonetes em barra em 90%, com insumos da região, 99% dos colaboradores do eco parque são da região, dentro de um programa maior, o programa Amazônia, que, desde 2010, já movimentou cerca de R\$ 2, 5 bilhões de negócios na região, com produção anual de 420 milhões de barras de sabonete. Isso vem desde os anos 2000 com o lançamento da linha Natura Ecos, sendo a conservação da floresta essencial. Agenor Leão, líder na Natura no Brasil, 'não acredita na floresta amazônica intacta', porque conservação e desenvolvimento econômico podem acontecer juntos e conciliar. O óleo de ucuúba não tinha aplicação em larga escala na indústria cosmética, estava ameaçada de extinção, a árvore vale muito mais em pé. Com a castanha é semelhante. Precisa de cadeia de suprimentos estruturada, de maneira sustentável. Vinte anos depois, são 40 comunidades em parceria com a Natura, com 41 ingredientes, 85 cadeias, cerca de 8.500 famílias como parte desse modelo em uma área

preservada de 2 milhões de hectares. Gera e distribui riqueza aqui na região, mas precisa engajar o consumidor por conta desse produto que tem preço elevado. A Amazônia foi assunto deixado de lado nos debates das eleições de 2022, por isso, a Natura colocou um comercial no qual perguntava qual era o plano dos candidatos para a Amazônia. A discussão é política e partidária. Natura Ecos levou a Amazônia ao Rock in Rio 2022, por meio da cultura paraense. Isso é negócio e dá lucro.

Estamos falando de gente. A atividade humana foi que fez a floresta. Modelo da Natura se sustenta por causa das pessoas. São as mulheres que fazem as coisas girarem. Na América Latina, são 4 milhões de consultoras da Natura, que se conectam com outras mulheres. Qual o propósito da comunicação? Um movimento maior que precisa engajar as pessoas. Gere e distribua riqueza local. A Natura está no Sistema B para também ajudá-lo a crescer.

A COP vai trazer protagonismo. //

Úrsula Vidal: A crise humanitária colocou a Amazônia no mapa mundial, estamos falando de justiça social. Brutalidade capitalista no continente africano para salvar a população da fome, mas a população local não protagonizou aquele processo. Pode colocar milhões de reais em investimentos, mas tem que saber onde colocar. O conhecimento para ser valorado demora. É preciso reparar o ciclo da Terra, dos rios. Os bolsões de pobreza nas cidade são resultado de ciclos de utilização da terra que não deram certo. E quem discute os problemas atuais sobre a sustentabilidade é a juventude, por meio da cultura do hip hop, do grafite, dos festivais de música. A Lei Rouanet existe há quase 30 anos e

investe na região Norte menos de 1,5% dos R\$ 3 bilhões disponíveis historicamente, precisa aumentar, corrigir essa simetria. Precisa aumentar a equidade. Economia verde e qual o modelo extrativo em um município onde o acesso é difícil? Em Belém, 50% das famílias são chefiadas por mulheres, a outra metade por mulheres e homens. Precisamos de escuta qualificada do povo da Amazônia.

Segurança cidadã junto com a política pública de cultura. O desafio envolve política. Precisamos de recursos para implementar no que foi planejado, os caminhos a seguir, com mais 40 identidades da sociedade civil no Pará. Que Amazônia é essa que precisamos escutar, com efetividade na política? //



Por meio do Belo Monte Empreende e do Belo Monte Comunidade, iniciativas que visam promover o desenvolvimento socioeconômico da região do Médio Xingu, no Pará, levamos ações de educação, qualificação profissional, geração de trabalho e renda em apoio às comunidades locais.

As iniciativas são frutos das parcerias entre a Norte Energia, empresa responsável pela Usina Hidrelétrica Belo Monte, e diversas instituições públicas e privadas, com o objetivo de criar oportunidades e melhorias na qualidade de vida dos moradores da região, valorizando suas culturas, o meio ambiente e as potencialidades das diversas cadeias produtivas da sociobioeconomia do Xingu.



Katyana e Mariza Xipaya
Empreendedoras indígenas

Saiba mais aqui:



USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

**“ A visão de uma economia nova a
para Amazônia, começando pelo
Brasil, tem que ser um fator de
transformação indispensável. ”**

Iván Duque
Presidente da Colômbia



PALESTRA MAGNA DE IVÁN DUQUE

1º DE SETEMBRO

11h às 12h



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias



Resumo do painel:

Com dados sobre o grande território da Amazônia no Brasil e países vizinhos, a palestra foi em torno de como toda essa pujança territorial possa se transformar em formas de financiar a nova economia verde da Amazônia e a segurança que ela precisa. Iván Duque mostrou exemplos de soluções para que os países se beneficiem da biodiversidade amazônica, mas que a compense por essa ação. Foi enfatizada também a posição de destaque e liderança do Brasil nos processos de transição climática, da economia e da energia.

Principais pontos discutidos:

- Como a Amazônia pode salvar o mundo? E o que nós podemos fazer para que ela salve o mundo?
- O que está detonando fenômenos extremos na natureza como furacões, altas temperaturas, degelo etc.?

Falas de destaque do participante:

Iván Duque: A Amazônia é uma das minhas paixões. Vivemos uma crise climática em uma esfera diferente, já falamos em ebulição global, depois do mês de julho passado, o mais quente em todos os registros mundiais e estamos enfrentando choques extremos das temperaturas, epidemias de calor. Também temos ondas de frio abruptas. A continuar assim, não iremos conseguir cumprir as metas do Acordo de Paris e a redução da temperatura em 1,5 grau C. Há com isso, implicações sociais, econômicas e geopolíticas. No ano 2020, tivemos a maior presença de furacões da categoria 4 e 5, por exemplo.

Mais de 50 bilhões de toneladas de gases do efeito estufa são liberados por ano e isso é uma questão fundamental nas políticas públicas

- A proteção do patrimônio ambiental da Terra é fundamental à causa de todos.
- A importância da terras e montanhas altas para o abastecimento de águas das cidades andinas.
- A importância geopolítica da Amazônia.
- O rios e sua importância no bioma amazônico.
- Amazônia precisa chegar ao desmatamento zero.
- Mitigação da desigualdade social.
- Como são ativados os fenômenos de conflitos de renda e natureza.
- Como funciona a economia circular.
- Transição energética na Amazônia.
- Pagamento pelos serviços ambientais.
- Taxonomia verde nos países do bioma amazônico.
- O Brasil como exemplo ambiental para o mundo.
- Mudanças que ocorrem por meio da ciência.
- O investimento em ações ambientais é um ativo.

dos países. São esforços extraordinários para tentar chegar à redução de 45% das emissões em 2030, e zero emissões em 2050. É tão grave que estamos centrados em capturar essas emissões e fazer a compensação.

Muitos falam em redução no consumo de combustíveis fósseis, outros em reduzir a pegada de carbono, outros em conter a depredação dos recifes de corais. A segunda causa maior de emissões é o uso negativo da Terra, se fosse um país, esse uso seria o segundo maior emissor de gases do efeito estufa. A meta é o carbono zero, mas isso não irá acontecer se continuar o uso negativo da Terra e isso traz uma reflexão sobre a Amazônia.

A Amazônia, que engloba oito países e uma população superior a 50 milhões de habitantes, é fundamental para conter a crise climática. Se não proteger a Amazônia não iremos alcançar as metas, nem para 2030, nem para 2050. É importante debater o tamanho do bioma amazônico, quase 7 milhões de km, quase o mesmo tamanho dos EUA, e isso se traduz em manter um controle permanente pela multiplicidade de nações, para proteção e conservação desse território. Se fosse um país, no segmento de população, a Amazônia seria a mais povoada da América Latina e Caribe. A Amazônia brasileira seria o maior 'país' do hemisfério, como 600 mil indivíduos pertencentes aos povos indígenas, então, veremos quantas 'Europas' cabem na Amazônia.

A importância geopolítica da Amazônia é única e esse bioma é o principal tesouro de biodiversidade do mundo inteiro, com 20% da flora do planeta na região. O ecossistema amazônico é o regulador natural dos ecossistemas do hemisfério.

A Amazônia não é só florestas e os outros ecossistemas dela - como as terras altas, montanhas - precisam também de proteção, porque muitos deles são responsáveis pelo fornecimento de água potável para muitas cidades, como a capital da Colômbia, Bogotá. Os ecossistemas nas montanhas altas dependem dos ciclos e conexões com o bioma amazônico.

Na América Latina, as terras altas são 70% do território e na Colômbia, chegam a 52%. Na flora, há muitas árvores, chamadas de *prailerrone* (paineira), espécies endêmicas únicas desse ecossistema que são reguladoras de água, absor-

vendo-a e mandando aos aquíferos subterrâneos. Não é só patrimônio cultural, é a regulação climática.

Os rios são importantes para o ciclo da vida natural. O rio Amazonas, o mais caudaloso do mundo, descarrega a cada hora o mesmo volume de água fresca consumida por 7 bilhões de pessoas anualmente.

O outro lado da moeda, nos últimos 40 anos, é que com o desmatamento, perdemos um território que é similar ao da França e Alemanha, conjuntamente, ou mesmo o tamanho de Califórnia + Texas. Se a taxa de desmatamento continuar, de 20 a 30% do território original, é muito possível que a Amazônia deixe de ser esse muro de contenção da crise climática e pode se tornar um emissor líquido. É a realidade inescapável. A Amazônia precisa chegar ao desmatamento zero ou veremos também uma perda absurda da vida silvestre.

Organizações internacionais respeitadas mostram que, nos últimos 50 anos, perdemos 70% da vida silvestre do planeta, inclusive na Amazônia.

É fundamental que a proteção da Amazônia esteja atrelada à diminuição dos fatores de desigualdade para que as comunidades não sejam culpadas pelo dilema entre destruição e conservação. Sem a Amazônia, pode-se fazer quantas COPs quiser, mas sem frear o desmatamento e pensar em uma nova economia da Amazônia, não teremos êxito.

O Brasil é o país-chave, por causa do tamanho de sua Amazônia, para essa proteção, e fazer frente à crise climática, há que se pensar de forma integral, deixar os debates polarizantes.



Conservar a Amazônia é um dever moral de todos nós e são necessários acordos entre os setores público e privado, com as comunidades indígenas, com ambientalistas, com a Academia, em pactos de curto, médio e longo prazos ou não haverá efetividade.

A transição não é imediata. É preciso chamar todos os setores para essa reflexão. Os países não podem deixar suas fontes de receita de lado, têm que contar com elas. Só para o Brasil, para desenvolver uma nova economia para a Amazônia, pode chegar a superar 1,5% do PIB do país nas próximas duas décadas.

A mineração legal, o setor combustíveis fósseis e o setor industrial são fundamentais nessa reflexão. Também é preciso enfrentar as ilegalidades que destroem o território amazônico, como a mineração ilegal, exploração ilegal de minerais, a expansão ilegal da fronteira agrícola, o uso ilegal da pecuária e os cultivos ilícitos, como é o caso da coca, e para produzir cocaína é preciso muito combustível, cimento. Atentar também para aqueles produtos químicos que são jogados nos rios, como o mercúrio. É preciso uma consciência inequívoca de toda a economia legal.

A economia circular é apoiada em três R: Redução, Reciclagem e Reuso.

Se o setor privado se comprometer como esse papel da economia circular, com mais dinâmica, no território amazônico, vamos dar o passo necessário para que cheguemos a carbono zero e isso implica em ter mercados de carbono muito maiores e fazer muitos diálogos que é sobre a simetria no mercado internacional, entre o preço pago por tonelada de carbono reduzida ou capturada, e é muito perigosa essa simetria. O Brasil é pioneiro na compensação de captura de CO₂ na região, seguido pela Colômbia, que tem 35% de seu território dentro do bioma. Se esses dois países concretizarem essa ação, poderemos sonhar com um mercado de crédito formado pelos países do bioma amazônico, com dois objetivos: fazer uma mobilização massiva

de capital permanente e desenvolver o conceito, ainda incipiente, de créditos de biodiversidade.

Na Amazônia, também é necessária a transição energética, muitas das cidade desse bioma têm como fonte principal de eletricidade o diesel. E um dos principais financiadores para essa transição será o mercado de crédito de carbono, para ter sustentabilidade e preços bons de energia.

É necessário também chegar à transição por meio de um conceito de finanças verdes. Muitos governos falam de transição, mas poucos falam do financiamento dela.

É preciso ter taxonomia verde nos países do bioma amazônico, as listas de classificação, uma informação adequada, ter o valor preciso de cada ação climática.

A maioria dos países em desenvolvimento tem uma grande concentração de dívidas, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma relação de dívidas x PIB para acima de 95%, na média, isso implica em uma margem pequena para investimentos. É preciso acelerar os investimentos na questão climática já e é preciso ser inovador e criativo com planejamento.

Seria possível criar fundos para a ação climática, abaixo da linha do déficit fiscal. Os investimentos, agora, na questão climática, evitarão, no futuro, uma crise climática que será muito mais cara.

É fundamental criar fundos de garantias para que os países tenham recursos e bônus com uma taxa de juros melhor, e associar a garantia do investimento com ações climáticas. A transformação da conversa rumo às finanças verdes é fundamental, já estamos precisando desse empreendimento verde.





Convidar os startups verdes para que nasçam, cresçam e não paguem imposto de renda, durante os 5 primeiros anos do empreendimento em troca de geração de emprego e, já consolidadas, façam o bem para conservação do bioma amazônico. O Brasil em esse potencial, tanto local, quanto nacional, sendo um exemplo para o mundo.

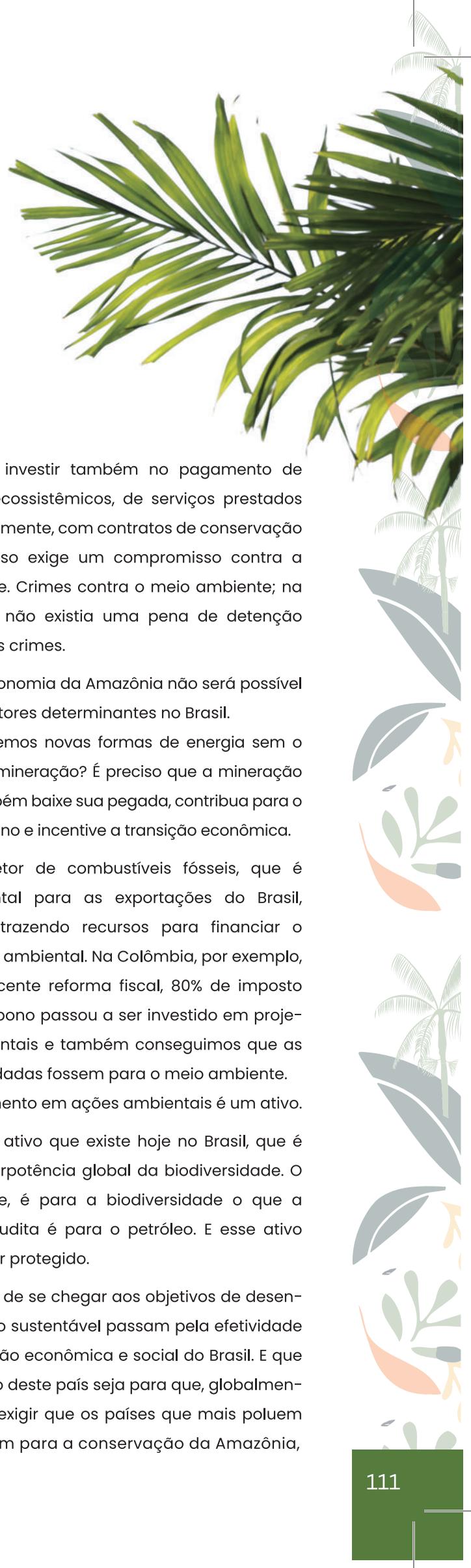
Existem cidades amazônicas e com milhões de habitantes, é necessária uma mudança de pensamento, e que se esses locais se apresentem como bioCIDADES, que obedeçam a proteção da biodiversidade. Um exemplo é a cidade de Barranquilla, na Colômbia, que transformou um pântano em parque. Importante também é ter uma mobilidade limpa, transporte público verde, incentivar bicicletas.

Documento que fala de uma nova economia diz que o Brasil precisaria reduzir as emissões em 90%, em uma década, o que é muito difícil, e só será possível por meio de mecanismos de incentivos. O Brasil deve procurar transformações agregadas à sua forma de produzir.

O Brasil também deve dar passos em direção à agropecuária de baixo carbono e há muita pesquisa científica – como as da Embrapa – nessa direção. Se essas práticas sugeridas foram adotadas, o Brasil poderá diminuir a pressão sobre a água e recuperar áreas desmatadas e transformá-las em nova fonte de captura de carbono.

Apostar também nas cadeias de valor agregado e estabelecer pontos para que os produtos da Amazônia possam acessar o mercado internacional sem perder tanto tempo com autorizações alfandegária e outros. Os países precisam colaborar com as autorizações desses produtos. Isso chega a um conceito de tecnologia para ser mais sustentável na região e fazer o rastreamento dos créditos de carbono.

As receitas precisam também chegar às comunidades produtivas e a tecnologia aplicada é vital para a concepção dessa nova economia para a Amazônia.



É preciso investir também no pagamento de serviços ecossistêmicos, de serviços prestados ambientalmente, com contratos de conservação natural. Isso exige um compromisso contra a ilegalidade. Crimes contra o meio ambiente; na Colômbia não existia uma pena de detenção para esses crimes.

A nova economia da Amazônia não será possível sem os setores determinantes no Brasil.

Como teremos novas formas de energia sem o apoio da mineração? É preciso que a mineração legal também baixe sua pegada, contribua para o zero carbono e incentive a transição econômica.

Que o setor de combustíveis fósseis, que é fundamental para as exportações do Brasil, continue trazendo recursos para financiar o segmento ambiental. Na Colômbia, por exemplo, com a recente reforma fiscal, 80% de imposto sobre carbono passou a ser investido em projetos ambientais e também conseguimos que as isenções dadas fossem para o meio ambiente.

O investimento em ações ambientais é um ativo.

É o maior ativo que existe hoje no Brasil, que é uma superpotência global da biodiversidade. O Brasil, hoje, é para a biodiversidade o que a Arábia Saudita é para o petróleo. E esse ativo precisa ser protegido.

As formas de se chegar aos objetivos de desenvolvimento sustentável passam pela efetividade da transição econômica e social do Brasil. E que o caminho deste país seja para que, globalmente, possa exigir que os países que mais poluem contribuam para a conservação da Amazônia,



que mobilizem preços justos para o mercado de carbono e que abram os mercados para o produtos amazônicos, aumentando as receitas para as comunidades indígenas.

Na COP 30, em Belém, esperamos que o mundo com a liderança do Brasil, delimite e estabeleça os investimentos nos projetos para a conservação da Amazônia. Não estamos pedindo presentes, estamos pedindo um compromisso ético. O bioma amazônico é um protetor da humanidade, mesmo diante da irresponsabilidade de muitos países e suas emissões acumuladas e falta de ação.

A visão de uma economia nova para Amazônia, começando pelo Brasil, tem que ser um fator de transformação indispensável. //



“ Conexão da proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de novas economias, sob a perspectiva do Direito Constitucional, com a Amazônia tendo mais de 30 milhões de pessoas. ”

Gilmar Mendes
Ministro do Supremo
Tribunal Federal (STF)

FECHAMENTO E PRÓXIMOS PASSOS

PALESTRA DE ENCERRAMENTO

1º DE SETEMBRO

12h às 13h



Saiba mais sobre a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias



Participantes:

Gilmar Mendes – Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Helder Barbalho – Governador do estado do Pará

Izabella Teixeira – Ex-Ministra do Meio Ambiente, Copresidente IRP- UNEP e Membro do Conselho Econômico e Social da ONU

Jader Barbalho Filho – Ministro das Cidades

Raul Jungmann – Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

Resumo do painel:

Os painelistas falaram, em especial, como o Brasil poderá enfrentar a urgência climática, por meio dos diferentes poderes constituídos e do setor privado.

Principais pontos discutidos:

- Presunção de Legalidade do Ouro.
- Marco Protetivo Ecológico.
- As ações do STF e o enfrentamento dos problemas da biodiversidade.

- Redução do desmatamento no Brasil nos primeiros seis meses do atual governo Lula.
- COP30 em 2025 em Belém.
- Segunda Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias em 2024, em Belém.
- Rastreabilidade dos produtos amazônicos.
- Cúpula da OCTA.
- Diálogos Amazônicos e a audição aos povos da região.

Falas de destaque dos participantes:

Gilmar Mendes: Conexão da proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de novas economia, sob a perspectiva do Direito Constitucional, com a Amazônia tendo mais de 30 milhões de pessoas. Encontrar a equação entre sustentabilidade e desenvolvimento é fundamental e urgente. Na sociedade moderna, o avanço tecnológico e as modernas técnicas de produção foram pensadas como condições sem as quais o Estado não conseguia prover condições à vida do indivíduo, mas com o surgimento dos Direitos Humanos, esses elementos passaram a fazer parte da dignidade das pessoas. O domínio do mundo garantiu o progresso, mas a conta chegou relativamente rápida. O episódio da 'chuva ácida', na Europa, no início dos anos 1970,

deflagrou um movimento mundial em normas protetivas do meio ambiente, principalmente, depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo. Há mais de 40 anos, o Brasil iniciou uma trajetória de consolidação em direção ao Marco Protetivo Ecológico, numa proteção ambiental avançada. O Supremo Federal já foi instado a se manifestar sobre essas temáticas, como sobre as populações indígenas, no início de 2023, no qual, os segmentos questionaram o artigo 39, parágrafo 4º, da Lei 12844, a norma que criou a chamada Presunção de Legalidade do Ouro, com extração ilegal de ouro disseminada na Amazônia, em especial, em terras indígenas e UCs. O caso, o dispositivo legal, embora buscasse a segurança jurídica, facilitava práticas ilegais. A mineração pode

ser uma atividade danosa ao meio ambiente e cabe ao poder público a fiscalização. Nesse cenário, foi constatado que a Presunção de Legalidade do Ouro acabava por dar ao ouro extraído de forma ilegal e comercializado um aspecto de licitude e legalidade. Foi necessário a concessão de medida cautelar para suspender a norma impugnada e solicitar medidas para fiscalizar as transações com ouro e a proteção das populações atingidas. O STF concedeu a cautelar para suspender a eficácia da norma e enviou ao Executivo uma normativa para a fiscalização do comércio do ouro, verificação desde a origem do minério. O Governo Federal encaminhou o PL 2035, de junho/2023, reformulando as regras do comércio de ouro no Brasil, sendo que a primeira venda deve ser feita somente pelo titular da Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) a uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central, com as movimentações do minério no Brasil sendo monitoradas pelo Guia de Transporte e Custódia de Ouro, com número único. O artigo 25 da Constituição

Federal impõe que o Estado tem que agir em processos ecológicos, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e outras mais. Houve uma fragilidade na fiscalização da cadeia do ouro, causando danos generalizados. O diálogo entre os poderes deve ser voltado a atuação coordenada, acompanhar de uma economia mais verde. O desenvolvimento parece estar ligado à regulamentação do artigo 231 da CF, que promove a proteção dos povos indígenas, ouvir e atendê-los. Orientar a exploração dos recursos em terras indígenas, com a tramitação no Congresso Federal o PL 490/2007 sobre uso e gestão das terras indígenas, e precisamos nos abrir a essa realidade. Não podemos congelar os povos indígenas aos séculos 16 e 17 e permitir que eles desenvolvam as atividades produtivas, numa simbiose entre passado e futuro, entre a natureza e a tecnologia. Encontrar o equilíbrio entre economia e meio ambiente é uma questão do pacto civilizatório. //

// **Jader Barbalho Filho:** Há o compromisso do Brasil em fazer o enfrentamento climático com ações, um exemplo é que nos primeiros seis meses da atual gestão do presidente Lula, houve redução do desmatamento em 42,5% e esse governo não vai se furtar de enfrentar a questão climática com seriedade. Tony Blair repete o presidente Lula: 'O Brasil e os países da Amazônia vão continuar buscando as soluções sobre as questões climáticas do mundo, mas e a partici-

pação e respostas dos países mais ricos nesse enfrentamento?'. E Belém, vamos realizar a COP30 em 2025, com o principal tema sendo a Amazônia, os líderes mundiais vão entender, enfim, o que são os amazônidas, falar sobre as cidades amazônidas. Como não falar sobre a degradação das cidades? Falar das pessoas, que em sua maioria, vivem nas cidades. Os países ricos precisam começar a agir nos problemas climáticos que estão acontecendo agora. //

// **Izabella Teixeira:** Belém tem um grande patrimônio histórico e é uma das cidades mais importantes do Brasil. Projetar o Brasil para o Brasil. A sociedade veio conversar com a mineração.

O que foi discutido foi uma agenda política e não teve zona de conforto. O Brasil é um país provedor de soluções e que entende muito bem o seu papel no mundo. //

“ **Raul Jungmann:** A ideia inicial da Conferência era que nós precisamos abraçar a Amazônia. Não basta pensar em produtividade, ameaça da crise climática, ninguém pode ficar de fora. Questão de amor à humanidade. O desafio une todos os lados da vida. Propósito e valor. A crise nos obriga à unidade. O setor mineral traz um

compromisso público com a floresta viva, respeito à natureza, aos povos originários e redução da desigualdade. Na Conferência, foram 180 palestrantes, aqui sentaram-se todos, todos falaram. Em 2024, teremos a Segunda Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, com o Governo do Pará. ”

“ **Helder Barbalho:** A Conferência teve uma mudança de paradigma, com a mineração buscando se abrir ao diálogo e fomentar estratégias para a Amazônia. O Pará, um estado que tem a maior reserva mineral de ferro do planeta, em meio a 70% de ativo florestal nativo. A COP, que em 2023 será em Dubai, se propõe a dizer que a extração de riquezas da natureza, feita por esse país, pode ajudar a fomentar a transição energética. O Pará é um grande PIB, mas é um dos

maiores desafios sociais do Brasil, mas que busca a riqueza social. Sociobioeconomia é um caminho. Extração de minerais com rastreabilidade. Nos Diálogos Amazônicos, todos, sem exceção, se sentaram para debater assuntos relevantes. Que daqui saia um motivacional para que as mineradoras possam nos ajudar a bater as metas apresentadas, trazer um painel de resultados nas transformação dos novos tempos. ”



ARTIGOS

Conservação com Prosperidade na Amazônia



Denis Minev

Diretor-Presidente da BEMOL
Cofundador da Faz Amazônia

Pertenço a uma família que empreende na Amazônia desde os anos de 1850. Imigrantes marroquinos que aqui encontraram refúgio e inicialmente se tornaram regatões, oscilamos em conjunto com a economia regional, do auge da borracha ao caos da crise culminada em 1929, à recuperação gradual até o início da Zona Franca de Manaus e um novo ciclo.

Já fomos investidores em dezenas de empreendimentos, da borracha à madeira, de laranjais a fábricas de isopor, do varejo aos serviços financeiros, da energia às telecomunicações.

Hoje lidero a Bemol, maior varejista da Amazônia, com investimentos em logística, marketplace, energia renovável, serviços financeiros e telecomunicações. Atuamos diretamente em mais de 80 municípios, alguns deles os mais isolados e pobres da nação.

É triste constatar que a grande maioria dos municípios onde operamos vivem primariamente de transferências federais, não produzindo nada de útil ao mundo. Fundo de Participação dos Municípios, FUNDEB, Aposentadoria Rural, Bolsa Família compõe a renda local. Os empregos se limitam a prefeitura, pecuária, comércio, e algumas combinações, dependendo do local (garimpo, madeira). Afora empregos públicos, quase todos os demais são informais, sem carteira assinada. Na realidade, tudo nessas cidades é informal – se come peixe e mandioca, tudo produzido em pequena escala e informal. Boa parte da terra, mesmo urbana, não tem título e as construções foram feitas informalmente. Em todos os municípios há serrarias, em todas as casas há portas e janelas de madeira, mas tudo informal. A vasta maioria dos comércios não emite nota fiscal. No bojo da informalidade também vive o desrespeito a comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas) em diversos aspectos.

Em uma economia assim, dano ao meio ambiente é efeito colateral. A construção de uma sociedade e economia modernas, prósperas, com a presença inteligente do estado, são pré-condições para o estabelecimento de uma política ambiental duradoura. Se não, é voo de galinha.

Além da formalização, advogo investimentos intensos em três frentes: 1) C&T e formação de gente – os caboclos amazônidas conseguem competir com qualquer um no mundo, se dadas as ferramentas; 2) infraestrutura básica de economias modernas, como comunicações, logística e saneamento; e 3) recuperação de áreas degradadas em busca de alta produtividade – precisamos aprender a usar com competência os 70 milhões de hectares desmatados e mal aproveitados, como forma de gerar empregos, renda, segurança alimentar e soerguer a economia regional em novas bases.

Tratar a Amazônia como problema ambiental e desenvolver políticas de meio ambiente sem abordar a informalidade e a falta de investimentos não dará certo. A energia empreendedora da região é enorme; sem alternativas, desemboca na pecuária, garimpo, madeira ilegal, tráfico de drogas, plantio de subsistência e soja. É preciso que essa vitalidade seja canalizada para a prosperidade, fazendo brotar de dentro o desenvolvimento. Não há avanço ou transformação baseada em visão de fora.



O Brasil tem o DNA de pensar grande, com ambição. Já o fez com ITA, EMBRAPA, IMPA, Brasília, Pró-Álcool, hidrelétricas, dentre outras. Está na hora de construir uma ambição transformadora na Amazônia e fazer com que o Brasil volte a se imaginar grande nação a partir daqui. Para isso, é necessário casar uma visão inspiradora da Amazônia PARA os amazônidas, com uma visão inspiradora da Amazônia PARA o mundo externo.

Sonhamos assim no Amazonas quando em 1909 surgiu em Manaus a primeira universidade fundada no Brasil, quando Isaac Sabbá fundou em 1957 uma refinaria que foi a primeira unidade de craqueamento na América Latina e permanece até hoje a única refinaria da região norte, ou quando fundamos o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia em 1954, ou quando fundamos a Universidade Estadual do Amazonas em 2001 e a FAPEAM em 2004. Com iniciativa assim, com grande apoio externo, conseguiremos quebrar a rotina de ciclos econômicos impostos pelo mundo exterior e almejar uma prosperidade amazônica.



Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias fortalece as bases de discussões da COP30, no Brasil



Izabella Teixeira
Ex-ministra do Meio Ambiente

O Brasil vai sediar, em 2025, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro de Mudanças do Clima - UNFCCC, a COP 30, marcando os dez anos do Acordo de Paris e a negociação do novo sistema global de neutralização de emissões de gases de efeito estufa. Ou seja, acontecerá, em Belém do Pará, o encontro dos negociadores climáticos que buscará o acordo em torno do aumento de ambição de mitigação de emissões dos países signatários de Paris.

A agenda internacional da COP 30 navegará ainda por temas complexos como o financiamento climático, o fundo de perdas e danos, mercados de carbono, as soluções baseadas na natureza, as trilhas de adaptação, o enfrentamento ao desmatamento, dentre outros tópicos que compõem a agenda multilateral da mudança do clima. Há temas que não foram ainda endereçados de forma estruturante como os espaços políticos para a sociedade civil ou os processos que envolvem a agenda climática fora dos espaços da UNFCCC.

A COP 30 revela-se estratégica internacionalmente ao endereçar os desafios da mitigação climática na década de 2025 - 2035 e a trajetória da COP 28 a COP 30 (Dubai - Baku - Belém) com vistas à consecução da meta de 1.5C, além de consolidar a agenda de financiamento climático e os seus instrumentos. Na perspectiva nacional, questões-chave da agenda climática e os desafios de desenvolvimento já demandam envergadura política e diplomática do governo brasileiro na presidência do G20 e nos desdobramentos do Plano de Transformação Ecológica e da Política de Reindustrialização do país.

Os desafios nacionais vão além dos debates que definem os contornos de políticas públicas. Na realidade, há uma forte indagação sobre o papel de liderança do país num mundo que transita para uma economia verde e descarbonizada e que tem na natureza um papel-chave para lidar com soluções aceleradas e inclusivas de enfrentamento à emergência climática. Esse processo demanda por mobilização e corresponsabilidades do setor privado e de sua sociedade, orientadas por olhar mais abrangente e contemporâneo de mundo e de país.

Isso requer inovar nas relações com a sociedade e ousar nas parcerias com o setor privado na transição verde e na concepção de arranjos inovadores de regulação e de investimentos privados. Isso requer uma visão mais inclusiva dos brasileiros sobre o Sul Global e, em particular, na América do Sul. A COP 30 tem de ser uma conferência marcada pela ambição estruturada dos países em desenvolvimento e sobre os meios para a sua implementação. E a ascendência de um Brasil líder na Conferência parece essencial para essa tarefa urgente e estratégica.

Em agosto de 2023, um exemplo da importância e da força política de interesses regionais convergentes anunciou a Conferência da OTCA, em Belém, precedida pelos Diálogos com a sociedade civil dos países da Bacia Amazônica. A democracia trilhou o caminho da proteção da floresta, de seus povos originários, da emergência estruturada das economias verdes para o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia e a decisão política de reconhecer o ponto de não retorno da maior floresta tropical do mundo. Foi uma decisão acordada por oito chefes de Estado dos países signatários do



Tratado e referenciada na Carta de Belém. Pela primeira vez, o reconhecimento político dos limites da natureza é feito no mundo e com a força da agenda de transformação do desenvolvimento e do enfrentamento às desigualdades sociais e ambientais.

Em seguida, a Amazônia hospedou a Primeira Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, promovida pelo IBRAM, com o objetivo de constituir um espaço para o diálogo político aberto e diverso sobre a Amazônia, com os amazônidas e para os amazônidas e demais brasileiros. Foi um diálogo sobre o futuro com o reconhecimento dos erros e acertos até hoje presentes no dia a dia do Brasil. A sociedade, com a expressão máxima de sua diversidade, veio dialogar, pontuar e indicar os necessários novos rumos e responsabilidades.

Para a mineração, inaugurou-se um novo momento de (re)aproximação da sociedade civil, de formadores de opinião para o debate sobre eventuais interesses convergentes e as necessárias e urgentes mudanças na exploração mineral na Amazônia. Ficou claro que não há como avançar nas trajetórias de descarbonização e de neutralização de emissões de gases de efeito estufa brasileiras e do mundo sem o setor, notadamente pelos minerais críticos e os estratégicos. Por outro lado, é preciso avançar na preservação dos territórios protegidos para a conservação e proteção de povos e populações tradicionais. E a construção de consensos requer visão e responsabilidades compartilhadas fundamentadas nos interesses nacionais de uma sociedade consciente do seu papel e seu lugar no mundo.

A realização da COP 30 no Brasil e na Amazônia tem vários desafios com escalas e dimensões diversas. Da agenda internacional que orienta de forma acordada a implementação do Acordo de Paris, deve-se observar uma ordem internacional em transformação, com movimentos e fluxos movidos por inovação e pelo mundo digital-tecnológico, nas relações geopolíticas e econômicas, no comércio internacional e na reforma da arquitetura do sistema financeiro internacional, dentre outros. O mundo experimenta guerras disruptivas da estabilidade internacional notadamente na Europa e no Oriente Médio. Processos políticos complexos acentuam a busca pela vulnerabilidade dos regimes democráticos.

Na dimensão brasileira, o país tem a responsabilidade de organizar a agenda de desenvolvimento nacional de forma sustentável e inclusiva orientada pela contemporaneidade e pela inserção internacional. Certamente, os rearranjos de cooperação regional e global devem percolar os interesses articulados com os atores subnacionais e o setor privado. Isso exigirá pactuação política e econômica e a retomada da articulação federativa e novas relações entre os poderes da República.

Esses desafios passam por um país com uma democracia fortalecida e por instituições públicas e privadas funcionais. Isso passa por uma Amazônia protegida, que deixa o Brasil de pé, em paz e com relações solidárias com o mundo. A convergência das eras climática, digital-tecnológica e da natureza tem no Brasil oportunidade única de continuar sendo o maior gerador de vida no planeta e de ter a sua natureza como fio condutor para um país mais justo, seguro, melhor e resiliente no futuro. É momento de fazermos novas escolhas sobre o nosso destino como sociedade e país parte do mundo provedor de soluções. Vamos lá, então!

Rumo à uma “Agenda Amazônica Sustentável”



Raul Jungmann

Diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM)

A mineração desempenha um papel crucial em nossa sociedade moderna, fornecendo as matérias-primas necessárias para inúmeros produtos e tecnologias que usamos em nossa vida diária, estando, assim, intrinsecamente ligada ao nosso bem-estar coletivo. Além de representar um setor estratégico para a economia global, possui uma importância social significativa na geração de renda e empregos em muitos países, além de contribuir para a segurança alimentar. No entanto, apesar da mineração ser indispensável ao desenvolvimento, é uma atividade que gera impactos, e como tal tem que ser executada com todo o cuidado necessário, levando em consideração a prevenção, o planejamento, o controle e a mitigação dos danos ambientais. A consciência dos diversos setores da economia, não somente a mineração, de que práticas ambientalmente corretas e responsáveis são essenciais na garantia de um mundo saudável e sustentável. Embora a mineração seja realizada por diferentes atores, está intrinsecamente ligada ao bem-estar coletivo. Ao termos consciência dessa ligação, vimos que não há uma saída para uns e não para outros. Ou encontramos uma solução para todos ou não haverá solução para ninguém. E as pessoas que pertencem ao universo da mineração e a outros setores econômicos precisam ter a convicção de que não adianta ter grandes lucros ou remunerar os acionistas se o mundo está se desfazendo e a continuidade da humanidade está em risco.

O momento atual é de desafios! Desafio de encontrar formas sustentáveis de produzir, desafio de avançar nas novas trajetórias da transformação ecológica e da transição energética, desafio de viabilizar novas economias, desafio da inovação e da tecnologia, desafio de agendas de desenvolvimento. E, principalmente, o desafio maior de enfrentar todos esses desafios de forma inovadora, integradora, colaborativa, participativa! É uma oportunidade de estabelecer formas conjuntas de atuação, respeitando as diferenças e buscando pontos de convergências; podemos avançar em causas comuns por meio das diferenças, assumindo os riscos e criando coalizões. É um desafio, mas também uma oportunidade para estabelecer formas conjuntas de atuação, respeitando as diferenças e buscando pontos de convergência; podemos avançar em causas comuns por meio das diferenças.

Uma das maiores causas é a Amazônia. Ela é a protagonista em um cenário decisivo para nosso futuro e ao legado que deixaremos para as novas gerações. Questões como a crise climática, os direitos das populações originárias e tradicionais, o potencial estratégico da agenda de minerais críticos, a segurança e a defesa nacional, as vulnerabilidades, a cooperação regional, tudo isso passa pela Amazônia! É debater a Amazônia além do desmatamento, é ver a Amazônia no futuro e o futuro na Amazônia, com foco na inovação, na transição e na conexão da Amazônia ao Brasil.

A Amazônia precisa de estratégias, de planejamento, de novas trajetórias e de novas ambições!

Mas, como promover os debates, envolver o máximo de diferentes mentes e vozes com este objetivo e saber como obter convergências? A iniciativa do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), abraçada por diversas organizações, autoridades e pessoas interessadas na temática, foi a realização da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, em 2023. Ali, num espaço aberto e plural, foi possível dialogar e avançar nas principais questões de uma “Agenda Amazônica”, que precisam ser exaustivamente

debatidas. Mas a Amazônia precisa de propostas, de soluções. E, por isso, estamos empenhados em construir uma “Agenda Amazônica”, a partir das discussões, ideias e propostas da Conferência de 2023, por meio da realização, agora em 2024, da II Conferência Amazônia e Novas Economias. Precisamos de mais pluralidade de representação nos debates, e de trabalhar nas questões levantadas em 2023, dando foco à construção de proposições e à busca de soluções, tendo como premissas a sinergia e a convergência. Na II Conferência, vamos buscar ir além dos debates; formular consensos e propor ações concretas, em cronograma com metas e prazos – tudo isso tendo como pano de fundo o compromisso de respeitar as populações locais, preservar a floresta em pé e promover e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional.

Na Amazônia, a questão da pobreza e da desigualdade está relacionada a muitos dos problemas de devastação dos ecossistemas, a exemplo do garimpo ilegal, da evasão fiscal, da extração irregular de madeira, da invasão e destruição de terras indígenas. A miséria, se não adequadamente revertida, leva a esse conjunto de disfunções sociais e econômicas.

A Amazônia e o planeta nos chamam a agir!

Temos a questão climática, que é a grande preocupação da humanidade e ela está intrinsecamente ligada à capacidade de a Amazônia seguir agindo como pulmão do planeta.

Assim, a Amazônia precisa de estratégias, de planejamento, de ações voltadas a cumprir objetivos de desenvolvimento sustentável. Mas, como promover as discussões, envolver o máximo de diferentes mentes e vozes com este objetivo e saber como obter convergências? A proposta do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), abraçada por diversas organizações, autoridades e pessoas interessadas na temática, foi a Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias.

Ali foi possível avançar no levantamento das principais questões que precisam ser exaustivamente debatidas. Mas, não basta apenas diagnosticar os problemas. Precisamos de soluções. E, por isso, estamos empenhados em dar continuidade à Conferência agora em 2024. Precisamos de mais pluralidade aos novos debates e à busca das esperadas soluções às questões, que podem representar um novo momento em nossas vidas e em nosso futuro.

Na segunda edição, vamos buscar ir além dos debates; formular consensos e propor ações concretas em cronograma com prazos e indicadores – e tudo isso tendo como pano de fundo o compromisso de respeitar as populações locais, preservar a floresta em pé e estabelecer a promoção socioeconômica regional – na Amazônia, a questão da pobreza e da desigualdade está relacionada a muitos dos problemas de devastação dos ecossistemas, a exemplo do garimpo ilegal, da evasão fiscal, da extração irregular de madeira, da invasão e destruição de terras indígenas. A miséria, se não adequadamente revertida, leva a esse conjunto de disfunções sociais e econômicas. A Amazônia e o planeta nos chamam a agir, senhoras e senhores!

Um novo tempo para a Amazônia



Marina Grossi

Presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)

Lar de 30 milhões de brasileiros e maior floresta tropical do mundo, a Amazônia é peça-chave para que a humanidade combata as maiores crises ambientais de nosso tempo: a emergência climática e a perda da biodiversidade. As duas crises se retroalimentam: em 2023, a Amazônia passou pela pior seca de sua história entre os meses de junho e novembro, e um estudo realizado pelo World Weather Attribution (WWA), grupo de cientistas que estudam eventos climáticos, mostrou que as mudanças climáticas ocasionadas pela ação humana aumentaram em 30 vezes a chance de essa seca extrema ocorrer, suplantando o papel do fenômeno El Niño nessa equação.

E, quanto maior é o desmatamento e a ação das queimadas no bioma, mais suscetível a floresta se torna aos eventos climáticos extremos – em algumas localidades, a Amazônia já se aproxima perigosamente do ponto de não retorno, onde pode ocorrer a chamada savanização, com a perda de serviços ecossistêmicos importantes. Assim, preservar o bioma é imprescindível na luta contra a emergência climática: grande parte dos compromissos assumidos pelo Brasil nos acordos do clima e da biodiversidade firmados nas conferências internacionais se relacionam com a floresta.

A Amazônia é fundamental para que a humanidade alcance o objetivo do Acordo de Paris, firmado por 195 países, que é evitar que a temperatura média global se eleve acima de 1,5°C até o final do século, em comparação aos níveis pré-industriais. Tal como é monumental o desafio global de realizar a transição dos combustíveis fósseis para as fontes de energia limpas, a mudança no modelo econômico é nosso desafio mais urgente – é preciso romper com um ciclo de destruição da biodiversidade amazônica, que concentra renda sem gerar prosperidade para sua população.

Na Amazônia, o tradicional e o disruptivo podem conviver, desde que se compreenda a lógica da floresta, das chuvas, dos rios, de suas populações. A região pode abrigar setores tradicionais, tais como infraestrutura e mineração, com a contrapartida de que mitiguem os impactos sociais e ambientais gerados por essas atividades econômicas. Ao mesmo tempo, é preciso ampliar o olhar para as novas frentes de negócios que mantêm a floresta em pé, como a bioeconomia baseada nas cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade local – cosméticos, fármacos e alimentos.

Já existem negócios com essa visão bem-sucedidos na Amazônia, mas é preciso ganhar escala a partir da conexão com políticas públicas que combatam de modo firme o desmatamento e gerem os incentivos econômicos certos para essa nova economia amazônica. A proposta do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é que, até 2030, pelo menos dois itens da balança comercial brasileira sejam produtos da bioeconomia das cadeias da sociobiodiversidade, conseguindo, por meio do fomento dessas atividades, um aumento de pelo menos 1% do PIB. Essa recomendação foi entregue ao Ministério da Fazenda, como contribuição ao Plano de Transformação Ecológica do governo federal, com o qual seguimos colaborando.

Um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia precisa, sobretudo, dialogar com os ativos culturais, ambientais e sociais da região: a Amazônia é habitada há pelo menos 12 mil anos, segundo pesquisas arqueológicas recentes, que mostram como os povos originários que viviam na região modificaram o bioma, contribuindo para o que ele é hoje em toda a sua agrobiodiversidade. Acreditamos que esse momento chegou, e ele só poderá ser edificado com inovação e com o conhecimento tradicional e ancestral dos povos que há milênios habitam as diferentes Amazônias.

Novas Economias na Amazônia: para quê, com quem e para quem?



Mauro O' de Almeida

Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará

A realização da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias, ocorrida em 2023, no Pará, com o objetivo de discutir a transição socioeconômica que precisamos enfrentar na Amazônia, trouxe à tona diversas dimensões que, juntamente com outros eventos, oportunizaram espaços de discussão multisetorial e de escuta qualitativa da sociedade civil, que devem ser trabalhadas no planejamento do Brasil rumo à realização da Conferência das Partes (COP 30), em Belém, em 2025.

A verdade é que, por décadas, a dimensão humana da Amazônia foi negligenciada pelos diversos setores que deveriam ser responsáveis por essa transição. Desde os governos passados, que abriram, por exemplo, estradas - vetores claros de desmatamento - com o intuito de integrar a Amazônia ao restante do país, passando pela mineração, pelos grandes projetos hidrelétricos e até mais recentemente pela abordagem de comando e controle sem o contraponto das ações positivas. Fora isso, o setor privado não integra seus planos de ESG às políticas públicas e necessidades basilares para uma transição justa e inclusiva. Dessa forma, quando o IBRAM e o setor mineral enfrentam a discussão e criam espaços como este, entende-se que podemos não só discutir e refletir como também criar ações e projetos práticos e aplicáveis para alcançarmos um ambiente que tenha a economia verde como base.

A primeira dimensão que a conferência discutiu é como o setor mineral se posicionará ante a urgência climática em um mundo que se transforma e quer ver reduzida a exploração de recursos minerais, sejam eles metálicos ou não metálicos. Se é certo que se deve ter uma transição ecológica, também é certo que o suporte econômico dessa transição advirá da atual economia, baseada fortemente na tecnologia e na utilização de recursos naturais, sobretudo dos chamados minerais críticos e estratégicos. Em um processo mais adiantado, as grandes empresas transnacionais de petróleo estão pretendendo se tornar empresas de energia e não apenas de exploração petrolífera. Qual será a nova conformação institucional das empresas de mineração? Nesse sentido, a Conferência abriu espaço para um diálogo do setor mineral com a sociedade civil e governos, em um movimento que busca indicar caminhos. Em uma postura aberta e dialógica, o setor criou um ambiente multissetorial e de escuta qualitativa. Certamente a conferência entrará para o calendário fixo e frequente de discussões sobre a temática. Além disso, discutir a Amazônia, na Amazônia e com amazônidas, é certamente o caminho correto a seguir.

O segundo aspecto a ser considerado é qual o papel dos governos brasileiros, federal, estaduais e municipais, ante a demanda social e econômica do Brasil, vis-à-vis a demanda ambiental e emergência climática que se apresenta. No caso do Pará, um Estado biodiverso, de patrimônio cultural imensurável e com vocações econômicas múltiplas, a demanda é pela redução de emissões de gases de efeito estufa, em sua absoluta maioria resultante do processo histórico de ocupação e uso do solo e da floresta. Insista-se numa digressão para tratar desse histórico de ocupação. O Estado do Pará, no decorrer do tempo, foi alvo de decisões verticalizadas, e sem diálogo do ente federativo nacional para o subnacional, que projetaram e implementaram grandes projetos em seu solo, como hidrelétricas, estradas e exploração mineral que atraíram imigrantes e aumentaram a população dos municípios sob a



influência desses projetos que, ao fim, contribuíram para que, direta ou indiretamente, as emissões chegassem ao patamar de preocupação recente. A questão do desmatamento e queimadas e as alternativas econômicas e sociais que possam afastar pessoas das ilegalidades ambientais é central para apontar soluções para esses desafios. Dito de outra forma: sem novas economias perenes, sustentáveis, inclusivas e factíveis, não alcançaremos o objetivo desejado.

No caso específico do Pará, duas dimensões não muito discutidas mas fundamentais, para o alcance do tão falado desenvolvimento sustentável e inclusivo, fizeram a diferença nessa trajetória rumo à economia verde. São elas a dimensão legal e a dimensão política. O simples fato do governo escolher priorizar e formar toda a base legal de meio ambiente e clima necessária, tornou o Pará território icônico para a implementação de projetos e atração de recursos que ajudem a pavimentar o caminho da transição ecológico-econômica.

Em 2019, o governo escolheu regulamentar e apresentar políticas públicas que dariam o tom e direcionariam para uma economia de baixo carbono como forma de apresentar alternativas positivas em substituição às formas históricas de uso do solo na região que hoje são responsáveis por 96% das emissões no estado. A Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, o grande guarda-chuva normativo que se desdobrou em outras políticas como o Plano Amazônia Agora, nosso plano setorial de uso da Terra e florestas, abarcam todo leque de planos, programas e projetos de indução ao desenvolvimento de baixo carbono.

A contribuição que o governo tem dado para fortalecer o debate, além de apoiar espaços como o da Conferência, é procurar induzir a economia paraense para uma transição econômico-ecológica em soluções baseadas na natureza (*nature based solutions*). Bioeconomia e Restauro são as áreas escolhidas para a canalização de recursos externos e implementação das políticas inovadoras. De forma pioneira, essas políticas foram construídas multissetorialmente e com escuta de líderes de povos indígenas e tradicionais em várias regiões do estado.

Por fim, a dimensão talvez mais importante que a Conferência tenha tido é o gatilho para abordagem ético-geracional e o entendimento da mudança de paradigma sobre os novos caminhos e economias necessárias para um desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, as empresas que atuam em setores que utilizam recursos naturais não renováveis têm um compromisso com a humanidade, a de pensar nas gerações futuras e estabelecer conexões estáveis com o meio ambiente e com as pessoas para que as suas atividades sejam vetores positivos para o desenvolvimento socioeconômico.

'Compromisso da Mineração com a Amazônia.'

“ A realização da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias em 2023 representou um novo posicionamento da mineração com o meio ambiente e com a Amazônia. Consciente da responsabilidade que tem com a sociedade, com o país e com o planeta, idealizamos, em conjunto com diversas vozes, a Conferência como um evento que não se encerra em si mesmo. Ela representa um importante passo no processo de transformação da economia, de construção da agenda ecológica brasileira e de uma nova relação do setor produtivo com a Amazônia, sua biodiversidade, seus povos e comunidades.

A indústria mineral por meio do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), organização sem fins lucrativos, que reúne empresas e instituições do setor – reafirma o compromisso público com a floresta viva, com a proteção da Amazônia e dos povos que lá vivem, com o desenvolvimento sustentável, com o combate às desigualdades sociais e com a agenda climática.

Reconhecemos que a atividade gera impactos e reafirmamos o nosso compromisso em realizar a mineração de forma responsável, utilizando as melhores práticas para a maximização dos benefícios coletivos.

Defendemos uma sociobioeconomia que equilibra o desenvolvimento econômico da região com a conservação do meio ambiente, o bem estar social e os saberes tradicionais.

Orientamos que a presença e atuação na Amazônia – por meio de investimento social, apoio técnico, articulações e iniciativas pelo desenvolvimento – sejam realizadas de forma participativa, incluindo os mais diversos setores e atores da sociedade, sobretudo os Amazônidas.

Aprendemos que a construção coletiva em um espaço de diálogo democrático e colaborativo resulta em compromissos genuínos, um dos maiores aprendizados da Conferência em 2023. ”

Após anunciar a segunda edição da Conferência Internacional Amazônia e Novas Economias – que será realizada em 2024 – o IBRAM apresenta o: **‘Compromisso da Mineração com a Amazônia’**.

1 – Agenda Climática:

Promover e implementar, por todos os meios, a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, a começar pela descarbonização da economia, pelas atividades e processos de mineração, bem como apoiar os fornecedores e cadeias associadas neste processo.

Acessar o mercado de créditos de carbono para compensar as emissões mais difíceis de serem eliminadas, sem cessar esforços para avançar em direção à descarbonização máxima.

Adotar os modelos de adaptação nas atividades minerárias sustentáveis, resguardando a proteção do bioma quanto aos futuros eventos climáticos extremos.

Incentivar o desenvolvimento sustentável das atividades extrativas de minerais críticos e estratégicos, importantes para a transição energética mundial quanto às novas economias de baixo carbono.

2 – Restauração:

Apoiar e financiar ações de recuperação de áreas degradadas na Amazônia, em parceria com órgãos públicos, privados, academia e sociedade civil, utilizando-se da experiência acu-

mulada em reflorestamento e restauração de áreas mineradas, buscando a reconstituição da biodiversidade e sua conservação e contribuição para a geração de emprego, combate à fome e às desigualdades sociais.

3 – Desenvolvimento econômico:

Promover o desenvolvimento econômico local, utilizando-se de recursos próprios e voluntários, além do pagamento de tributos, contribuições financeiras e das condicionantes obrigatórias, por meio de instrumentos financeiros locais, fundos de desenvolvimento, microcrédito, moeda social, entre outros.

4- Fortalecimento das capacidades institucionais:

Apoiar iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento das capacidades institucionais locais, contribuindo para uma governança territorial sustentável.

5- Políticas Públicas:

Atuar junto a atores públicos na elaboração e aprimoramento de políticas públicas que visem promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

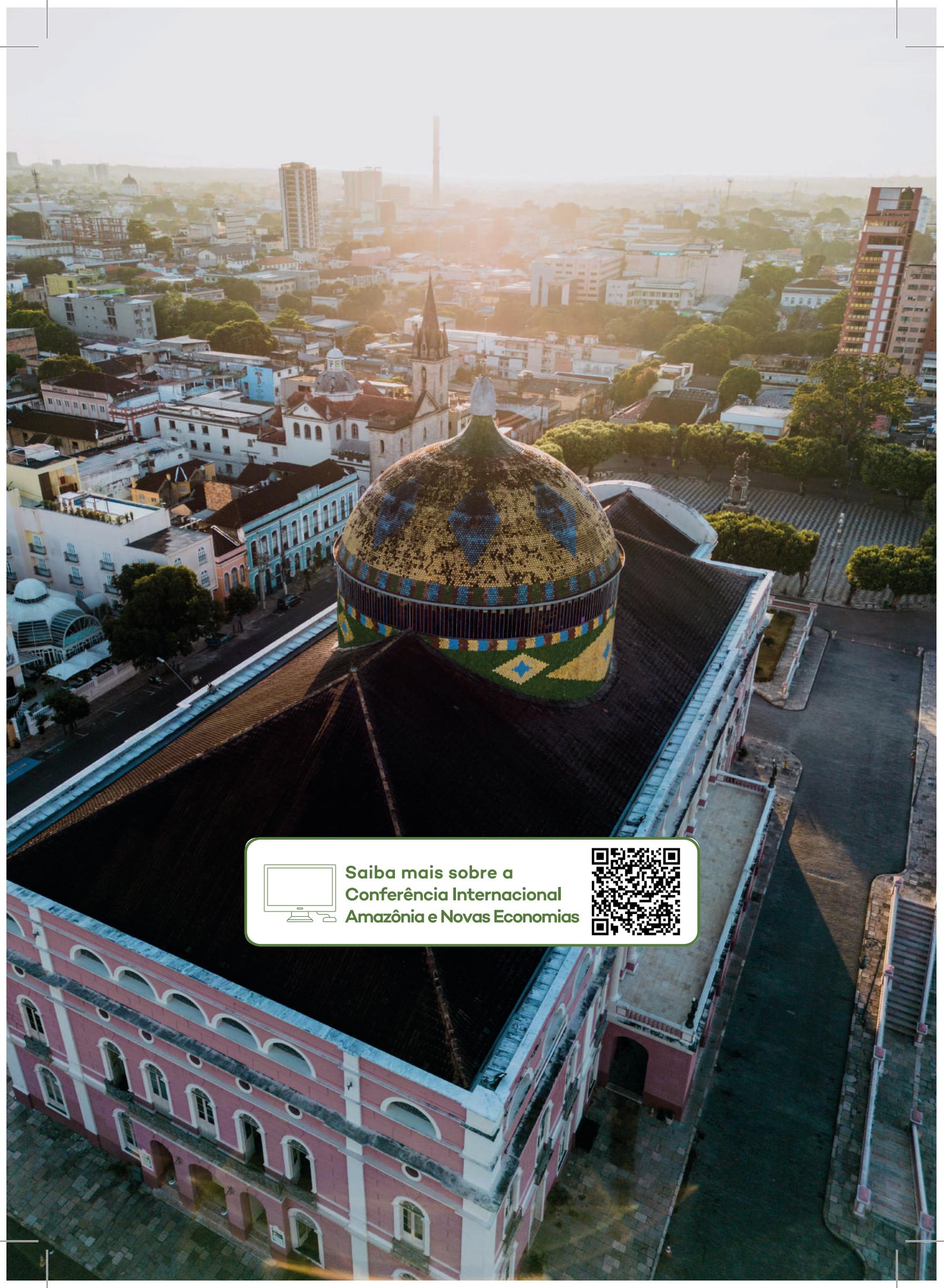
Raul Jungmann

Diretor – Presidente

Wilfred Bruijn

Presidente do Conselho Diretor

Realização/ Conference Organize



Saiba mais sobre a
Conferência Internacional
Amazônia e Novas Economias





CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS

Realização



Patrocinador Master



Patrocinador Prata



Patrocinador Bronze



Patrocinador Energia



Patrocinadores Lítio



Composição Cultural

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

Apoio Institucional







CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMAZÔNIA E NOVAS ECONOMIAS 2023

30 DE AGOSTO A 1 DE SETEMBRO
HANGAR, BELÉM - PA

Realização/ Conference Organize



IBRAM
MINERAÇÃO DO BRASIL